

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XIX

Nº 128

p. 273 - 268

outubro/dezembro/87

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

D. Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. Antonio José de Pinho

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof. Ruy Rodrigues Machado

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Prof. Paulo Cosiuc

---

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

---

ANO XIX – Nº 128    ISSN-0101-4919    OUTUBRO/DEZEMBRO/1987

---

## SUMÁRIO

### Artigos

- Dois libelos contra o Anti-semitismo . . . . . 275  
Odilon Nogueira de Matos
- José Honório Rodrigues . . . . . 284  
Francisco Iglésias
- Um republicano que merece ser lembrado . . . . . 291  
Duílio Battistoni Filho
- O Patriarca e o Regente . . . . . 299  
Mário Donato
- Problemas sociais contemporâneos da América Latina e do Caribe . . 303  
Luciara Silveira de Aragão e Frota
- A terceira Reforma: O Jansenismo . . . . . 306  
João Ribeiro Júnior
- A transição do trabalho escravo ao livre no contexto da lei de 1871 . 311  
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
- Presença dos bacharéis das "Arcadas" na chefia da República. . . . . 313  
Emeric Levai

A Guerra do Sr. Sylvio Back .....	316
Hélio Damante	
<b>Registro Bibliográfico</b> .....	318
<b>Periódicos</b> .....	323
<b>Noticiário</b>	
Banco de dados sobre demografia histórica no Brasil .....	324
A propósito da "Pastoral", de Coelho Neto .....	325
Um centro de documentação na histórica Vassouras .....	326
Pierre Monbeig .....	327
"Yan" de Almeida Prado .....	328
A. D. Tocantins .....	329
Centenário da Abolição .....	329
Centenário do Instituto do Ceará .....	330
<b>Um pouco de música</b>	
Divagações de compositores .....	331
Odilon Nogueira de Matos	
<b>Memória Campineira</b>	
Do "Culto à Ciência" ao "Ginásio do Estado" .....	334
<b>Textos</b>	
Partidos Provinciais (João Francisco Lisboa) .....	336
Declaração de paz ao mundo (Jallet) .....	337
<b>Vultos da Historiografia Brasileira: Virgílio Corrêa Filho</b> .....	338
<b>Seleta</b>	
Juízo da posteridade .....	348
Virgílio Corrêa Filho	
<b>Rabiscos de um escrevinhador</b>	
Antônio Rubbo Müller .....	354
Um certo Capitão Andrews .....	355
Um certo Comandante Souville .....	356
"O Estado de Minas ao Brasil" .....	357
Aprendiz que pode ensinar .....	358
Teodoro Sampaio no cinquentenário de sua morte .....	359
Odilon Nogueira de Matos	
Índice do ano XIX .....	362

## DOIS LIBELOS CONTRA O ANTI-SEMITISMO

Odilon Nogueira de Matos

É sabido que a ascensão do nazismo na Alemanha, elevando Hitler ao poder, fez desencadear naquele país a mais violenta perseguição aos judeus já registrada em toda a história da Humanidade. Ocorrências que se acreditavam impossíveis em pleno século das luzes e da civilização e que nem bem se compreenderiam em épocas da mais cruel barbárie, recrudesceram com tal violência que empalideceram de muito tudo quanto em tempos antigos se praticara. E o mundo civilizado assistiu, praticamente impassível, às mais torpes cenas de crueldade, que a História jamais poderá esquecer. Protestos, libelos, manifestações das mais expressivas figuras da intelectualidade de todo o mundo, nada conseguiram no sentido de deter a onda de violência que só veio a terminar com a derrocada do nazismo após a mais sangrenta guerra de que se tem notícia. Mesmo porque grandes figuras da intelectualidade alemã tornaram-se vítimas do anti-semitismo, não restando, aos que puderam, outro caminho senão o exílio para países diversos da Europa e da América.

Naquele trágico momento da ascensão nazista, quando ainda não se podia prever a que requintes de barbaridade atingiria a perseguição aos judeus, dois libelos contra o anti-semitismo foram publicados em nosso País, hoje esquecidos, pois não há mais (felizmente!) clima para que sejam evocados, mas que, por representarem momentos significativos do pensamento brasileiro, carecem, como tais, de serem lembrados.

O primeiro surgiu em 1933 e intitulava-se **Por que ser anti-semita?** título duvidoso, que muitos leitores menos avisados podiam tomar tanto no sentido favorável como no contrário. Volume de 271 páginas, apresentava-se como “um inquérito entre intelectuais brasileiros” e fora editado pela Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro. Nele colaboravam trinta e cinco autores, todos citados na página-de-rostro e na própria capa. Não trazia indicação do responsável pelo livro, dando a entender que a iniciativa e responsabilidade da coordenação teriam partido da própria editora, que se decidira a “apelar para um punhado de intelectuais, pedindo-lhes que nos dessem um pouco de luzes para a orientação das massas brasileiras nesse momento crepuscular ... Cada um deles, tomando uma faceta do anti-semitismo, estudou-a do seu ponto-de-vista e com toda a liberdade de opiniões trouxe-nos a sua palavra

orientadora, apontou-nos a atitude que devemos assumir diante dessa questão, que é terrível em pleno século XX”.

Não nos parece correta a qualificação de “inquerito” dada ao livro, pois faltou-lhe um questionamento do problema, um roteiro que indicasse o equacionamento pretendido pelos organizadores do volume. Por isto mesmo, saiu uma “colcha de retalhos”, com trabalhos excelentes (verdadeiros ensaios) ao lado de outros, de suma mediocridade. Infelizmente, isto é inevitável em obras coletivas, quando lhes falta um trabalho de coordenação. A impressão que se tem é que o editor simplesmente aceitou o que lhe deram. Talvez fosse mais correto denominá-lo não de “inquerito”, mas de “depoimento”. Aliás, o próprio prefácio o reconhece ao afirmar que o livro se torna “um depoimento da coletividade através de seus mentores e dos seus expoentes”.

Aqui, chegamos a outra falha do volume. Nele não há uma palavra sequer sobre os colaboradores, quando seria de muita utilidade alguma indicação sobre cada um deles. Se é verdade que, na época, todos os autores eram pessoas de projeção na vida intelectual do País, devia-se ter pensado que, com o tempo, muitos poderiam ter seu renome esmaecido e alguns até caídos no esquecimento. Se muitos deles continuam lembrados, como figuras exponenciais de nossa vida cultural, muitos outros, meio século depois, tornaram-se totalmente desconhecidos das novas gerações. Não queremos citar exemplos. A relação que abaixo transcrevemos, do sumário do livro, parece suficiente para mostrar nosso temor.

Pela ordem em que figuram, são estas as colaborações inseridas no volume, com indicação, entre parênteses, dos respectivos autores: 1. Diálogo imaginário (Agripino Grieco); 2. A América do Sul e o anti-semitismo germânico (Baptista Pereira); 3. O anti-semitismo atual, como expressão de angústia econômica (Evaristo de Moraes); 4. Civilização é isto? (Plínio Barreto); 5. Porque não sou anti-semita (A.C. Pacheco e Silva); 6. “Escuta, Israel” (Maria Lacerda de Moura); 7. O pequenino grande povo (Afrânio Peixoto); 8. O anti-semitismo (Antônio Piccarolo); 9. Nós e os judeus (Menotti Del Picchia); 10. Profecia (Cleómenes Campos); 11. Momentos de vibração (Gilberto Amado); 12. O martírio é a força (Orígenes Lessa); 13. América, sepultura da Europa (Raul de Polillo); 14. Judeus pródigos (Galeão Coutinho); 15. Para a civilização do mundo (Coelho Netto); 16. Divagações sobre o anti-semitismo (Décio Ferraz Alvim); 17. Os judeus (Afonso Schmidt); 18. Por Israel (Humberto de Campos); 19. O problema judeu (Jayme Adour da Câmara); 20. O teatro judeu e as “razões” da perseguição de Hitler (Oduvaldo Viana); 21. Israel (Alfredo Ellis Júnior); 22. O concurso dos judeus na civilização brasileira (Solidônio Leite Filho); 23. Protesto do saber (M. Paulo Filho); 24. Dois pontos de vista (Américo R. Netto); 25. O Judaísmo (Nelson Tabajara de Oliveira); 26. O pai comum (Paulo Mendes de Almeida); 27. Hebreus e

questão social (W. Belfort de Mattos); 28. “Bibliocausto” (Orlando Rocha); 29. Os “pogroms” (José Mendonça); 30. A questão judaica (S. C. Pintaudi); 31. Religião e Ciência (Bezerra de Freitas); 32. A lenda do anti-semitismo (Pinheiro Guimarães); 33. Hitleristas de fancaria (Silveira Bueno); 34. O milagre judeu (Sampaio Ferraz); 35. A democracia e os judeus (Hermes Lima).

Pouquíssimos sobrevivem dessa plêiade de intelectuais convidados a participarem do volume da *Civilização Brasileira*: Menotti del Picchia, Pacheco e Silva, Silveira Bueno, de nosso conhecimento, e provavelmente algum outro que nos tenha escapado.

Todos os textos constantes do volume parece terem sido escritos especialmente para ele. Abra-se apenas uma exceção para o de Galeão Coutinho (p. 113 a 138), sob o título **Judeus pródigos**, que foi originalmente uma conferência proferida no Círculo Israelita, de São Paulo, em 1931. Convém ter presente esta circunstância da data — adverte uma nota de rodapé — para que se relevem “certas falhas e se ponha de manifesto, em certas passagens, o sentido de previsão dos fatos, ocorridos posteriormente na Alemanha”.

O prefácio esclarece a natureza do livro e cremos mereça transcrição:

“Seria impossível que, ao menos de ricochete, não viesse tocar à face de nossa terra e repercutir em nosso viver, o estranho e selvático movimento que os novos dirigentes alemães desencadearam contra as populações judaicas do seu país.

Queremos referir-nos ao anti-semitismo, esse complexo e antigo problema ocidental que, entre tantos povos, por tão longos séculos, ora por despeitos comerciais, ora por rancores religiosos, ora por competições políticas — tem perturbado o sossego da Europa.

Com o advento da nova política alemã, de novo o anti-semitismo explodiu — e explodiu com uma força e uma raiva incomuns.

Do dia para a noite, espalhou-se pelas nações toda a notícia das perseguições cruentas; ziniram os cabos, geraram os prelos — e começou-se a ouvir de todos os lados, alto e claro como uma fanfarra, o clamor invencível dos protestos.

Foi isso o que trouxe à tona a grande e velha questão do ódio ao hebreu; o mundo, aturdido com a brutalidade que é idosa, mas estava esquecida — organiza ainda a reação contra essa barbárie decrépita que não quer morrer...

Alastrando pelos continentes, o rumor desses acontecimentos chegou até nós; ora, aqui vivem judeus como vivem alemães — e todos, semitas e arianos, vivem bem ou mal, mas vivem, e convivem, e trabalham e produzem conosco.

Não foi possível, porém, evitar os efeitos do movimento anti-semita e vimos, então, pelos jornais, espoucar o conflito no platonismo das polémicas. Resultado? Também nós sentimos um vago

malestar; também nós nos inquietamos, já agora, com o preconceito das raças, a que sempre fomos avessos — e preocupamo-nos com o anti-semitismo. Daí, este livro...

O nosso público, sempre alheio a essas agitações longínquas ou pretéritas, de chofre teve a sua atenção voltada violentamente para elas. Segue, pela imprensa, os debates em torno do caso; sonda, num e noutro autor, ao acaso das livrarias, esse problema; e, afinal, fica mais ou menos em dúvida sobre as conclusões a que deve chegar.

Foi diante dessas considerações que nos ocorreu apelar para um punhado de intelectuais, pedindo-lhes que nos dessem um pouco de luzes para a orientação das massas brasileiras nesse momento crepuscular. Assim se fez este livro...

São, todos os que nele colaboraram, nomes consagrados pelos críticos e pelos leitores; não há, nesse ramalhete de renomes, um só que não seja um tipo representativo na esfera luminosa de sua atividade e que não contribua de maneira profunda e decisiva para o esplendor do pensamento entre nós.

Cada um deles, tomando uma faceta do anti-semitismo, estudou-a do seu ponto-de-vista e com toda liberdade de opiniões trouxe-nos a sua palavra norteadora; cada um deles, pondo aqui o cérebro e o coração ao serviço das idéias — apontou-nos a atitude que devemos assumir diante dessa questão, que é terrível em pleno século XX.

Este livro, pois, não é apenas uma crítica multiforme e iluminada do anti-semitismo; é, também, uma grande e sábia lição de verdade e de justiça.

É o clamor de um punhado de consciências brasileiras esclarecidas contra a ação de bárbaros retardatários que querem arrancar à humanidade o direito de andar sobre dois pés...

Partindo de tantas penas, privilegiadas sem dúvida, mas, sem dúvida, diferentes, este feixe de artigos poderia carecer de unidade; isso, entretanto, não se deu e nem, talvez, seria possível que se desse. Havia, a unificá-los, como um cordão que liga muitas e muitas pérolas, a singularidade do tema.

Entretanto, acima dessa, outra havia, que se não imaginaria tão forte e tão clara: era a homogeneidade da nossa repulsa, já hoje secular, a todas as encarnações do preconceito de raças.

Neste livro, com efeito, impressionou a igual e vibrante oposição a essa monstruosidade que tem parecido imortal e que sempre floresce, aqui ou ali, sob as mais fantasiosas designações.

E nisto, este livro, mais que uma palavra de guia, mais que uma série de ensinamentos, se torna um depoimento da coletividade através dos seus mentores e dos seus expoentes.

Com efeito, sempre fomos, somos hoje e cremos que seremos sempre refratários a essas tolices ignóbeis que tentam talhar e retalhar a nossa espécie em famílias puras e famílias impuras, em castas superiores e castas degradadas, com grupos mais ou menos divinos e em grupos mais ou menos animais.

E é essa uma das nossas grandes e belas qualidades. Praticamente, seguimos, todos, essa sã e doce filosofia que faz de todos os povos

irmãos — irmãos desunidos, irmãos imperfeitos, irmãos mais altos ou mais baixos, irmãos mais alvos ou mais pretos — mas, afinal, irmãos...

Outros serão mais inteligentes ou mais guerreiros, mais antigos ou mais espertos, mais robustos ou mais ferozes do que nós; nenhum, porém, em tempo algum, sob céu algum, compreendeu melhor a velha e funda e bela verdade da igualdade humana na face da terra.

É uma das qualidades do brasileiro; será uma de suas glórias pela vida em fora. Podemos ter fraquezas, porém ninguém poderá contestar que possuímos alguma ou algumas virtudes: resta saber se estas absorvem aquelas. Entre as nossas virtudes ressalta esplendorosamente os nossos reconhecidos sentimentos amigos e hospitaleiros.

Esta publicação é uma prova desta verdade, ecoando, por certo, pelas terras brasílicas como um grito de desabafo de um povo que há séculos pugna pela sua liberdade”.

O longo prefácio, que nos pareceu oportuno transcrever, corre por conta de “os compiladores” do volume, como também por conta deles corre a declaração de que o livro era publicado “in memoriam”, numa homenagem “aos muitos israelitas trucidados, vítimas de uma campanha inglória”.

Livro circunstancial, não comportou reedição, tanto quanto estamos informados. Por isto mesmo, tornou-se bastante raro e poucos são hoje seus possuidores, incluindo bibliotecas. Bem ou mal, cumpriu seu papel de libelo contra a onda anti-semita que tomou conta da Alemanha naqueles anos terríveis, e até certo ponto representou o que pretenderam os “compiladores”, isto é, “não apenas uma crítica uniforme e iluminada do anti-semitismo, mas, também, uma grande e sábia lição de verdade e de justiça”.

\*

No ano seguinte (1934) — e este é o segundo “libelo” de nossas considerações — Baptista Pereira publicava **O Brasil e o Anti-semitismo**, pela Editora Guanabara, de Waissman, Koogan, Ltda., também do Rio Janeiro. Volume de 212 páginas, integrava uma coleção denominada “Biblioteca de Cultura Científica”, dirigida por Afrânio Peixoto. Baptista Pereira (1880-1960) era natural de Pelotas, Rio Grande do Sul, mas paulista de formação. Viveu em Campinas no início do século, quando disputou com Coelho Netto a cadeira de Literatura de nosso tradicional “Ginásio do Estado” (o “Culto à Ciência”, de hoje). Não logrando êxito no concurso, retirou-se para São Paulo e depois para o Rio de Janeiro, onde viveu praticamente o restante de sua vida. Tornou-se genro de Rui Barbosa, a quem acompanhou, como secretário particular, na Conferência da Paz, em Haia, em 1907. Sua enorme dedicação a Rui levou-o a falar e a escrever sobre o grande brasileiro em conferências e

escritos memoráveis, quase todos reunidos em livros. Deixou diversas obras abordando temas de História, Política e Sociologia. Delas, ocupamo-nos demoradamente em conferência proferida por ocasião de seu centenário, em 1980, publicada em o nº 103 (jul/set.), de 1981, desta revista. **O Brasil e o Anti-semitismo** foi seu último livro, embora vivesse ainda quase trinta anos. Posteriormente, publicou, como trabalho de vulto, **A Cidade de Anchieta**, que não chegou a aparecer em volume, apenas nas páginas da “Revista do Arquivo Municipal”, de São Paulo, nº 23, de maio de 1936.

**O Brasil e o Anti-semitismo** incidia numa série de deficiências de ordem bibliográfica. A começar pela falta da data da edição, quer na página-de-rostro ou na capa, no prefácio ou no colofão, estes dois, aliás, inexistentes. O único local onde a data (1934) vinha assinalada era no dorso do volume, justamente a parte que necessariamente seria eliminada, se o livro viesse a ser encadernado. Aí, perder-se-ia a única referência cronológica. Isto dificulta, inclusive o entendimento de certas indicações de data que, vez ou outra, aparecem no livro, especialmente quando o autor cita fatos mencionados pela imprensa, onde se menciona o dia e o mês, mas sem o ano! Ou simplesmente a expressão “deste ano...” Mas, que ano? Na época, talvez fossem fatos do dia-a-dia. Mas, e depois, quando tudo houvesse caído no esquecimento? Que referenciais teria o pesquisador que precisasse utilizar-se do livro?

Outra falha: a ausência de um “prefácio”, “explicação” ou coisa similar, que permita ao leitor conhecer a natureza do livro. É certo que ele resultou de conferência proferida na Casa de Rui Barbosa, mas sem que o leitor saiba quando. E a própria indicação do local, aparece apenas páginas adiante. No entanto, uma simples nota de pé-de-página resolveria todas estas dificuldades. Uma série de elementos sugere-nos que a conferência tenha sido pronunciada em 1933, já que o livro saiu em 1934. Mas, por que não indicar isto de maneira clara? Outro ponto: toda a matéria constante do livro faria parte da conferência lida na Casa de Rui Barbosa? Inclínamo-nos pela afirmativa, embora haja tópicos pouco adequados a uma conferência ou mesmo destoante do tema que o autor pretendeu tratar, no caso **O Brasil e o anti-semitismo**.

A conferência, feita a convite de Homero Pires, então diretor da Casa de Rui Barbosa, foi a inicial de uma série destinada a procurar na vida e obra de Rui “a lição de justiça que fosse mais útil recordar ao mundo contemporâneo”. E com este objetivo — esclarece o autor — chegou logicamente ao **Caso Dreyfus** e ao anti-semitismo: “Nada mais oportuno. A sua atitude de então (de Rui) define e vaticina a do Brasil de hoje”, pois “nunca houve momento tão decisivo na história moral do homem”.

A parte relativa ao famoso “affaire” ocupa as primeiras quarenta e cinco páginas da conferência. A tônica desta, o que vale dizer

de todo o livro, vem logo no início: “Quem terá razão? seremos nós que acreditamos no Direito? serão os outros que só acreditam na força?” E adiante: “Tristes de nós, tristes do Brasil, triste de nosso continente, se num momento destes, em que o mundo ameaça volver à bruteza primitiva, levados por mesquinhas considerações de interesse ou conveniência, esquecêssemos o princípio que é a raiz e a condição de toda a civilização, esquecêssemos que o maior dever da humanidade é ser humana!”.

A partir do tópico intitulado “A Alemanha e o anti-semitismo dos pogroms”, toda a matéria passa a ser relacionada com o que estava começando a ocorrer na Alemanha após a ascensão do nazismo e não deixa dúvida quanto à posição do autor face a uma das mais trágicas ocorrências da história da Humanidade. E a conferência foi pronunciada e o livro publicado muito antes da Segunda Grande Guerra, quando, talvez, ainda não se pudesse prever a que ponto chegariam os hediondos crimes perpetrados na Alemanha. Ao leitor menos avisado, explica: “Conheceis a palavra **pogrom**? É um termo russo para designar a matança em massa dos judeus. A Rússia bolchevista (e é uma justiça a fazer-lhe) acabou com os **pogroms** tristemente célebres do tempo dos tzares. Estava reservado a uma das mais civilizadas nações do orbe o triste privilégio de revivê-los”. E para instruir sua afirmação, cita exemplos concretos de atrocidades cometidas nos primeiros anos do regime nazista.

No tópico “Judeus e cristãos” (p. 57/59), afirma não defender os judeus porque judeus, “mas porque parte integrante da Humanidade”, mesmo porque o “Judeu do Calvário” ensinou-lhe a amar o próximo como a si mesmo. Em “Perda de simpatia” (p. 61/66), lembra sua antiga admiração pela Alemanha e como, agora, com a nova situação, “todas essas simpatias foram rio abaixo”. Justifica: “O seu (da Alemanha) esforço gigantesco para afirmar-se, o seu assombroso trabalho para unificar o espírito nacional comovia. A carreira vertiginosa de seu **Führer** espantava (...) Se a Alemanha se tivesse limitado a fortalecer-se moral e materialmente, dentro da linha de um nacionalismo estreito, mas humano, não tenham dúvida, as simpatias do mundo estavam com ela. Tanto, porém, que conquistou essa situação invejável, não teve a Alemanha empenho maior do que trair seus próprios interesses e perdê-la. Tratou logo de transformar o seu nacionalismo numa campanha de ódio e extermínio. Exilou a nata de sua cultura, a aristocracia de sua inteligência por uma anacrônica e odiosa questão de raça”.

“Minha atitude” (p. 67/72) tem um certo caráter de memória, a lembrar o quanto, durante a Primeira Grande Guerra, recusou-se a atribuir à Alemanha a culpa total no conflito e ilustra o tópico com episódio referente ao seu convívio com Rui Barbosa. Uma profissão de fé no liberalismo é o que se encontra a seguir (p. 73/80), para depois (p. 81/86) estabelecer a contradição do espírito alemão: “A verdade é que

além dessa Alemanha (a de Goethe, Schiller, Bach e Heine), há outra — a que está hoje dominando — a Alemanha de Fichte, de Schopenhauer, de Chamberlain, de von Bernhardt e de Treitske. Nesta, a crueldade é um fenômeno natural. As idéias daqueles semeadores da violência e da paranóia medraram e amadureceram numa raça sabiamente adubada para assimilá-las. Eis aí os seus frutos”.

Os perigos da influência nazista no Brasil, a perseguição aos autores judeus com a queima pública de seus livros, a atitude da Inglaterra com relação aos judeus, os grandes judeus alemães, notadamente os que mais influíram no desenvolvimento cultural da Alemanha (entre outras coisas, com numerosas vitórias no domínio da ciência, a começar pelos prêmios Nobel), são tópicos que colocam o autor bem à vontade para deles tratar, ainda que de passagem, dada a natureza e as dimensões do volume. No tópico “O hitlerismo pelos próprios hitleristas” (p. 125/135) transcrevem-se trechos anti-semitas de publicações alemãs da época, ou então do noticiário internacional, visando ao mesmo objetivo.

Mais alguns tópicos de temas variados — relações do Brasil com a França, o “conto dos marcos” aplicado pela Alemanha ao mundo após a Primeira Grande Guerra, a igualdade jurídica das nações, defendida por Rui Barbosa na Conferência de Haia, a atitude de Rui diante do armistício de 1918 —, e chega o autor aos tópicos “A Alemanha e seus vizinhos” e “A Itália”, nos quais, infelizmente, revelou-se mau profeta: “Não há dúvida que a clássica ameaça de Dâmocles está de novo sobre a cabeça da civilização. Mas, desta vez os tempos são outros”. É onde se enganava o autor. Exemplos: “A Polônia libertada, tendo à frente dos seus destinos a figura lendária de um novo Sobiesky, derramará até a última gota de seu sangue antes de consentir em ver-se de novo acorrentada”. Ora, foi precisamente pela invasão nazista na Polônia que teve início, a 1.º de setembro de 1939, a Segunda Grande Guerra...

Outro exemplo: “A Áustria, reduzida ao décimo do que era, oferece-nos também outro milagre. Parece que a Providência desta vez se empenha em salvar o mundo da barbárie. Deu à Áustria um homem assombroso, que tem resistido às manobras nazistas. Dolfuss é hoje uma das maiores figuras do cenário universal. Nesse homem pequeno e heróico, que repete contra Hitler o combate de David contra Golias, achou o nazismo o seu mais terrível adversário”. Ora, precisamente Dolfuss foi uma das primeiras vítimas do nazismo, assassinado em 1934, no mesmo ano em que Baptista Pereira pronunciava essas palavras. E poucos anos depois, era toda a Áustria, através do **Anschluss** de 1938, que perdia a sua independência, simplesmente anexada pela Alemanha nazista... Ainda outro exemplo: “Em vão o hitlerismo, fazendo castelos no ar, insinua que numa nova guerra contará com a Itália. A Itália ao lado da Alemanha! Como se não velasse sobre ela o gênio de Mussolini!” Ora, é sabido que a

Itália, com tudo o que Baptista Pereira dela esperava (dela e de Mussolini) foi a primeira a aliar-se à Alemanha de Hitler para a formação do malfadado “Eixo”... Na época, era o autor entusiasta do “gênio de Mussolini”. Estranho para quem conhece a formação de Baptista Pereira: “Todo o mundo é acorde em que o seu traço predominante (de Mussolini) é o zelo do nome, da honra e da glória da Itália”.

Que pena não tivesse Baptista Pereira revisto seu livro de 1934 dez ou doze anos depois!

**O Brasil e o Anti-semitismo** — como já se indicou — foi praticamente o seu último livro, embora vivesse ainda quase trinta anos, tempo suficiente para aquilatar criteriosamente de tudo quanto ocorreu durante a Segunda Grande Guerra e dos anos que se lhe seguiram, pois só veio a falecer em 1960. Quanta coisa teria a testemunhar ou a depor se quisesse ou pudesse continuar escrevendo! Naquele mesmo ano de 1934, Baptista Pereira reeditou seu livro, integralmente, nas páginas do primeiro volume da “Revista Brasileira” (quarta fase), por ele criada, e que circulou até o ano seguinte.

Tanto o livro original, como a revista em que foi reeditado, são hoje raridades bibliográficas. Livro de circunstância — tal como o **Por que ser anti-semita?**, que consideramos no início desta nota — não fez jus a outras edições. O assunto já é pouco lembrado das novas gerações, dando-nos a esperança de que jamais ressurgja. Assim, livros como os dois que registramos, já seriam “demodées”... Nem clima haveria, sequer para uma releitura, a não ser como finalidade de pesquisa para o estudo das mentalidades. Porque — bem ou mal — marcaram um momento na história de nossa mentalidade. O anti-semitismo existiu e, conseqüentemente, o “antianti-semitismo” também teve que existir. E os dois exemplos brasileiros nos parecem significativos, quando recordados depois de mais de meio século.

## JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Francisco Iglésias

Com a morte de José Honório Rodrigues, verificada a 6 de abril, perde a historiografia brasileira uma de suas figuras mais significativas, pela obra realizada, pelos caminhos que trilhou e traçou, pela influência marcante em serviços públicos ligados à sua especialidade, como bibliotecas e arquivos, pelo ensino, pela pregação de novos programas e outro conceito do labor historiográfico. Operoso, não conheceu descanso desde sua estréia em 1940, sempre pesquisando e escrevendo, divulgando idéias no jornal, na cátedra, em conferências, seminários, congressos. Fazia-o com empenho e até paixão. Pode-se fazer agora, com possível rigor, o balanço de toda essa atividade, de efeitos tão fecundos na produção intelectual das ciências sociais, notadamente da História. Como disse André Malraux em bela passagem de romance, é só depois da morte que se define nos homens sua verdadeira face.

Honório nasceu no Rio de Janeiro em 1913 e tinha imenso orgulho de seu berço. Amou a cidade, escreveu sobre ela. Via-a como centro do Brasil, em idéia justíssima. Ainda hoje, mesmo sem ser a capital do País, é de fato o eixo da sua vida intelectual e política: o que aí não ecoa não tem importância decisiva no plano nacional. Terra de D. Pedro II e Machado de Assis, como gostava de lembrar, em seu amor às vezes ciumento e quase possessivo, indignava-se com o fato de vê-la dirigida por autoridades de outras procedências. Afinal, exatamente pela importância, ela seduz brasileiros de todos os pontos, mesclando-os e até determinando-lhes a fisionomia. A cidade é fascinante como beleza natural e humana e tem atmosfera muito particular, subjugadora. E todo brasileiro é um pouco carioca.

Curioso: Honório, tão entranhadamente de sua terra, pouco se identificava com os traços mais proclamados — seus estereótipos —, pois era pouco lúdico, excessivamente preocupado em seus estudos e com os rumos nacionais, nada lírico ou bem-humorado — era mesmo destituído de humor —, à maneira convencional dos conterrâneos. Amava a sua área, estudou-a e exprimiu-a, mas não cultivava ou não tinha a sua verve — encontrável, por exemplo, no amigo ficcionista Marques Rebelo: de comum com os cariocas tinha apenas o apego ao futebol, nele colorido com paixão — sua nota dominante —, chegando à intolerância pouco esportiva — torcedor do Flamengo, detestava os rivais, negando-lhes tudo,

votando-lhes desprezo, quando não ódio nos dias de derrota do quadro de sua eleição. Passional no único lazer cultivado, como nos estudos, na convivência com os outros, no acompanhamento da vida intelectual ou política.

No Rio nasceu e morreu, saindo apenas para breves temporadas em Brasília ou São Paulo, aulas conferências, concursos ou viagens de recreio por todo o Brasil, sem falar nas permanências mais longas — alguns meses — nos Estados Unidos e na Inglaterra, outras mais breves em diversos centros da Europa. Também aí era atraído pelos documentos, correndo livrarias e antiquários em busca de textos raros — não era um bibliófilo, mas leitor —, bibliotecas e arquivos. Não terá ido a lugar nenhum, aqui ou fora, sem fazer essas visitas, para ele obrigatórias, pois o estudo foi a razão de ser de toda a sua vida. Para ele a História foi sempre coisa séria, absorvente, não a vendo jamais como lazer, fuga, passatempo. Quando moço, não havia ainda a Universidade entre nós, só as escolas tradicionais. Teria sido aluno de um curso de Sociologia, Economia, preferentemente História. Não os havia, e, como milhares de outros, frequentou a Faculdade de Direito, na qual teve professores de terna e eterna admiração. Não foi contudo advogado, pois não se dedicou à carreira.

No serviço público, foi funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool, no qual realizou ampla pesquisa histórica, origem de valiosa obra, editada em dezenas de fascículos da **Revista**, do órgão, até hoje não aparecida em livro, há muito anunciado como **Capítulos de História do Açúcar**. É edição que se impõe. Logo entraria para serviços mais consentâneos com o seu gosto. Foi funcionário do Instituto Nacional do Livro e da Biblioteca Nacional; aí, dirigiu com competência e amor a Divisão de Obras Raras, de 46 a 58; ao mesmo tempo, entre 48 e 51, dirigiu a seção de pesquisas do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. Desse Instituto foi professor alguns anos, no curso para formação de diplomatas; para eles escreveu a **História Diplomática do Brasil**, ainda também não divulgada. O autor burilava esse escrito, surgido da contingência das aulas, sem chegar à forma desejada. Não sei se o deixou em condições de ser editado; de qualquer modo, tudo indica merecer a categoria de livro, pois é fruto de pesquisa em área de seu gosto muito especial — a política externa.

Se marcou a passagem pela Divisão de Obras Raras, foi no exercício da chefia do Arquivo Nacional, de 58 a 64, que mais plenamente se realizou como servidor público. Encontrou uma repartição antiquada, sem recursos e sem pessoal de preparo conveniente, em linha de rotina e ausência de criatividade, como é comum nesses órgãos. Quadro perfeito da situação está no importante documento que então escreveu e divulgou — **A situação do Arquivo Nacional** (1959). Aponta o existente, as faltas e

tarefas: breve texto, certo no diagnóstico e no prognóstico, devia ser lido e meditado por quantos respondem por instituições do gênero. Entrega-se ao cargo com a máxima dedicação. Através de convênios, para superar as carências financeiras (as autoridades nunca tiveram empenho por essas casas, pois elas não rendem eleitoralmente), obteve a vinda de técnicos notáveis em arquivos ou especialistas fundamentais a seu funcionamento; eles deram cursos, formaram pessoal habilitado, imprimiram diretrizes aos serviços, escreveram textos, logo traduzidos — muitas vezes pela mulher, Leda Boechat Rodrigues, companheira admirável, advogada e historiadora de mérito —, algumas dezenas de volumes pequenos ou maiores, o que de mais valioso nesse campo se fizera até então no País. A tarefa não teve continuidade, infelizmente.

Sua passagem pelo Arquivo Nacional representa o momento mais importante da instituição criada em 1838. Pode-se mesmo dizer que é um dos momentos da história da administração pública no País, quando um chefe consegue transformar substancialmente certo serviço. Dele se poderia dizer o que Álvaro Lins disse do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores — guardem-se as proporções, é claro, pois esta era de efeito transcendente na trajetória nacional e foi bem mais ampla: resultou da coincidência de um longo preparo com uma oportunidade. Há afinidades nos dois casos: Honório como que se preparara para o posto e teve a ocasião rara, feliz para ele e para o País, de ocupar o posto. O Arquivo Nacional é um antes e outro depois de sua passagem pela direção. Demais, esse esforço repercutiria em alguns Estados, que acorrem à convocação dos cursos especiais no Rio, aprendem o não sabido e voltam a suas repartições com outra visão e preparo, disposição e competência antes inexistentes. Poucas unidades, no entanto, acorreram a esse chamado, pela apatia, omissão, despreparo de seus responsáveis. Os livros então editados sobre Arquivos ficaram e podem exercer ainda influência.

Antes, fizera viagens ao Exterior, em bolsas de estudo para cursos ou visitas a instituições. Entre elas, bolsa em 43-44 nos Estados Unidos, pela Fundação Rockefeller; em 50 e 68 na Inglaterra, pelo Conselho Britânico. Foi também enviado em missão pelo governo brasileiro e a convite do Conselho Britânico, em trabalho feito com rigor: resultou daí um texto significativo na história das pesquisas entre nós, o pequeno mas substancioso volume **As fontes para a História do Brasil na Europa**, de 1950. Dessa missão, como de muitas outras até do século passado, dá notícia circunstanciada em seu valioso **A Pesquisa Histórica no Brasil**.

Ainda como atividade, foi professor algumas vezes: no Instituto Rio Branco, como se referiu, de 46 a 56. Não foi titular de

nenhuma Universidade — nunca teve o posto de catedrático, em geral pouco criativo, quando não infecundo —, mas foi professor nas Universidades de Brasília e Fluminense, eventualmente em outras, para breves cursos. Lecionou também no Exterior: nos Estados Unidos, em Austin (63/4 e 66) e em Columbia (70). Fez conferências e participou de congressos, sempre com viva atuação, nos Estados Unidos, em países da América Latina, na Europa e em muitos Estados brasileiros. Convidado, quase sempre acedia, muitas vezes com prejuízo para suas obras ou pesquisas. Animava-o o desejo de atender, divulgar idéias, em geral polêmicas, pela indiferença dos meios universitários, como também pelo gosto do convívio e debate com jovens de todos os recantos. Vida profícuca, portanto, dedicada exclusivamente ao estudo e divulgação da História.

Refira-se agora o básico de sua atividade: a produção historiográfica. Ampla, tem cerca de 28 livros, alguns dos quais em dois, três, cinco e seis volumes; colaborou com capítulos em obras coletivas, no Brasil e na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos; fez várias edições críticas; editou dezenas de volumes de documentos, quase sempre com prefácios esclarecedores. É possível dividir essa produção em cinco grupos: 1) o da teoria, metodologia e historiografia, em obras sistemáticas; 2) história de temas; 3) ensaios historiográficos; 4) obras de referência; 5) edições de textos.

Em perspectiva sumária, lembrem-se alguns títulos. No primeiro grupo — teoria, metodologia e historiografia: **Teoria da História do Brasil**, 49; **Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil**, 49; **A Pesquisa Histórica no Brasil**, 52; **História da História do Brasil**, 79. Três desses títulos são fundamentais para todo estudioso: o tríptico constituído por **Teoria**, **Pesquisa** e **História da História**. Pode-se dizer sem hesitação que no gênero ninguém produziu tanto. Dele é o primeiro estudo de teoria de certo significado; o mais completo sobre pesquisa e o melhor sobre história da historiografia. Lamenta-se tenha sido publicado apenas o primeiro volume, referente ao período colonial. Não sei em que estado ficou a obra, se há mais algum volume em condições de ser editado. Se não foi o criador do gênero entre nós, ninguém fez mais e marcou tantos rumos.

Na segunda categoria — história de temas: **Civilização Holandesa no Brasil**, juntamente com Joaquim Ribeiro. É sua estréia, em 40. Foi o principal autor, como reconhece o parceiro. Bem mais importantes são: **Brasil e África: outro horizonte**, 61; **O Parlamento e a evolução nacional**, 72; **Independência: Revolução e Contra-revolução**, em cinco volumes, 76; **O Conselho de Estado: Quinto Poder?**, 78. No terceiro grupo — de ensaios historiográficos: **Aspirações Nacionais**, 63; **Conciliação e Reforma no Brasil**, 65; **História e Historiadores do Brasil**, 65; **Vida e**

**História**, 66; **História e Historiografia**, 70; **História, Corpo e Tempo**, 76; **História Combatente**, 83; **História Viva**, 85; **Tempo e Sociedade**, 86. Entre as obras de referência — quarto grupo —, de certo modo podem ser consideradas as do primeiro grupo, mais os **Índices Anotados**, da Revista do Instituto do Ceará, 59; e da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 61. Na última categoria da classificação aqui proposta estariam as edições de textos, com dezenas de volumes: entre outros, **Anais da Biblioteca Nacional** (volumes 66 a 74, entre 48 e 63); **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional** (volumes 71 a 110, 44-45); **Cartas ao Amigo Ausente**, de José Maria da Silva Paranhos, 63; **Correspondência de Capistrano de Abreu**, 3 volumes, 54-66; **O Parlamento e a Evolução Nacional, 1826-40** (7 volumes, 72); **Atas do Conselho de Estado** (13 volumes, 78). Todos com prefácios, às vezes anotações e índices especiais. A reedição de vários livros de Capistrano de Abreu. Sem falar em muitos outros prefácios e notas para originais ou reedições de diferentes autores, épocas e dimensões. Esse conjunto de trabalhos coloca Honório na linha dos mais incansáveis historiadores do País, como Varnhagen e Capistrano.

Sob o aspecto qualitativo, também a obra é valiosa, pela lucidez, dedicação contínua, sentido de verdadeiro trabalho historiográfico, que o leva a compreender a atividade como coisa viva, atuante, ligada ao País e à época, como se vê até por alguns dos títulos citados no terceiro grupo. Sua maior contribuição é a história da historiografia, com títulos como os enunciados. Entre eles, as bibliografias, os levantamentos de assuntos, estudos dos historiadores de sua preferência, os “brazilianists”, arrolamento e análise de arquivos, a evolução da pesquisa, as missões brasileiras no estrangeiro e outros assuntos. A parte mais essencialmente teórica é menos valiosa, como se dá em capítulos da **Teoria** ou no livro **Filosofia e História**, de 81. Empenhado em metodologia — ninguém batalhou mais por seu cultivo —, decerto lhe faltou formação filosófica mais sólida, insuficiência muito brasileira. Os livros dedicados a temas são variáveis: o de **estréia**, em 40, é apenas promissor; os seguintes seriam bem superiores. O mais importante, pela pesquisa e dimensões, é o dedicado à **Independência**. Ressente-se, contudo, de certa falta de síntese. O mais completo sobre o assunto, é a melhor contribuição de quanto se escreveu nas comemorações dos 150 anos do episódio.

A propósito de síntese, assinala-se não ter sido o seu forte. É real a sua falta, o autor é melhor nos ensaios que nas análises pormenorizadas de temas. Uma lembrança confirma o fato: como todo historiador patricio, Honório pensou em escrever uma **História do Brasil**. Contratado por editora inglesa, pensou ter chegado o seu momento e se dispôs a fazê-la. Anunciou-a em várias ocasiões, entre títulos de próximo

aparecimento. Depois não anunciou mais, renunciando à tarefa. É pena, pois de autor significativo é de esperar-se obra do gênero. Faltou-lhe paciência ou capacidade de síntese. Dos ensaios, alguns são notáveis como revelações e abrangência — caso do dedicado aos “brazilianists” — como de acuidade. Entre muitos, lembrem-se passagens de **Aspirações Nacionais**, todos os de **Conciliação**, alguns perfis de historiadores — Varnhagen, Capistrano — ou políticos — Visconde do Rio Branco, por exemplo.

A obra de José Honório Rodrigues prende pela pesquisa e atenção a aspectos fundamentais. É apaixonada e às vezes apaixonante. Amou intensamente o seu país e o seu povo: “Vibro e me arrepio com as grandes causas nacionais”, escreveu em 75 no prefácio de **Independência**. Por ter amado e entendido sua terra e gente, também vibrava de indignação ante a incapacidade dos políticos, por vezes até mesmo sua indiferença ou traição. Denunciou com vigor e rigor a incompetência dos dirigentes, bem como exaltou a superioridade do povo, verdadeiro agente do processo nacional. Insistiu no caráter cruento de nossa História — tese esboçada por Capistrano, sem o devido aprofundamento —, aí chegando a exageros que deixam o leitor acreditar a trajetória nativa mais cruenta que a dos Estados Unidos ou da África do Sul. Há visível exagero na tese de ter sido a independência brasileira tanto ou mais cruenta que a das antigas colônias espanholas. Motivou essa hipertrofia de acento sua recusa da idéia de cordialidade da vida brasileira, como a apresenta a historiografia tradicional e é indevidamente atribuída a outra que nada tem de oficial. A denúncia exaltada do oficialismo da produção nativa lembra a obra de Manuel Bonfim, contra o convencional da monarquia e do governo bragantino, contra as tradições portuguesas, a seu ver tão daninhas na América. Curiosamente, Honório não citava esse autor, de cujo pensamento, no entanto, era muito próximo. Bonfim deve ter sido o primeiro a fustigar o que chamava história oficial, no que seria muito repetido por Honório. Seu tom indignado e até irado podia constituir certo encanto nas conferências e debates, conferindo-lhes vivacidade, mas levou a injustiças, freqüentes em artigos de jornal de seus últimos anos, quando descambava até para o xingatório (recorde-se pitoresca resenha na imprensa do livro de John Foster Duller Jr.). O calor da linguagem e número excessivo de chamadas no texto para suas próprias obras criaram-lhe animosidades e até julgamentos injustos de parte de pessoas menos compreensivas.

Em resumo, em Honório tem-se obra valiosa, contribuição para o conhecimento do processo nacional. Muito do mais significativo pulsa em milhares de páginas que escreveu, sob certo aspecto consubstanciado em “Teses e antíteses da História do Brasil” (recolhido em **Conciliação**). A bibliografia é enriquecida por esse conjunto de livros desiguais, com uma nota comum que é a pesquisa atenta, o desejo de esclarecer, interpretar,

apontando rumos, com vistas a superar entraves criados pela ordem externa e muito também pela interna, pela mediocridade dos grupos dirigentes, às vezes pelo impatriotismo e até pela traição. No campo intelectual, principalmente no historiográfico, denunciou o oficialismo, subserviência de quem devia encarnar a liberdade, com autonomia e vigor, consumindo-se na rotina, no oportunismo, no culto do convencional, quando há potencialidades a serem devidamente exploradas, rumos a serem trilhados. Além dos livros, reeditados e alguns traduzidos, Honório exerceu e exerce influência pela renovação dos arquivos, através de escritos e do trabalho em alguns; no ensino da História, com textos decisivos — como **Teoria, Pesquisa, Historiografia** —, e pregação de programas renovadores, referência a escolas ou autores não conhecidos, a defesa de um Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, críticas ou práticas obsoletas ou falsas. Distinguiu-se e afirmou-se pelo vanguardismo em meio rotineiro e acanhado, com repercussões na Universidade, instituição conservadora e em geral falida. José Honório Rodrigues se recomenda pela amplitude do trabalho e pelo justo entendimento do destino do país que amou, estudou e tentou acionar com sua palavra. Esta continuará atuando, pelos livros instigantes, ricos de idéias e programas inovadores. Seu nome, pois, está definitivamente inscrito na história da historiografia brasileira.

(De **Cultura**, supl. de "O Estado de S. Paulo", 16-5-1987)

apontando rumos, com vistas a superar entraves criados pela ordem externa e muito também pela interna, pela mediocridade dos grupos dirigentes, às vezes pelo impatriotismo e até pela traição. No campo intelectual, principalmente no historiográfico, denunciou o oficialismo, subserviência de quem devia encarnar a liberdade, com autonomia e vigor, consumindo-se na rotina, no oportunismo, no culto do convencional, quando há potencialidades a serem devidamente exploradas, rumos a serem trilhados. Além dos livros, reeditados e alguns traduzidos, Honório exerceu e exerce influência pela renovação dos arquivos, através de escritos e do trabalho em alguns; no ensino da História, com textos decisivos — como **Teoria, Pesquisa, Historiografia** —, e pregação de programas renovadores, referência a escolas ou autores não conhecidos, a defesa de um Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, críticas ou práticas obsoletas ou falsas. Distinguiu-se e afirmou-se pelo vanguardismo em meio rotineiro e acanhado, com repercussões na Universidade, instituição conservadora e em geral falida. José Honório Rodrigues se recomenda pela amplitude do trabalho e pelo justo entendimento do destino do país que amou, estudou e tentou acionar com sua palavra. Esta continuará atuando, pelos livros instigantes, ricos de idéias e programas inovadores. Seu nome, pois, está definitivamente inscrito na história da historiografia brasileira.

(De **Cultura**, supl. de "O Estado de S. Paulo", 16-5-1987)

## UM REPUBLICANO QUE MERECE SER LEMBRADO

Duflío Battistoni Filho

Uma das personalidades mais interessantes da cultura campineira e injustamente esquecida das gerações modernas é a de José de Campos Novais (1860-1932), sempre lembrado pelos seus coetâneos, pela sua imensa cultura nos diversos campos que perlustrou sempre com grande pertinência, seja na História, na Música, na Botânica ou mesmo na Literatura. A sua sede de conhecimentos era tal, que mais parecia um monge a cata de alfarrábios do que o mais comum dos mortais.

Entretanto, este solteirão inveterado, de compleição atarracada, gordo, bonachão, “desligado da vida”, constantemente alvo de chacotas de seus amigos, mas extremamente simpático, era descendente de família abastada, sendo o seu pai o coronel Floriano de Camargo Campos e sua mãe dona Paula Joaquina de Andrade, ambos parentes que, segundo Pelágio Lobo “provinham de troncos familiares dos mais antigos da árvore dos Camargos de Campinas e de Itu”<sup>1</sup>.

Pouco se sabe sobre a sua infância e adolescência, a não ser os seus estudos realizados no Colégio Culto à Ciência, de 1877 a 1879, na época soberbamente dirigido pelo dr. Francisco Xavier Moretzohn e que contava com o apoio de um rico corpo docente formado por mestres eminentes do porte de um Henrique Barcelos, um Amador Florence, um João Bentley e um Antonio Martins Teixeira. Os métodos pedagógicos de então, mesmo nos grandes centros do país, não eram muito além dos processos maquinais de ensino, típicos da escola tradicional imperial.

Campos Novais, contudo, foi merecedor de confiança de duas figuras excepcionais, das quais recebeu os influxos culturais que chegaram a moldar o seu caráter e personalidade. Foram elas: Azarias Dias de Melo e Joaquim Correa de Melo. O primeiro, músico e mestre de banda, muito conceituado nos meios locais, e o segundo, chamado carinhosamente de “Quinzinho da Botica”, mestre em Botânica e História Natural, sobre o qual, aliás, “Nho Zé de Campos”, chegou a publicar um perfil biográfico e também sua correspondência.

(1) Pelágio Lobo. VELHAS FIGURAS DE SÃO PAULO. Biblioteca da Academia Paulista de Letras, vol. 5, 1977, p. 244.

Aos vinte anos matriculou-se na Faculdade de Direito, em São Paulo, como era de praxe entre os moços de famílias tradicionais. Todavia, pouco lhe interessava o estudo dos “Codex” ou as “Institutas”<sup>2</sup> e sim a Música que o empolgava, a ponto de levá-lo ao estudo da flauta, instrumento que chegou a dominar, e o piano.

Integrante do grupo dos “campineiros ricos” em cuja república, situada na rua Barão de Itapetininga, era palco de reuniões festivas, onde imperava a mordomia, não faltando cozinheiro e copeiro. Os moços chegavam a alugar piano e as festas eram animadas ao som das modinhas da época.

Depois de estudos mal feitos, diga-se de passagem, viajou pela Europa, tendo estudado Harmonia e Contraponto, em Leipzig, Alemanha, famoso centro musical, no qual o moço campineiro foi profundamente contagiado pelas composições de Wagner, Bach e Beethoven. Nas suas andanças pelo *Velho Mundo* comprou muitos livros dos grandes mestres das diversas escolas, desde os clássicos até os românticos.

Rodrigo Octávio que o conheceu muito bem assevera “... que possuía todas as partituras; punha-se ao piano e as lia, um pouco com os dedos das mãos gorduchas, e, muito cantarolando, e assim se esquecia, horas a fio, que para os outros eram de enfadonho, mas para ele eram de encanto”<sup>3</sup>.

Bibliófilo por excelência, era dono de uma das bibliotecas mais ricas de Campinas, tamanha a variedade de assuntos ali contidos, destacando-se a parte de Botânica, outra sua paixão, muito rica, com obras raras de autores consagrados como: Spix, Martius, Barbosa Rodrigues, Fritz Müller, Caminhoá, Emílio Goeldi, para citar somente alguns. Sua fama começou ultrapassar as fronteiras do país e tornando-se membro de instituições científicas de renome mundial, entre elas, a famosa Linnean Society of London, da qual muito se orgulhava.

Em 1888 com a abolição da escravidão, sua família sofre um rude golpe, com a perda da fortuna e, por conseguinte, as propriedades, não recebendo do governo, a devida indenização. Por isto, com a sorte desfavorável, Campos Novais, possuidor de uma boa cultura científica, foi procurar emprego no Instituto Agrônomo de Campinas, sendo imediatamente aceito e tornando-se um funcionário exemplar como fitopatologista.

Como pesquisador aplicado foi o primeiro cientista brasileiro a denunciar a “broca do café”, praga que estava infestando os cafezais

(2) Luís Carlos Correia de Melo. DICIONÁRIO DE AUTORES PAULISTAS. São Paulo, Edição do Quarto Centenário de São Paulo, 1954, p. 425.

(3) Rodrigo Octávio. MINHAS MEMÓRIAS DOS OUTROS. Última série. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1936, p. 279.

brasileiros ao trazer grandes prejuízos aos plantadores. A esse respeito publicou um estudo, inserido na Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, nº 33, de 1913, no qual analisa o estado lastimável das plantas atacadas pelo caramujo terrestre, da ordem dos Gasteropodos, família dos Bulimidas. A repercussão deste seu trabalho foi internacional, chegando a receber fartos elogios do grande botânico italiano Bergamini<sup>4</sup>.

Ao estudar a flora paulista, apresentou um trabalho ao Congresso Latino-americano, realizado no Rio de Janeiro, a 7 de agosto de 1905, intitulado "GEOGRAFIA BOTÂNICA PAULISTA" de grande interesse para os estudiosos. Ainda nesta área fez um estudo das plantas da região de Campinas onde arrola 771 espécies, distribuídas pelas famílias em ordem alfabética, divididas em "Phanegrogamae Dicotyledoneae" e "Monocotyledoneae"<sup>5</sup>.

Passando aos trabalhos histórico-geográficos, registremos três, porventura os mais significativos: o primeiro, "TESE SOBRE A VIAÇÃO FÉRREA GERAL E NAVEGAÇÃO FLUVIAL DO BRASIL" (Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, nº 1, 1902) em que analisa as ligações com o Oeste de São Paulo e do Planalto com o Litoral, estudo que mereceu do geógrafo Orville A. Derby referências encomiásticas numa carta endereçada ao autor campineiro; o segundo, um alentado volume de 505 páginas sobre as "ORIGENS CALDEANAS DO JUDAÍSMO" impresso em São Paulo, em 1889, pela tipografia de C. Gerke & Cia., fruto de sua polêmica com o pastor Alvaro Reis e, no dizer de um historiador, "um dos mais eruditos estudos históricos e lingüísticos já produzidos em nosso país"<sup>6</sup>; finalmente o terceiro, em que prefaciou e traduziu excertos do livro "UM DESCONHECIDO HISTORIADOR DAS GUERRAS HOLANDESAS DE PERNAMBUCO" do holandês Isaak Commelyn, trabalho inédito na época e que foi publicado também na Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, nº 16, 1907, sobre a vida de Frederico Henrique de Nassau, irmão de João Maurício de Nassau.

Outra faceta conhecida de sua personalidade foi o apurado senso crítico, de que era possuidor, como podemos observar nos seus numerosos artigos de jornal. Um dos seus maiores feitos foi apontar alguns equívocos a Euclides da Cunha quando o célebre escritor e jornalista, de passagem por Campinas, em 1902, leu, na casa de Cesar Bierrembach, alguns trechos das últimas provas de seu livro "Os Sertões", que se tornaria mais tarde um dos marcos da literatura nacional.

(4) José C. de Moura Junior. O DR. JOSÉ DE CAMPOS NOVAES. Tribuna Farmacêutica, Rio de Janeiro, nº 8, 1950, p. 166.

(5) José de Campos Novaes. INDEX FLORAE CAMPINENSIS. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, nº 6, 1904.

(6) Odilon Nogueira de Matos. "UM REVÉRBERO CAMPINEIRO A REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES". Notícia Bibliográfica e Histórica, (82), 1977, p. 212.

Campos Novais foi um dos fundadores do Centro de Ciências, Letras e Artes, em 1901, juntamente com outros beneméritos campineiros. Fez parte da primeira diretoria como vice-presidente, culminando mais tarde com a presidência dessa entidade cultural, em 1903-1904, e durante três decênios consecutivos, como membro de sua Comissão de Botânica. Já o dissemos que sua biblioteca representou uma das riquezas de Campinas,<sup>7</sup> mas infelizmente dispersada pela incuria de alguns, quando muitos de seus livros foram doados a “sebos” ou vendidos como papel velho. Entretanto, muitos deles fazem parte do rico acervo do Centro de Ciências.

Muita coisa ainda poderia ser contada sobre Campos Novais, porém, preferimos resgatar os seus princípios democráticos, contidos, especialmente em duas conferências pronunciadas em Campinas, por ocasião da memorável campanha republicana de 1887, da qual foi um dos seus principais artífices.

Antes de mais nada é preciso destacar que ele não foi um intelectual criador, pois a política na sua concepção era um instrumento de ação prática, e seu objetivo primordial era colaborar num sistema de idéias que fosse eficaz para formular a nova ordem política. Vivendo numa época em que se lutava pelo enriquecimento da liberdade, apanágio de todas as nações, principalmente com as novas idéias que viriam dos países anglo-saxões, que muito admirava, com o seu espírito prático, estabeleceu que a melhor forma para se triunfar na vida era através da habilidade de cada um.

Os seus conselhos eram uma afirmação de experiência e de saber, e a sua orientação, a segurança positiva de um Programa de realizações patrióticas e humanas em todos os sentidos. O grande democrata era um animador de todas as demonstrações de inteligência. Ao longo de suas múltiplas ocupações, este homem dinâmico e irrequieto sabia reservar um lugar para as expansões e definições do espírito, completando, desse modo, no âmbito intelectual e social, os seus dotes admiráveis.

Viveu em Campinas, cidade que teve uma participação realmente efetiva na campanha republicana, a ponto de ser chamada “Meca da República”, pois foi justamente neste tempo que surgiu a idéia de se realizar conferências, nas quais pudesse enfatizar a ideologia do Partido Republicano Paulista. Seu programa foi uma concretização de velhas esperanças. Não representou um simples prospecto político.

A Imprensa pairava, até então, estática nas mãos de um reduzido núcleo de tipógrafos letrados. Só depois da Campanha da Abolição, veio ela a ocupar uma posição no mundo intelectual do Brasil e sacudir a monotonia desse círculo vicioso. A partir daí, pôde Campos

(7) Após a sua morte, o Inventário por nós consultado, dava um total de 5.566 volumes, quantia irrisória dada a grandeza de sua cultura.

Novais distinguir-se entre outros, pela posição firme de seus escritos ao lado de Campos Sales, Francisco Glicério, Alberto Sales, Bernardino de Campos e muitos outros.

A fundação do Clube Republicano Campineiro a 14 de julho de 1886 representou a tomada de consciência desses homens que, imbuídos dos melhores ideais procuraram através de conferências expor ao público os seus princípios democráticos e republicanos.

Célio Debes foi muito feliz ao observar que das muitas conferências ali realizadas, “muitas se perdiam na recapitulação de episódios da História Antiga ou Moderna; de preferência os exemplos eram buscados na Grécia e em Roma; a Revolução Francesa era um manancial inesgotável e a Conjuração Mineira despertava um interesse insopitável”<sup>8</sup>.

Todavia, apesar destas especulações históricas, das quais Campos Novaes não fugiu, havia entre eles um ponto comum: o amor aos ideais republicanos, a repulsa ao sistema monárquico e a pregação das liberdades individuais.

Sendo designado para falar no dia 6 de março de 1887, Campos Novais aborda o tema: “Consolidação da Democracia pela Igualdade” onde, inicialmente, estuda as origens da Democracia, buscando no mundo clássico exemplos para as suas assertivas. Procurou fazer um paralelo entre as democracias grega e romana. Observou com acuidade que homens de fibra como Péricles e Clístenes, apesar de muitas vezes “facciosos e demagogos”, procuraram dirigir com sabedoria o Estado Democrático Ateniense. No seu entender, “os romanos diferiam profundamente dos gregos, pois o respeito da lei, a severidade dos costumes republicanos, a constância na varia fortuna, são virtudes que fizeram dos romanos o povo melhor constituído para as lutas da vida civil. Ao passo que as numerosas cidades livres, entre as quais se dividia o solo grego, debatiam-se em lutas constantes umas com as outras, o povo romano prosseguia no programa secular – o cumprimento do Capitólio”<sup>9</sup>.

Assinala a seguir que a verdadeira liberdade e o princípio constitucional nascem a partir da Revolução Francesa da qual enseja o desenvolvimento do Liberalismo que, no seu entendimento veio fixar direitos e obrigações.

Em todos os sistemas modernos de governo democrático, constata-se a tendência para ampliar a Democracia Política no sentido duma Democracia Social, e valorizar as normas democráticas para apoiar as relações sociais entre os homens. Deste modo, a formação da vontade

(8) Célio Debes. O PARTIDO REPUBLICANO NA PROPAGANDA (1872-1889). S. P., s/e, 1975, p. 55.

(9) Gazeta de Campinas, 13/3/1887, p. 1.

política já não fica confinada a determinadas camadas de cultura, ou a notabilidades, mas passa a constituir assunto de todas as camadas populares que ostentam força política no sistema de poderes do Estado, através do voto popular.

Estribando-se nessas idéias, o escritor campineiro procura reafirmar os seus princípios democráticos, defendendo-os e ampliando-os numa coerência lógica compatível com sua filosofia de vida.

Uma segunda conferência seria realizada a 6 de julho do mesmo ano cujo tema: "Os limites da iniciativa do Estado", gizardia o seu pensamento através dos seguintes aspectos: o papel do Estado, o Individualismo, a Sociedade e os Heróis.

Para ele a consolidação do Estado somente se dá "... quando as cidades livres da Hellade se organizam"<sup>10</sup>. Os Manuais Políticos afirmam que uma das características do Estado é o exercício de um controle coercitivo sobre os próprios membros ou com relação a outras sociedades. Campos Novais aceita em parte esta tese, com a qual concordamos. Todavia, a finalidade do Estado é o Bem Público quando este apresenta os seus três elementos básicos: a segurança da Ordem, a Justiça como fundamento desta ordem e o Progresso que constitui no bem-estar material e cultural.

No tocante ao Individualismo, outro aspecto de sua oração, procura preconizar o valor da Pessoa ao dizer "... que os indivíduos são os átomos conscientes e autônomos de que a sociedade se compõe"<sup>11</sup> Para ele, a tradição e autoridade, apesar de sua importância, não são fatores determinantes do pensamento e da ação.

Os fatos sociais originam-se da ação recíproca de todos pelo mecanismo da permuta de interesses. Diz o articulista "... para assegurar o bem estar social é necessária a segurança, e como ela requer regras que com uniformidade e constância sirva de norma geral de conduta de uma regra fixa: daí resulta a origem da lei como regra constante, geral e uniforme"<sup>12</sup>. Portanto, para Campos Novais a Lei existe para assegurar paz e desenvolvimento para os povos, pois através dela o Estado alcança os meios necessários para a prosperidade.

Um dos momentos mais felizes de sua palestra é quando reconhece a reconstrução espiritual de Stuart Mill (1806-1873), célebre pensador inglês do século XIX. "Foi este o primeiro que indicou o alcance da palavra individualismo (...). A Sociedade tem por função principal proteger e defender com suas leis o livre exercício da atividade de cada um,

(10) Gazeta de Campinas, 6/7/1887, p. 1.

(11) Gazeta de Campinas, 7/7/1887, p. 1.

(12) Idem, p. 2.

mudando para que não se lesem os direitos de outrem; mas nega absolutamente ao Estado o direito de, a pretexto de proteger e dirigir, vir interpor de qualquer maneira sua influência em tudo aquilo que cada qual per si ou livremente associados, é capaz de executar, sem o auxílio dos governos”<sup>13</sup>.

A História nos tem demonstrado, que a ambição de lucro e o frio espírito calculista, uma vez libertados da personalidade humana integral à custa do desconhecimento do lado afetivo e do dever ético-social, foram altamente funestos e de graves conseqüências.

Na parte relativa à Sociedade o seu pensamento se volta para as relações recíprocas entre os indivíduos consolidadas nas instituições que fazem os mesmos sentirem a ação da coletividade. Para ele a Sociedade deve “prescrever um programa preestabelecido, como norma de ação e impor estas bases aos indivíduos e às classes diversas que devem constituí-la. A Sociedade (...) deve organizar um ensino comum e altamente moralizador, que fortaleça tanto ao espírito dos cidadãos, ensinando-os a vencerem as paixões e as ambições egoísticas. É o exemplo de Sparta que o guia nesta parte de sua construção sociológica”<sup>14</sup>.

Finalmente, como última idéia de seu programa está em aceitar os postulados positivistas de Augusto Comte (1798-1857) principalmente quanto ao aspecto da humanização do próprio homem que leva, segundo o filósofo francês, a um aprimoramento da vida individual e coletiva. Sabemos que o Positivismo veio modernizar o pensamento brasileiro principalmente “como um instrumento para a renovação do sistema, dando esteio aos intelectuais para construir a ideologia republicana”<sup>15</sup> e nesse aspecto deu ao homem a plena conscientização de sua capacidade política e social. Esposando a doutrina de Comte, diz Campos Novais “que os grandes gênios do passado formam a parte mais preciosa da humanidade, porque é dessa colaboração secular que vivemos mais felizes e perfeitos”<sup>16</sup>.

Concorda com a tese de Carlyle (1795-1881) que os heróis sempre conduziram os destinos dos povos. Diz, com muita propriedade: “devem ser venerados pela humanidade como seus melhores representantes, pois são eles que traduzem em factos e formulam as leis as quais todos obedecemos dominando a natureza”<sup>17</sup>.

Concluindo, podemos dizer que Campos Novais, ao publicar artigos e pronunciar conferências se transformou um dos mais ativos

(13) Gazeta de Campinas, 8/7/1887, p. 1.

(14) Gazeta de Campinas, 8/7/1887, p. 2.

(15) João Ribeiro Junior, Alberto Salles: trajetória intelectual e pensamento político. São Paulo, Edit. Convívio, 1983, p. 149.

(16) Gazeta de Campinas, 13/7/1887, p.1.

(17) Gazeta de Campinas, 13/7/1887, p. 2.

doutrinadores republicanos, apesar de toda a sua marginalidade no contexto político da época. Entretanto, essa pertinácia na sustentação de um programa tão notável e marcante nos espíritos verdadeiramente privilegiados, foi sem dúvida o traço mais vibrante e significativo de sua existência.

## O PATRIARCA E O REGENTE

Mário Donato

...Talvez o leitor estranhe que nos tenhamos estendido tanto a respeito do padre Feijó, metendo-nos, inclusive, em seus problemas íntimos. Fizemo-lo de propósito. Sim, para dar ao leitor uma vaga idéia da complexidade daquela alma, torturada numa engrenagem em que a moíam a sua origem pecaminosa (não por Deus, mas pelo homens), a tentativa de racionalizar a doação da graça divina pelo merecimento individual, os seus pendores generosos e liberais (acusavam-no de ser republicano sem coragem de avocar o termo), e, afinal, as atitudes que, por dever de ofício, era obrigado a tomar, tão autoritárias como as de seu predecessor Pedro I.

Não terá havido antes dele, no seu tempo nem mesmo depois, governante mais presa de contradições que o padre e regente Feijó. Quando o vemos no seu retrato oficial, entalado num alto colarinho, que mais parece um aparelho de tortura inquisitorial, estejamos certos de que o que menos o machuca é o colarinho: a tortura está dentro dele. E aquele aparentemente imperturbável semblante de mameluco largado numa sociedade hostil, apenas esconde a sua perplexidade e a sua determinação, que lhe serve de bóia de naufrago, de atingir uma meta: manter o Brasil na rota de sua emancipação política, ganhar tempo, não aceitar provocações.

\*

Entretanto, não cessaram os motins no Rio e os levantes nas províncias, sempre provocados por choques entre os moderados, exaltados e restauradores. Antônio Carlos, irmão de José Bonifácio, andava pela Europa aliciando forças em favor do retorno de Pedro I. O Patriarca, agora tutor do príncipe, readquirira o seu antigo prestígio. O ministro Feijó pediu a demissão do tutor, alegando que a conspiração contra o governo e as liberdades tinha sede no próprio Paço de São Cristóvão.

Não se tratava de uma questão pessoal. Estava em causa a consolidação do liberalismo, naquele período curto e crucial entre a saída de Pedro I e a ascensão de Pedro II. Ao fim da Assembléia de 1831, submeteram-se ao eleitorado, para a legislatura seguinte, as bases da reforma constitucional, cuja aprovação dependia do Senado. Tal reforma criava a "monarquia federativa, suprimia o poder moderador, extinguiu o

Senado vitalício, substituía os conselhos provinciais por assembleias legislativas — e unificava a Regência, o que possibilitava a execução daquelas medidas.

A Câmara, onde Feijó podia lutar, aprovou o projeto por 47 votos contra 21. No Senado, a velha guarda, que naturalmente não queria extinguir-se o projeto caiu por um voto apenas. Tão unânime era a compreensão de que se devia liberalizar o regime, que até senadores estavam dispostos, por quase maioria, a abrir mão dos seus privilégios vitalícios.

Com isso, José Bonifácio não caiu. Feijó chegou a apelar por um golpe de Estado, a fim de remover aquele obstáculo, terrível contradição de o próprio governo apelar para medidas que antes repelira (Pedro Calmon)... O ximango montou no seu burrinho e, acompanhado de apenas um escravo, voltou a São Paulo. Nem por isso, José Bonifácio continuou como tutor do príncipezinho: o Gabinete demitiu-o no ano seguinte, pelos mesmos motivos, com o que os restauradores perderam terreno...

\*

Em 1835 fizeram-se eleições gerais no País para a escolha do regente único, Feijó candidatou-se, venceu e assumiu. Por grande margem, a elite dos eleitores mostrara apreciar devidamente os serviços que ele prestara à consolidação da Independência. O velho ximango se manteve no difícil posto a partir de outubro de 1835, por quase dois anos, embora já bastante doente da sua tabes e sem a energia anterior. Era cerrada a oposição que lhe faziam os políticos, pois não aceitava conchavos nem transigia... Era, ainda, hostilizado pela Santa Sé, que não esquecia o seu projeto de pôr fim ao celibato dos padres. Renunciou, embora lhe restassem dois anos de mandato, e voltou outra vez a São Paulo...

São unânimes os historiadores em considerar aquele mameluco-ximango o regente Feijó, fator decisivo para a consolidação da Independência nos anos conturbados em que, pelo demasiado interesse de uns e pela inércia acomodatória de outros, poderia tornar-se vitorioso o movimento restaurador. Feijó não o permitiu, e foi lamentável que ele, enquanto se voltava para o futuro, encontrasse do lado oposto da trincheira, voltado para o passado, José Bonifácio de Andrada e Silva, da sua mesma rígida têmpera dos paulistas de outrora.

\*

(Depois da Revolução Liberal de 42, exílio, julgamento e absolvição)

Aqui, Feijó foi morar na mesma casinha da Rua da Freira, onde nascera. Moribundo, transferiram-no a braços para uma casa vizinha, a de um sobrinho, onde morreu na noite de 10 de novembro daquele mesmo ano de 1843. Embalsamaram-no e o seu corpo foi levado, na noite de 14, para a Igreja do Convento do Carmo, onde o velaram até o amanhecer de 15, com exéquias de corpo presente. “Quero ser enterrado sem acompanhamento, nem ofício, e de loba (batina) somente”. Não o atenderam. A cidade em peso compareceu ao enterro, que saiu da sua casa da Rua da Freira... Repousa hoje o grande mameluco na cripta da Catedral da Sé, em nada desmerecedor do sangue do cacique Tibiriça ali ao seu lado.

\*

Dissemos (páginas atrás) que José Bonifácio de Andrada e Silva morreu em 1838. Está sepultado no Panteão dos Andradas, em Santos. Não podemos, entretanto, sepultá-lo neste volume com tão poucas palavras, tão grande é o seu merecimento...

Foi José Bonifácio autoritário? Foi. Violento? Sim. Com os seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco, compunha uma tríade enérgica, lutadora e que não temia nem recuava diante dos mais duros adversários. Dir-se-á, como alguns o fizeram, que não era “dono da Independência”, nem de D. Pedro, e que nem só ele era patriota, pois outros também o eram. Sim, de acordo. Ninguém mais do que ele, porém, encaminhando a Independência, estava em condições de manobrar com cautela e firmeza para levá-la a bom termo. “Pode-se dizer que a Independência, já de fato estabelecida, só precisava de um ato solene, que a fizesse de direito... (Rocha Pombo). E José Bonifácio a fez, usando o príncipe como instrumento, o que era uma forma de preservar a unidade geográfica do Brasil através da idéia monárquica. Quaisquer projetos mais radicais do que essa transição, que a todos parecia natural e suave, poderia estilhaçar o Império, como ocorrera na emancipação das repúblicas espanholas da América.

Era José Bonifácio, sem favor, um homem avançado para o seu tempo, e cumpre perdoar-lhe as violências e mesmo as arbitrariedades que cometeu ou permitiu cometer, pois com elas visava preservar a Independência e a unidade brasileira. Era ambicioso, mas de uma ambição de qualidade. Sonhava alto para o Brasil. Ao ser deportado...

De alguma forma, eram José Bonifácio de Andrada e Silva e Diogo Antônio Feijó espíritos afins, com temperamentos semelhantes, ambos apaixonados, severos, austeros, violentos, tanto que se chocaram na Regência, o primeiro apesar da sua formação científica e o segundo apesar da sua formação religiosa. O santista era um homem da ciência e o paulistano, objetivo, conciso, retilíneo, procedia como se o fosse, a despeito da sua batina. O Patriarca fez a revolução que os tempos autorizavam, a Independência, e o Regente, porque novos tempos o permitiam, aprofundou-a, impedindo a volta do absolutismo e fazendo triunfar os princípios liberais. Não será exagero dizermos que o padre deu continuidade e cimentou o sonho do mineralogista. Ambos paulistas, o mameluco coroou a obra do homem branco.

**Excertos da obra O PAÍS DOS PAULISTAS,  
ainda inédita.**

## PROBLEMAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Luciara Silveira de Aragão e Frota

A essência dos problemas sociais contemporâneos da América Latina e do Caribe tem base no seu subdesenvolvimento e nas tentativas de sua superação gradativa. Reside pois na necessidade do exame de suas causas, bem como no entrosamento das maiorias marginalizadas nos processos de modernização. Por outro lado, essas maiorias precisam usufruir do bem estar material, no mesmo tempo que necessitam estar capacitadas a oferecer uma contribuição positiva a esta modernização, — o que só será possível —, se lhes forem fornecidos os meios, tanto econômicos quanto sociais. Tal interação, está submetida a vários elementos, sendo um dos principais, o controle da taxa de crescimento da população marginalizada, que não pode, em tese, ser superior à do próprio desenvolvimento<sup>1</sup>. Neste quadro é preciso levar em conta a contraposição de traços extremos preponderantes nos meios rurais e urbanos da América Latina e do Caribe, observando-se também, além da população e sistema econômico, os métodos de trabalhos, estruturas sociais, valores e atitudes. Toma-se assim em consideração o enfoque histórico que permite visualizar épocas distintas da evolução da América Latina, aplicando conhecimentos tanto de História Econômica quanto da História Social.

Sob o ponto de vista histórico, o processo de desenvolvimento da América Latina e do Caribe foi feito através da frágil inspiração dos modelos externos e dirigidos por interesses adversos ao progresso endógeno. O traço preponderante do predomínio de uma mesma classe social (sendo o termo classe utilizado aqui com certa liberalidade, para nos referirmos a conjuntos de estratos sociais integrados por pessoas que compartilham entre si, semelhanças de ocupação profissional, educação, status econômico, modos de vida e prestígio social), parece ter sido estimulado por uma característica de conformismo do povo marginalizado, a qual só raras vezes irrompeu em manifestações de violência. Aproximadamente entre 1750-1870 quando da Independência e Institucionalização dos Estados Nacionais deu-se alguma mobilidade social vertical como produto das revoluções. Após a primeira guerra mundial com

---

(1) Cf. sobre o assunto, reportagem em "O Estado de S. Paulo", de 15 de setembro de 1986, p. 8.

o início de uma elite empresarial modernizadora, sob grande influência dos imigrantes, deu-se paralelamente o processo das reformas sociais das classes dominantes. Relativamente às noções de conformismo que surgem embricadas nas teorias de desenvolvimento percebe-se hoje, claramente, dicotomia entre o mundo rural e o urbano. No caso brasileiro, algumas das principais cidades “incham” em função das migrações internas, via de regra, oriundas do Nordeste do país, uma das regiões mais pobres do mundo. Ali, apesar dos projetos de industrialização, o lavrador nordestino não vem se constituindo num indivíduo convenientemente treinado a fim de que possa, absorvido pela indústria, solucionar o problema do emprego da mão-de-obra disponível. A falta de treinamento para a qualificação no setor e o próprio conformismo ligado a falta de desejos de mudanças vêm sendo um impedimento ao progresso regional. O comportamento individual sofre assim profunda influência das lideranças de opinião representadas por alguns setores do clero como os párocos do interior, as dos patrões, que são latifundiários e dos valores inerentes ao próprio grupo familiar. Nas cidades, a necessidade crescente da especialização profissional e funcional, faz tender o migrante ao subemprego e aos biscates, traduzindo-se a mobilidade vertical como viável através do aumento dos ganhos econômicos pessoais. Os contatos sociais e os meios de comunicação de massa parecem diversificar não só os interesses, mas ainda, as ambições pessoais, favorecendo a ruptura com o conformismo e a tendência a formação de opiniões mais individualizadas. De qualquer forma, modernização e desenvolvimento na América Latina têm beneficiado somente algumas categorias sociais, estando as maiorias, portanto, distante das idéias de progresso, ou recebendo-o apenas de uma forma marginal. No bojo deste contraste, ficam colocadas, diametralmente, as conclusões otimistas possíveis de destacar “da evolução de alguns indicadores econômicos convencionais, como os referentes ao ritmo de crescimento do produto, às exportações ou às reservas internacionais e as conclusões, às vezes desalentadoras, que se despreendem de certos indicadores sociais que mostram que persistem em muitos países da região, agudos problemas de desnutrição, pobreza, analfabetismo e sub-ocupação, os quais em certos casos, tendem a resolver-se com desesperante lentidão e, em outros, marcam ainda lamentáveis retrocessos”<sup>2</sup>.

Assim, malgrado as diferenças existentes entre os países integrantes da América Latina e do Caribe o equacionamento dos seus problemas sociais fica também vinculado ao exame da evolução econômica dos países ricos. Isto não significa, contudo, que os problemas econômicos da região não estejam também ligados às próprias características dos desenvolvimentos nacionais e das políticas que foram adotadas para

(2) Enrique V. Iglesias — “Os desafios da América Latina nos anos 80” em *Digesto Econômico*, nº 270, p. 227. São Paulo, nov./dez. 1979.

promovê-los. O problema da vulnerabilidade das economias latino americanas aliado a falta de consecução de uma política mais cooperativa na região, favorece o enfraquecimento de suas defesas e de sua capacidade negociadora.

Nas tentativas de mudanças sociais, algumas de cunho predominantemente ideológico atuam, efetuando pressões sobre os sistemas políticos em vigor. Sob os mais variados rótulos — nacionalistas, populistas ou “esquerdistas” — não lograram obter uma união nacional e o comprometimento das populações em programas mais ou menos racionais de transformação social e econômica<sup>3</sup>.

Vale lembrar aqui a importância de um nível razoável de estabilidade política na consecução das transformações sociais e que, isto também não poderá ser obtido, sem alguma forma aglutinadora, a qual, atuando como um consenso consiga catalizar a opinião das massas e tenha uma coerência com o compromisso de integração social das maiorias marginalizadas.

---

(3) CEPAS El Pensamiento de La CEPAL. Santiago, Editora Universitária, p. 1959.

## A TERCEIRA REFORMA: O JANSENISMO

João Ribeiro Junior

O Jansenismo não foi apenas um movimento teológico que punha em destaque a corrupção do homem, da sociedade e do Estado, mas também uma reação ideológica da classe aristocrática, vítima da centralização estatal.

Assim, a **Fronde** (movimento de agitação contra o cardeal Mazarino (1602-1661), resultado de uma união circunstancial da nobreza com a burguesia, que terminou com o triunfo da monarquia absoluta e a decadência política da nobreza) e o Jansenismo constituíram duas manifestações diferentes de um mesmo descontentamento, já que ambas eram tanto uma forma de opor-se à monarquia, como uma opção a favor do absentismo sistemático.

Tudo começou quando um professor da Universidade de Louvain (Bélgica), Miguel de Bay, chamado Baio (1513-1589), seguindo a doutrina da predestinação e da graça de Calvino, apresentou suas teses a respeito do estado primitivo do homem, da graça e da liberdade. De acordo com Baio, o homem não foi criado em estado de sobrenatureza, mas sim em estado de natureza; donde se segue que o pecado original é uma “corrupção da própria natureza e não privação dos dons sobrenaturais e preternaturais”. Destarte, o homem nada consegue sem a graça; a fim de que sua ação seja boa, exige-se a “graça eficaz”, à qual não se pode resistir, e que determina interiormente a vontade sem destruir a liberdade.

Em 1567, o papa Pio V (1566-1572) condenou setenta e nove proposições tiradas das obras de Baio; sendo que em 1579, o papa Gregório XIII (1572-1585) reiterou esta condenação. Baio, então, submeteu-se à obediência da Igreja, retratando-se.

Após este precursor, aparece Cornélio Jansen (1585-1638), doutor de Louvain, bispo de Ypres, que deu novo e mais amplo desenvolvimento à esta doutrina, que a partir de então, passou-se a chamar Jansenismo.

Jansen, consumado agostiniano, começou por atacar as formas vazias de devoção e as interpretações semipelagianas dos jesuítas, com referência ao pecado e à graça. Para ele, a natureza humana, depois do pecado original, ficou sem a graça, e assim não pôde observar todos os preceitos divinos. O pecado original tirou ao homem a liberdade de querer

e o tornou incapaz do bem, inclinado necessariamente ao mal. Cristo ofereceu aos homens a graça da salvação, mas não morreu por todos; apenas para uns poucos eleitos, predestinados por Deus, que receberão os benefícios da libertação. A predestinação é, pois, gratuita e precede qualquer ato da nossa vontade. O verdadeiro bem vem, portanto, da graça eficaz que Deus concede aos predestinados.

Esta doutrina era contraposta ao relaxamento moral, especialmente dos jesuítas, para quem a salvação está sempre ao alcance do homem. Basta viver no seio da Igreja e ter boa vontade para possuir uma graça suficiente para se salvar. Esta tese foi sustentada pelo jesuíta espanhol Luiz Molina (1535-1600), com o intuito de aumentar o proselitismo católico. Segundo ele, a graça não elimina a liberdade humana, mas confirma-a e garante-a. Todos os homens têm a possibilidade de se salvarem, dependendo apenas da sua própria boa vontade.

Assim, Jansen queria combater o laxismo da teologia moral da época, patrocinado pelos casuístas jesuítas, que adulteravam o próprio espírito do Cristianismo. De acordo com Jansen, o erro dos casuístas estava em que eles consideravam delicadas questões morais do ponto de vista puramente legal e jurídico, quando é certo que só a perspectiva espiritual e evangélica é que lhes pode dar solução satisfatória.

Após a morte de Comélio Jansen, foi publicado seu único livro **Augustinus**, onde se encontra a base do Jansenismo, que apresenta duas características principais: rigorismo doutrinário (tira qualquer força à liberdade humana para dar tudo à ação da graça divina); e rigorismo moral (que seria o outro lado do puritanismo calvinista: a doutrina da graça irresistível corresponde ao dogma da predestinação).

Jansen tinha um amigo, o abade de Saint-Cyran, Jean Du Vergier de Hauronne (1581-1643), que seria o pai espiritual do movimento jansenista. Nomeado diretor e confessor do convento de Port-Royal-des-Champs, perto de Paris, Saint-Cyran tornou-o, em pouco tempo, no mais tormentoso centro da controvérsia religiosa do século XVII, na França. Para este foco ativo do Jansenismo, dirigiram-se os homens mais célebres da época, como Pascal, Le Maistre, Racine. Foi a partir daí, que o Jansenismo espalhou-se rapidamente pela Holanda, Alemanha e Itália.

Estava-se no auge do absolutismo francês. Luiz XIV (1661-1715), o "rei sol", exercia um despotismo integral baseado no direito divino, cujo mecanismo era determinado por critérios racionalistas. Assim, uma vez que o poder do rei derivava de Deus, ele não poderia ser fiscalizado por ninguém, muito menos pela autoridade eclesiástica.

A conseqüência foi o aparecimento de uma doutrina denominada **Galicismo**, cujas principais proposições eram: o papa não

tem nenhum poder político sobre o rei; nas coisas temporais, o rei é independente de qualquer autoridade eclesiástica, incluindo o papa; a Igreja não pode possuir nada sem o consentimento do rei; o papa é inferior ao Concílio Ecumênico; a autoridade do papa é limitada pelas leis da Igreja universal; e na França, também pelos costumes e instituições da Igreja Galicana; as definições do papa, mesmo em matéria de fé, são intangíveis quando há consenso da Igreja universal. Estas proposições foram condenadas pelo papa Inocência XI (1676-1689), e mais tarde retratadas pelo próprio Luiz XIV (1693).

Como o abade de Saint Cyran era um homem considerado perigoso, capaz de perturbar o Estado, perturbando a Igreja; imediatamente o cardeal Richelieu (1582-1642) mandou-o prender; e só sairá da prisão por ocasião da morte do cardeal, em 1642, mas vem a falecer no ano seguinte.

Porém, a esta altura, o Jansenismo tinha um novo líder, o padre Antonio Amauld — irmão da madre Angélica, priora do convento de Port-Royal —, que cristalizou, em alguns pontos nitidamente definidos, o objetivo do movimento jansenista que, em resumo, consistia num retorno ao fervor religioso dos tempos apostólicos, à simplicidade da vida pobre e à concretização do **Evangelho** na vida cotidiana. Esse programa deveria ser realizado de acordo com a hierarquia da Igreja Católica; assim não pretendia fundar nenhuma seita, mas trabalhar para uma reforma religiosa e moral da vida católica e do clero.

Em 1643, Amauld escreve o livro **A Comunhão Freqüente**, cujo rigorismo moral cria uma agitação violenta no clero, principalmente entre os jesuítas.

Logo a seguir, o papa Urbano VIII (1623-1644) condenou a doutrina de Jansen, em geral; porém seu sucessor Inocência X (1644-1655), atacando o Jansenismo de ímpio, blasfematório, historicamente falso e herético, condena as cinco proposições básicas, tiradas do livro **Augustinus**, de Jansen, através da bula **Cum Occasione**, de 1653, que são as seguintes: Alguns preceitos de Deus são impossíveis de serem observados pelas almas justas, apesar dos desejos e esforços, e a graça, que tornaria possível a sua observância, falta a essas almas; no estado da natureza decaída, nunca se resiste à graça interior; para o mérito e demérito, no estado de natureza decaída, não se requer liberdade interior, basta a liberdade externa, ou ausência de constrangimento; os semi-pelagianos admitiam a necessidade de uma graça interna proveniente, para todos os atos, mesmo para o começo da fé; sua heresia consistia em julgar que essa graça era de tal natureza que a vontade pudesse, espontaneamente, resistir-lhe ou obedecer-lhe; é semi-pelagiano afirmar que Cristo morreu e derramou seu sangue por todos os homens.

A primeira reação dos Jansenistas foi a consternação, mas logo Amauld, acusando os jesuítas de terem feito intrigas junto ao pontífice,

que resultou na condenação das proposições, rejeitou a bula, colocando em dúvida, se realmente estas cinco proposições pertenciam ao pensamento de Jansen. Em outros termos, afirmava que, se eram efetivamente heréticas, por **direito** deveriam ser condenadas, mas não pertenciam **de fato** à doutrina exposta no livro **Augustinus**.

Rebentou nova celeuma, e a Faculdade de Teologia de Paris interveio sem nenhum resultado; então, o papa Alexandre VII (1655-1667), sucessor de Inocêncio X, definiu que as proposições tinham sido condenadas no sentido entendido pelo autor; mas Arnauld respondeu que a Igreja poderia se pronunciar sobre a **questão de direito**, porém não sobre a **questão de fato**, devendo neste caso silenciar-se.

Para defender seu amigo Arnauld, Blaise Pascal (1623-1662) publica as dezoito **Cartas Provinciais** (1655-1657), sob o pseudônimo de Luiz de Montalbo, ironizando os discursos teológicos da Sorbonne, e criticando a casuística dos jesuítas, o que fez da expressão **jesuitismo**, sinônimo de duplicidade e farisaísmo.

Para pôr termo às controvérsias, a Assembléia do clero da França elaborou um **formulário** a ser imposto a todos os membros do clero, dos mosteiros e conventos do reino, a fim de derrubar a distinção de direito e de fato. As monjas cistercienses de Port-Royal resistiram. Em vão, o padre Jacques Bossuet (1627-1704), cuja obra **A Política resultante da Sagrada Escritura** formula a doutrina do absolutismo, tentou persuadí-las. Assim, em 1664 foram excomungadas.

Mais tarde, o papa Clemente IX (1667-1669) suspendeu as censuras impostas a Port-Royal, e retirou a excomunhão às monjas (**Paz Clementina** de 1669), assim que estas aceitaram o **formulário**, sem contudo modificarem seus sentimentos íntimos a respeito do Jansenismo.

Com a morte de Arnauld, surge o terceiro grande chefe do Jansenismo, o padre da Ordem do Oratório, Pasquier Quesnel (1624-1719), cujas **Reflexões Morais sobre o Novo Testamento** (1687-1692) levantaram forte oposição da Companhia de Jesus.

Em 1701, as discussões em torno da questão de direito e de fato voltaram a propósito do **Caso de Consciência**: "é possível sem crer no **fato**, e sem admitir que a Igreja tenha o **direito** de exigir a crença nesse ponto, assinar mesmo o **formulário**, e obter a absolvição?" Na Sorbonne o caso recebeu resposta afirmativa, mas foi criticado e condenado em Roma.

Quesnel, que tinha se exilado em Bruxelas, para evitar perseguições, foi descoberto e preso, e os seus escritos apreendidos revelaram uma nova conspiração jansenista. Luiz XIV pediu, então, não só a condenação de Quesnel ao novo papa Clemente XI (1700-1721), como uma bula que renovasse todas as condenações anteriores do Jansenismo. O

papa concordou, publicando a **Vineam Domini Sabaoth** (1705), onde se reconhece que o livro **Augustinus**, de Jansen, era efetivamente herético. Por outro lado, querendo acabar de vez com o **Jansenismo**, os jesuítas conseguiram do papa a bula **Unigenitus** (1713), que condenou cento e uma das afirmações de Quesnel.

Esta bula, declarada lei do Estado, tornou-se o pomo de discórdia no interior da Igreja. O arcebispo de Paris, Noailles (1651-1729), as Universidades galicanas de Paris e Nantes, muitos religiosos e bispos, chamados posteriormente, **Apelantes**, protestaram e apelaram para um Concílio Ecumênico, afirmando a superioridade deste para resolver tais assuntos. O papa, então, excomungou-os, mas o Parlamento francês tomou partido dos Jansenistas. Assim, o clero católico, que excluía dos sacramentos os **Apelantes** excomungados, eram processados pelo Parlamento, embora a autoridade real vetasse tais sentenças como ilegais. O conflito, contudo, durou vinte e cinco anos, quando o papa Bento XIV (1740-1758) pôs fim à questão, determinando que só os “apelantes notórios” fossem privados dos sacramentos. O Parlamento, sob pressão do governo, acatou a decisão papal.

Neste ínterim, ocorreu o episódio conhecido na história como **Convulsões em S. Medardo**, cemitério de Paris. Os devotos vinham em grande número rezar no túmulo do jansenista François de Paris, diácono; e aos poucos caíam em profundo êxtase; podia-se golpeá-los até com barras de ferro, que nada sentiam; enquanto isso havia curas milagrosas de cegos e paralíticos. Os Jansenistas aproveitaram da ocasião para mostrarem que já tinham um santo, que fazia milagres. O cemitério foi, então, fechado por ordem real, mas as convulsões e milagres continuaram nos parques públicos.

No século XVIII, o Jansenismo foi para a Itália, e sua influência preparou o ambiente para as idéias do **Risorgimento** (ressurgimento da consciência nacional e da literatura italiana, caracterizado pelo nacionalismo, liberalismo, anticlericalismo e romantismo), e ainda atou relações com os Anglicanos ingleses e Ortodoxos russos.

Hoje, há na Holanda uma Igreja independente, denominada Igreja Católica Jansenista, com um arcebispado em Utrech e bispados em Haarlem e Deventer.

## A TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO AO LIVRE NO CONTEXTO DA LEI DE 1871

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci  
UNESP-Franca

Excelente trabalho, recém saído pela Brasiliense, do Prof. Ademir Gebara sobre **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil**, onde discute a Lei do Ventre Livre como elemento básico não só para a organização como para a estrutura disciplinar do mercado de trabalho livre no Brasil.

Numa cuidadosa análise que vai desde a fazenda, passando pela cidade, Província até o Parlamento e a administração central, o A. demonstra-nos como 1871 representou de maneira consciente a primeira intervenção do Estado nas relações de trabalho, apontando novos problemas ao ver tal legislação na ótica da formação do mercado de trabalho livre, ao lado da posição assumida pela elite brasileira que passava então a refletir sobre a fragilidade em que se assentava, frente a um país cuja defesa estava sob os escravos, que, de certo modo, agiam com relativo grau de organização.

Eis o porque de haver a necessidade, a fim de melhor entendermos o significado da legislação posta em prática em 1871, de “reconhecer fatores que coexistiram nessa conjuntura: interferência britânica, Guerra do Paraguai, protestos dos escravos e assim por diante” (p. 49).

Entre outros aspectos que fazem do presente estudo uma valiosa contribuição à historiografia brasileira contemporânea, chamou-nos sobremaneira a atenção a proposta do Prof. Ademir ao rediscutir “o que na verdade quer dizer aplicação de uma lei” (p. 57 e seguintes), apontando-nos, nas relações havidas entre escravos, libertos e senhores, a presença constante do Estado, isto é, o comprometimento do governo com a mudança, dentro “de uma revolução pacífica” da escravidão para a abolição.

Em verdade, a legislação criava um conjunto de possibilidades para atingir a liberdade, possibilidades essas controladas pelo senhor de escravos, consenso de natureza sócio-política que apenas começaria a desintegrar-se ao final de 1870. E, 1871, representou uma estratégia da desescravização, com a aquiescência dos escravos, o que tornou instável a escravidão, uma vez que as fugas dos escravos principiavam a emergir como

perigosas para a manutenção de uma transição gradual e segura, o que deixa claro que o 13 de maio de 1888 foi apenas um estágio no processo da transição da escravidão para o trabalho livre.

Daí concordarmos com a análise feita pelo A. que, tanto a abolição quanto a transição, são processos relacionados ao problema do controle e da organização do mercado de trabalho, tendo sido esta a principal questão enfrentada pela elite brasileira no século XIX, já que a Lei do Ventre Livre foi o veículo de articulação tanto da transição quanto da abolição e, a solução proposta pela lei de 88, reverteu o isolamento político dos senhores de terras, fazendo com que a elite "pagasse" pela "redenção" da raça negra, até porque a proliferação das posturas municipais voltadas para o controle dos escravos teria criado, na sociedade livre, sentimento de repulsa à ordem escravista, tornando-a política e socialmente insustentável.

Amplia, desta forma, o jovem Professor da UNICAMP o espaço para o debate científico, destacando-se, outrossim, seu estilo correto e objetivo, sem afetação, falando à inteligência e à sensibilidade.

## PRESENÇA DOS BACHARÉIS DAS ARCADAS NA CHEFIA DA REPÚBLICA

Emeric Levai

Viveiro de homens públicos desde sua longínqua instalação há mais de século e meio, à Academia do Largo de São Francisco coube o supremo papel na direção intelectual e política do Brasil, tal como ocorreu com sua co-irmã, no norte do País, inicialmente instalada em Olinda, de onde foi transferida para o Recife em 1854.

Da Faculdade de Direito de São Paulo saíram poetas, parlamentares, magistrados, jornalistas e quase todos os presidentes civis da Velha República, a partir de Prudente de Moraes, formado em 1863, que presidiu a Assembléia Constituinte de 1891 e postulou o mandato presidencial perante seus pares, no Congresso Nacional, perdendo para o proclamador da República, por 97 votos a 129.

Antes dele, um outro acadêmico, Rui Barbosa, da turma de 1870, fora nomeado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em pleno Governo Provisório (dezembro de 1889) o 1º Vice-Chefe do mesmo governo, não tendo ele, todavia, exercido essa função a despeito de o "Generalíssimo" haver manifestado o desejo de lhe passar o poder em maio de 1890. Mais tarde, Rui pediu exoneração, indicando Floriano Peixoto para substituí-lo (carta de 17 de agosto de 1890), cujo nome ele iria sufragar na eleição de 1891, aliás indireta, para vice-presidente.

O grande baiano tentou alcançar a suprema magistratura em 1909, quando retornou da 2ª Conferência da Paz em Haia, numa eleição vencida por Hermes da Fonseca, não tendo melhor sorte nas urnas em 1919 que deu a vitória para Epiácio Pessoa, este diplomado pela Faculdade de Direito do Recife em 1886.

Depois de Prudente de Moraes veio o segundo presidente civil, o campineiro Campos Sales, da mesma turma de seu antecessor (1863), que assumiu o governo a 15 de novembro de 1902, sendo este último sucedido por Rodrigues Alves, colega de turma de Rui.

Segue-se o governo de Afonso Pena, também pertencente à gloriosa turma de 1870, cujo mandato, em virtude de seu falecimento em junho de 1909 foi completado por Nilo Peçanha. Era a época do predomínio político de Pinheiro Machado, bacharel pela turma de 1878,

que desempenhou relevante papel na campanha presidencial que deu a vitória a Hermes da Fonseca, cujo vice, Wenceslau Brás, da turma de 1890, seria seu sucessor no quadriênio seguinte (1914 a 1918).

Rodrigues Alves, eleito pela segunda vez em 1 de março de 1918, não pôde tomar posse do cargo em razão de moléstia, tendo o vice-presidente Delfim Moreira, formado em 1891, se empossado e assumido interinamente a chefia do Poder Executivo, que exerceu, por morte do titular, até julho de 1919, quando passou o governo a Epietácio Pessoa.

Arthur Bernardes, mineiro de Viçosa, que governou a República no agitado período de 1922 a 1926, fez o curso jurídico em Ouro Preto até o 3º ano, terminando-o em São Paulo, na turma de 1900. O quadriênio posterior, iniciado a 15 de novembro de 1926, marca a presença de Washington Luís na presidência da Nação, também bacharel pelas Arcadas, onde colou grau em 1891.

Júlio Prestes, formado em 1906, não pôde assumir o cargo para o qual foi eleito em março de 1930, em virtude do triunfo da Revolução de Outubro que depôs seu antecessor e entregou o poder ao candidato da Aliança Liberal — Getúlio Vargas — derrotado nas urnas, que era bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1907).

Ao governo provisório que inaugura a Segunda República, sobrevém a normalidade constitucional e a eleição indireta de Vargas pela Assembléia Nacional Constituinte (1934) para o cargo de Presidente da República, tendo Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que pertenceu à turma de 1891, exercido o mesmo cargo como presidente da Câmara dos Deputados por ocasião da visita do titular à Argentina e ao Uruguai em meados de 1935.

A grave crise institucional que alcançou seu climax em outubro de 1945, motivou a “renúncia” do Ditador, tendo os chefes militares, por falta de substituto legal no regime então em vigor e com a anuência dos dois candidatos à sua sucessão, resolvido convocar o Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal e formado em 1908, para assumir o cargo vago, à guisa da solução prevista na Constituição de 1934, no qual permaneceu até a posse do General Eurico Gaspar Dutra, em 31 de janeiro de 1946.

Mais tarde, em razão da “novembrada” de 1955, que afastou o Presidente João Café Filho do Palácio do Catete e impediu seu substituto legal de exercer o cargo, o senador Nereu Ramos, formado em 1909, veste pela segunda vez a faixa presidencial, visto que, na qualidade de vice-presidente no Governo Dutra, já havia exercido tal função por curto espaço de tempo (maio de 1949) faixa essa que Juscelino Kubitschek em janeiro de 1961 passaria a outro bacharel do Largo de São Francisco, o matogrossense Jânio da Silva Quadros, graduado em 1939.

Nos dias atuais, o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, pertencente à turma de 1940, teve ensejo de substituir várias vezes o Presidente José Sarney, e mais recentemente, em virtude de impedimento ocasional do Senador José Fragelli, que integrou a turma acadêmica de 1938, assumiu o Ministro Moreira Alves, na qualidade de presidente do Supremo Tribunal Federal, quando da viagem do respectivo titular à Itália, honra essa exercida há pouco, nos meses de julho e setembro passados (1986), pelo ilustre Presidente do Senado, por ocasião da visita do chefe da Nação à Argentina e aos Estados Unidos.

Moreira Alves, que é natural de Taubaté, não se formou pelas venerandas Arcadas, mas integra, para gáudio dos bacharéis que saíram daquela Casa, a congregação da Velha Academia, como catedrático de Direito Civil e Livre-Docente de Direito Romano.

Eis aí, em resumo apertado, a seqüência cronológica da presença dos bacharéis do Largo de São Francisco na Presidência da República, com especial atenção ao período em que exerceram o importante cargo, como titulares, sucessores ou substitutos eventuais, até a presente data, com a indicação das turmas acadêmicas a que pertenceram.

## A GUERRA DO SR. SYLVIO BACK

Hélio Damante

Uma leitura marxista da Guerra do Paraguai — logo hoje que o marxismo está ficando superado — seria cômica se não fosse trágica. A raiz da questão reside, exclusivamente, nos sonhos de poder do ditador de um pequeno país mediterrâneo da América do Sul, que se apoiou na disciplina jesuítica, no patriotismo e na bravura indômita do povo guarani. Esse ditador chamava-se Solano Lopez e é herói nacional do Paraguai — respeitemo-lo — mas não esqueçamos que pretendia, como outros, antes e depois dele, a Coroa (sic) do Rio da Prata. Para fazê-lo armou um exército de cem mil homens, tornou quase inexpugnável seu território e invadiu (duas vezes) o território brasileiro, com a ajuda de oficiais e técnicos estrangeiros, especialmente norte-americanos, que pagou regamente.

Isso custou-nos cinco anos de lutas que sustentamos praticamente sozinhos, sendo nossos aliados, meramente simbólicos, o Uruguai e a Argentina. Ao contrário da marinha, o exército imperial estava inteiramente despreparado e seus claros foram preenchidos por Voluntários da Pátria, de todas as condições sociais, negros, brancos, mulatos e índios. Um deles foi o Conde d'Eu, que levou a campanha ao desfecho, embora a população masculina paraguaia estivesse de fato dizimada, mesmo porque Lopez, como Hitler, *mutatis mutandis*, não permitia que os vencidos, nem os prisioneiros, sobrevivessem.

Ora, bem. Sou neto, pelo lado materno, de um voluntário da Pátria, Antônio Rodrigues Moreira, que fez os cinco anos da Guerra do Paraguai, e não “do Brasil” (que foi o país agredido) e que apenas recebeu seu soldo de soldado raso, embora várias vezes ferido. Não posso admitir que o Sr. Sylvio Back, com seu possível gênio de cineasta, faça um filme, ora em exibição (“Guerra do Brasil”), que além de outras falhas de uma leitura “engagé”, procure atingir os Voluntários da Pátria da Guerra do Paraguai. Apoiado no “historiador” Júlio Chiavenatto, falta-lhe autoridade para defender a tese de que os Voluntários da Pátria “não foram assim tão voluntários, pois a maioria era constituída de negros escravos mandados pelos seus senhores”. Ou, então, segundo seus porta-vozes, “não deixa dúvida quanto aos erros do almirante Barroso durante a Batalha do Riachuelo”. Mas, como, se Barroso venceu a batalha, apesar de os bravos para-

guaios haverem artilhado as margens do Paraná e não evidentemente para dar as salvas de estilo a uma esquadra visitante?

Sylvio Back pode ser um bom cineasta, mas é um mau marxista. Do contrário saberia que não se armam escravos — se armados eles se voltariam legitimamente contra os seus senhores à busca da liberdade (exemplo: Zumbi) — e que as condições econômicas do Império não permitiam o desvio da mão-de-obra agrícola para a guerra. Os negros que combateram no exército e marinha brasileiros, como o bravo marujo Marcílio Dias, o fizeram, sem exceções, como homens livres. Realmente, a Guerra do Paraguai, ou melhor do Brasil contra Lopes, foi apenas e mais uma vez a luta de homens livres contra um tirano audaz.

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Araújo, José Carlos Sousa – Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica. Apres. de Regis de Moraes. São Paulo, Edições Paulinas, 1986. 120p.

Na apresentação do volume, escreve o Professor Regis de Moraes: “O autor escolhe um momento: de 1890 a 1922, e sobre ele se debruça para estudar a mentalidade ideológica relacionada com os caminhos e tomadas de posição do Catolicismo. Um estudo acurado e paciente, que deu como resultado o livro que ora é apresentado ao público brasileiro. Livro, ao meu ver, impecável em sua arquitetura e na inquebrantável busca de um saber desinteressado de se apresentar como o saber. Discurso religioso e ideologia estão aqui estudados em rara conjugação que integra, de um lado, uma vertical vivência eclesial e, de outro, uma extraordinária capacidade de distanciamento crítico (...) concluo apenas colocando de público a forte esperança e o sentimento de orgulho que um autor tão jovem e tão seguro do seu ofício põe em nós, brasileiros, nesta delicada hora em que precisamos, mais do que nunca, de repassar nossa História e tentar desencantar de vez a cultura nacional de seus já cansativos entres”. O livro foi assim concebido, segundo explanação do próprio autor: o capítulo 1 trata do tema e de sua periodização; os capítulos 2 e 3 enfocam descrições e análises da documentação, situando-a, respectivamente, como discurso religioso e como modalidade de comunicação; os capítulos 4 e 5 contêm um embasamento teórico para a compreensão do “corpus” documental; e, finalmente, os capítulos 6 e 7 se caracterizam por um efetivo exercício hermenêutico sobre o referido “corpus” documental, as cartas pastorais coletivas do episcopado brasileiro. Criteriosa utilização das fontes, além de perfeito discernimento no tratamento do tema, são características fundamentais desta excelente contribuição à história religiosa e à história das mentalidades no Brasil, do jovem e ilustre professor da Universidade Federal de Uberlândia, antigo aluno de nossa Universidade Católica. ONM (Cortesia do autor).

Bonadio, Geraldo (org.) – O tropeirismo e a formação do Brasil. Sorocaba, Academia Sorocabana de Letras/Fundação Ubaldino do Amaral/Skol/Monesso/Caracu, 1984. 50p.

É significativo verificar o quanto algumas entidades culturais de Sorocaba têm se interessado por pesquisas em torno do ciclo do tropeirismo. Sob os auspícios da Academia Sorocabana de Letras, coadjuvada por outras entidades, vem de ser publicado o volume que aqui se registra, reunindo seis trabalhos “tropeiristas”, a saber: “Algumas considerações sobre o Ciclo do Ouro e o Tropeirismo”, de Vera Ravagnani Job; Fases de prosperidade e declínio do Tropeirismo”, de Mário Matos; “O cotidiano do Tropeirismo pelo Brasil”, de Adolfo Frioli; “A feira de muares de Sorocaba”, de Rogich Vieira; “A memória do tropeirismo nos bairros rurais da região de Sorocaba”, de Sérgio Coelho de Oliveira; e “O Tropeirismo e a formação do Brasil” (que dá título ao volume), de Geraldo Bonadio. Ciclo tão longo e tão importante não poderia deixar de exercer influência marcante sobre a nossa identidade cultural”. Esta frase, colhida no artigo de Geraldo Bonadio, serve excelentemente como justificativa para o interesse que o tema possa despertar não apenas em São Paulo e no Rio Grande do Sul, mas no Brasil. E como justificativa óbvia para a publicação do pequeno, mas valioso volume que aqui se registra. ONM (Cortesia da Academia Sorocabana de Letras).

Donato, Hernâni – Dicionário das batalhas brasileiras: dos conflitos com indígenas às guerrilhas políticas urbanas e rurais. São Paulo, Ibrasa, 1987. 542p (Biblioteca “Estudos Brasileiros”, v. 15).

Sem querer fazer trocadilho, poderíamos afirmar que a história das batalhas brasileiras que Hernâni Donato vem de publicar não é uma “história-batalha”. Esta expressão (“histoire bataille”) foi cunhada por autores franceses, com um certo sentido pejorativo, para designar um tipo de história apenas fatural (“évenementielle”), destituída de qualquer espírito crítico ou de preocupação interpretativa de qualquer espécie. Enfim, um tipo de história que muita gente ainda faz, mas que não é, de modo algum, a que faz Hernâni Donato. Levado pela sugestão aparente do título, o leitor poderá pensar que se trata de livro apenas informativo, para ser consultado quando houver necessidade de dirimir alguma dúvida. Não. Não é livro para ser apenas consultado, mas para ser lido. Resultado de uma exaustiva pesquisa que consumiu mais de quinze anos de trabalho, é bem o livro que estava faltando em nossa bibliografia histórica. Entre outras coisas, porque, segundo esclarece uma nota da contracapa, “ele destrói, documentadamente, o mito da natural cordialidade, do pacifismo natural do homem brasileiro”. E adiante: “Em dezenas de guerras, revoluções, motins, golpes, quarteladas, desde os dias do descobrimento aos choques guerrilheiros ultimados em 1974, ele ocupou todos os dias do ano, lutando, matando e morrendo pelas

idéias e causas que balizaram dramaticamente a formação nacional”. São cerca de dois mil e trezentos verbetes, bem fundamentados, dos conflitos indígenas às guerrilhas políticas urbanas e rurais dos nossos dias, a contarem “uma nova feição da História do Brasil”. Além dos verbetes por ordem alfabética, numa primeira parte, antecipando o dicionário propriamente dito, o livro oferece uma notícia sobre os movimentos que provocaram batalhas, constituindo-se em verdadeira História do Brasil contada de modo original: através das guerras internas e externas. Àqueles que porventura possam estranhar o uso da palavra “batalha” para designar situações tão díspares e que, do ponto de vista militar talvez nem merecessem esse nome, o autor esclarece: “Batalha é luta, é combate. Batalhar por tal e qual causa. Portanto, a palavra batalha terá o sentido de choque armado de qualquer proporção ou valor militar em que homens desavindos tenham posto em risco a vida para defender uma idéia ou situação. Ou para impô-las. Batalha, sinônimo de luta, desimportando a sua complexidade e o número de participantes”. Eis porque, em seu dicionário figuram as batalhas dos Guararapes e o levante de Aragarças... A louvar-se a preocupação do autor em dirimir dúvidas, quando, por exemplo, uma batalha é conhecida por mais de um nome ou quando as próprias fontes não esclarecem suficientemente, discordando muitas vezes os autores em mais de um ponto. A louvar-se igualmente o bem cuidado trabalho gráfico. ONM (Cortesia da editora).

História regional: uma discussão. Apres. de J. R. do Amaral Lapa. Campinas, Unicamp, 1978. 110p.

Com este volume — informa o Professor Amaral Lapa — o Centro de Memória da Unicamp inicia seu programa de publicações por onde realmente deveria iniciar: uma discussão teórica polêmica sobre as idéias de região e regionalidade, seguida de um trabalho de pesquisa de história regional comparada. Mais ainda: este volume inaugura a série “Seminários”, que se destina a abrigar originais de trabalhos no programa de seminários interdisciplinares. Nos três primeiros ensaios, Ademir Gebara, Paulo Henrique N. Martins e Héctor Hermán Bruit discutem a problemática teórica que envolve o conceito de região e sua realidade histórica. Fecha o volume um capítulo de Ana Lúcia Lanna que propõe um cotejo analítico para duas regiões cafejeiras: Minas e São Paulo. Eis os títulos dos ensaios reunidos no presente volume: “A importância dos estudos regionais para as Ciências Sociais” (Ademir Gebara), “Estado, Espaço e Região: novos elementos teóricos” (Paulo H. N. Martins), “Região, Estado e Capitalismo” (Héctor H. Bruit) e “Minas e São Paulo numa análise com-

parada” (Ana Lúcia Lanna). Numa das páginas finais do volume, o Centro de Memória da Unicamp divulga seu programa de publicações, vasto e variado, com mais de dez volumes anunciados, quase todos sobre Campinas. Que isto possa ser realizado é o que temos a desejar. ONM (Cortesia do Centro de Memória da Unicamp).

Lima, Heitor Ferreira — Perfil político de Silva Jardim. São Paulo, Editora Nacional, 1987. 103p. (Coleção “Brasileira”, v. 383).

Pela mesma ocasião em que o Departamento de História de nossa Universidade Católica lançava **Ação e Pensamento em Silva Jardim** de Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci (primeiramente publicado como número 125 desta publicação), aparecia nas livrarias, integrando a prestigiosa coleção “Brasileira”, o volume de Heitor Ferreira Lima traçando o perfil político do grande propagandista republicano. O autor já é nome consagrado em nossas letras históricas, principalmente no campo do pensamento econômico, em que esboçou suas principais obras, das quais duas (também da mesma coleção “Brasileira”) já foram objeto de consideração nesta revista, quando procedemos à recensão de toda a preciosa coleção. Os que se habituaram a ver em Heitor Ferreira Lima um especialista no estudo da história econômica, de fato seu campo predileto, encontrarão neste pequeno livro uma prova de sua capacidade de compreender igualmente os problemas ligados à história política. Esclarece o autor não ter sido seu intuito traçar a biografia de seu personagem, porém, “realçar o lado de sua existência e atividade em que mais se elevou e para o qual era dotado de dons incomuns, como o de estupendo agitador de massas, pugnando, com palavras ardentes e persuasivas, por um novo estado de coisas que lhe parecia mais adequado e justo para o povo e o país”. Mesma postura de Rangel Ricci estudando-lhe a ação e o pensamento. Tanto um como outro longe estiveram de pretender “resolver todos os problemas da biografia de Silva Jardim”, mas ambos trouxeram subsídios inestimáveis, que marcarão profundamente nossa bibliografia histórica. ONM (Cortesia do autor).

Ricci, Maria Lúcia de Souza Rangel — **Ação e pensamento em Silva Jardim**. Campinas, Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica, 1987. 107p.

O livro que a Professora Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, da unidade francana da Unesp, vem de publicar sobre Silva Jardim, não de-

ve ser visto simplesmente como mais uma biografia do grande brasileiro. Na realidade, a autora preocupou-se menos com os seus traços biográficos, embora obviamente não os desprezasse, do que com o seu pensamento e sua ação no papel que meteoricamente desempenhou em nossa história política. Nele, procedeu a autora à análise de sua obra política, notadamente os panfletos contendo as conferências proferidas nos famosos e ruidosos "meetings", na fase mais intensa da propaganda republicana. Não lhe deve ter sido fácil a tarefa. O estudo do pensamento, seja de que natureza for e de quem quer que seja, é das áreas mais difíceis da historiografia. Especialmente no caso brasileiro, onde a ausência de pensamento teórico é quase uma constante de nossa vida cultural. Avessos à teorização e à reflexão, nossos homens públicos preferiram sempre traduzir as idéias através da ação. Não temos um pensador político que não fosse, ele próprio, político e político militante. Assim, propôs-se a autora ao estudo de um pensador militante, cujas idéias refletiam-se, antes de tudo, nos seus atos. E com todas as contradições, reais ou aparentes, que o problema Silva Jardim poderia oferecer aos estudiosos brasileiros. E é este "problema Silva Jardim" que a autora procura deslindar em seu livro, considerando alguns aspectos realmente marcantes da vida e obra do grande republicano. Entre outros, sua atitude diante do positivismo, diante do problema da sucessão monárquica e, principalmente, diante de outros propagandistas da República, que foram, com efeito, os que "fizeram" a República. Daí Silva Jardim ter se desiludido muito cedo com o novo regime que, vivia a dizer, "não era a República dos seus sonhos". Infelizmente, faltou a Silva Jardim dizer qual seria a República dos seus sonhos. Vivendo muito pouco, sem ter tido oportunidade de fazer madurar suas idéias, como outros o fizeram, ou, pelo menos, vê-las como se comportariam na prática, ficou, de fato, em Silva Jardim, um vazio, algo sobre o qual, ninguém, honestamente, poderá escrever. A não ser que deseje, como é tão comum, atribuir-lhe idéias ou conceitos próprios de quem sobre ele escrever. Deste mal soube livrar-se a autora. Seu Silva Jardim é o que de fato existiu e não o que ela, talvez, gostasse que ele fosse, sem a visualização heróica ou romântica que muitos lhe conferem. Cremos que só por isto, ainda que outros méritos não houvesse, seu livro merece ser lido. ONM (Cortesia da autora).

## PERIÓDICOS

**Dédalo**, nº 25. 1987. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. **Conteúdo:** Fertilidade da terra e fecundidade da mulher: símbolos e suportes materiais nas sociedades negro-africanas (Kabengele Munanga e Suely Cerveravolo); Símbolos, poder e autoridade nas sociedades negro-africanas (Kabengele Munanga e Helmy Mansur Manzochi); Banhos sudoríferos na América do Sul (Helmut Krumbach); Estudo comparativo de termos franceses, ingleses, espanhóis e portugueses relacionados com as técnicas decorativas da cerâmica pré-histórica (Roger Marois e Maria Cristina M. Scatamacchia); El reino Lupaca y la complementaridad vertical de los Andes Centrales (Osvaldo Silva Galdames); Etapas históricas de la sociedad tribal en las Antillas (Francisco Moscoso); A utilização da técnica de raio X na análise de terracotas antigas (Elaine F. Veloso Hirata); Estudo sobre a epigrafia latina de Giordano III (Maria Luiz Corassin); Estudo tipológico das ânforas béticas (Pedro Paulo Abreu Funari). Contactos: Av. Prof. Mello Moraes, 1235, bloco D, 6º andar. Cidade Universitária São Paulo 05508. (Cortesia do editor).

**Revista de História**, nºs 116 (jan./jun. 1984), 117 (jul./dez. 1984) e 118 (jan./jun. 1985). Universidade de São Paulo. **Conteúdo:** nº 116 – Conservadorismo e radicalidade na poesia de Gregório de Matos (Luiz Koshiba); O assistencialismo na Capitania do Ouro (Caio C. Boschi); Aspectos históricos de microtoponímia no Brasil (Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick); Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais (Cecília Helena Florenzini de Salles Oliveira); Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (Sílvia Levi-Moreira); Crise social, tirania e difusão do dionisismo na Grécia antiga (José Antonio Dabdad Trabulsi); A primeira manifestação do crescimento econômico ocidental: a Europa feudal dos séculos XI-XIII (Hilário Franco Júnior); Instruções, convenções e tratados comerciais da política mercantil portuguesa, de 1781 a 1801 (José Jobson de Andrade Arruda); A vida prolongada (Arthur E. Imhof); ensaios bibliográficos; debates. **Nº 117:** Indigenous populations of the São Paulo – Rio de Janeiro coast: trade, aldeamento, slavery and extinction (Warren Dean); A configuração dos agregados como grupo social (Alzira Lobo de A. Campos); O Partido Democrático de São Paulo (Maria Lígia Coelho Prado); Demonismo, malícia e malefício (Carlos Roberto Figueirêdo Nogueira); A literatura funerária como fonte para a história agrária do Egito Antigo (Ciro F. S. Cardoso); A Guerra dos Cem Anos e os projetos de cruzada de Felipe de Mézières no “Sonho do Velho Peregrino” (José Roberto de Almeida Mello); A Bula da Santa Cruzada (David Rabello); Instruções, convenções e tratados comerciais na política mercantil portuguesa de 1781 a 1801 (José Jobson de Andrade Arruda); A História na Literatura: princípios de abordagem (Maria Teresa de Freitas); resenhas bibliográficas. **Nº 118:** A invenção do Brasil: um problema nacional? (Afonso Carlos Marques dos Santos); A ordem como condição da civilização: o Partido Republicano Paulista, 1870-1889 (Iraci Galvão Salles); A Coluna Prestes: uma proposta de trabalho (Anita Leocádia Prestes); Correspondência epistolar e as possibilidades do comércio português na Itália em 1800 (José Jobson de Andrade Arruda); Lucha antiimperialista y unidad latinoamericana: La experiencia revolucionaria castro-guevarista (Léon E. Bieber); Prometeu e Pandora entre o espelho e a máscara ou Fantasia, ordem e mistério no moinho do sentido (Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes); A Anforologia, uma nova disciplina arqueológica (Pedro Paulo Abreu Funari); Malraux, “La condition humaine” e a ficção histórica (Maria Teresa de Freitas); resenhas bibliográficas. Contactos: Caixa postal 8105, São Paulo. (Cortesia dos editores).

## NOTICIÁRIO

BANCO DE DADOS SOBRE  
DEMOGRAFIA HISTÓRICA NO BRASIL

Vem de ser criado o FIPE/DOCPOP – Sistema de Documentação sobre População no Brasil, mediante Memorando de Colaboração firmado entre a FIPE e a Fundação SEADE, responsável pela coordenação da Rede Nacional de Documentação sobre População no Brasil (Rede DOCPOP).

O FIPE/DOCPOP é um banco computadorizado de dados sobre demografia histórica e história da população brasileira, tendo como finalidade a recuperação e difusão de todos os trabalhos realizados, no Brasil ou no exterior, relativos à aludida área.

Para tanto, este serviço de informação está baseado em duas fontes principais:

1 – o acervo de livros e revistas da biblioteca da FEA/USP, com aproximadamente 140.000 volumes.

2 – a Rede DOCPOP, responsável pela coleta e divulgação das informações sobre população no Brasil.

A Rede DOCPOP conta com um órgão de divulgação, a **Revista DOCPOP: Resumos sobre População no Brasil**, de publicação semestral, a cargo do SEADE/DOCPOP.

O FIPE/DOCPOP está ligado também, como membro da Rede DOCPOP, ao Sistema DOCPAL – Documentación sobre Población en América Latina, mantido pelo CELADE.

O programa de computador utilizado pelo FIPE/DOCPOP na armazenagem e recuperação das informações permite localizar um determinado trabalho ou uma extensa bibliografia por dezenas de acessos diferentes, dentre os quais destacamos: autor, título, tipo de publicação (livro, artigo, tese, conferência, projeto), idioma do texto, número de referências bibliográficas citadas, alcance temporal da pesquisa, unidades geográficas abrangidas (desde cidade até o país), dados estatísticos utilizados e, principalmente, pelo assunto abordado.

Os assuntos dos trabalhos são indexados por palavras-chaves, selecionadas entre os 4.800 descritores que compõem o **Thesaurus**

**Multilingüe de População**, um guia de indexação desenvolvido pelas Nações Unidas, traduzido e adaptado pela Fundação SEADE. Além disso, cada trabalho é acompanhado de um resumo informativo.

O FIPE/DOCPPOP está em fase final de implantação. Os estudantes e pesquisadores que desejarem entrar em contato devem escrever para: FIDE/DOCPPOP a/c Rizio Bruno Sant'Ana Caixa Postal 11.474 – CEP 05499 – São Paulo – SP.

\*

### A PROPÓSITO DA "PASTORAL", DE COELHO NETO

Do Dr. Plínio Doyle, do Rio de Janeiro, o responsável por esta publicação recebeu a seguinte carta, datada de 7 de setembro p. passado, e que não nos furtamos ao prazer de transcrevê-la:

Recebi na semana passada mais um número da sua excelente NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA, o 124 de outubro/dezembro 1986. Como de hábito, corro logo o sumário, procurando o que de maior interesse encontro para minha leitura; e deparei na página 324, com a "Memória Campineira (29) a PASTORAL de Coelho Neto", onde se transcreve um texto de Leopoldo Amaral de **O Estado de São Paulo**, incluindo no volume **Campinas: Recordações**, apreciando a peça do grande romancista, antigo Príncipe dos Escritores.

E mencionando a PASTORAL quero levar ao seu conhecimento que o original dessa obra de Coelho Neto, com a sua letra notável e característica, está no acervo do Arquivo Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa, que desde 1972 quando foi fundado, venho dirigindo.

Esse original foi oferecido pelo autor à Elisa de Rezende, a "encantadora Santa Isabel", uma das personagens da peça, como se vê da página com o título da obra, de que envio junto uma cópia. Nessa mesma página informa Coelho Neto as datas das três récitas, sendo a primeira a 25 de dezembro de 1903, data que confere com a informação de Leopoldo Amaral; e conferem também as informações do saudoso jornalista campineiro, quando menciona as distrações de atores nos ensaios, quando trocavam "nazires" por narizes e referiam-se a "ovelhas no céu" e "estrelas no rebanho"; as frases certas estão no final da peça, no original.

A primeira, e única do meu conhecimento, edição de PASTORAL, é da Livraria Chardron, de Lello & Irmão, do Porto, Portugal,

de 1923 como “edição definitiva”, e nela encontramos informações preciosas para a apreciação do original, como:

- a) o texto da publicação está alterado, em partes, do original;
- b) foi dedicada “Ao seu excelente amigo A. B. de Castro Mendes com data de “Campinas, dezembro, 1903”. Com o nome de Castro Mendes, há uma intérprete da peça, Sta. Julia de Castro Mendes. Junto cópia da “folha de rosto” do original;
- c) contém minuciosa explicação/história da peça; cópia junta;
- d) contém a relação dos personagens e seus intérpretes, quer na representação em Campinas quer na do Rio de Janeiro, no Parque Fluminense, sem declarar a data. Nessa relação dos intérpretes de Campinas, certamente deve haver nomes conhecidos, não?

Transmitindo essas informações ao nobre amigo, queremos apenas lembrar aos futuros estudiosos da obra do grande romancista maranhense Coelho Neto, principalmente aos campineiros, da existência dos originais de PASTORAL no Arquivo Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa, e para que tomem conhecimento da edição de 1923, com os fatos todos relacionados com a sua cidade natal.

Com os abraços de muita estima e de grande admiração do

Plínio Doyle

\*

## UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO NA HISTÓRICA VASSOURAS

Da Professora Marilda Corrêa Ciribelli, digna diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vassouras (da Fundação Educacional Severino Sombra), recebemos a circular seguinte, que julgamos oportuno transcrever:

Temos a satisfação de comunicar a V. S<sup>a</sup> a criação, por esta Diretoria, do Centro de Documentação Histórica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vassouras, da FUSVE, no dia 12 de março próximo passado.

O referido Órgão vem concretizar anseio há muito almejado por nós e tem como objetivos precípuos:

1. Reunir e catalogar fontes primárias, bibliografias especializadas, inventários de arquivos, museus e bibliotecas de interesse geral para os estudos históricos;

- História;
2. Planejamento de pesquisa;
  3. Reunir documentos didáticos para facilitar o ensino da História;
  4. Salvaguardar o acervo documental do nosso Município;
  5. Auxiliar tecnicamente pesquisadores interessados no estudo da Região;
  6. Contribuir para a divulgação do acervo documental do Vale do Paraíba Fluminense e de Vassouras.

Neste sentido, gostaríamos de contar com o apoio de V. Sa, na divulgação do Órgão e, ao mesmo tempo, solicitar a doação de documentos que, por ventura, possua e queira vê-los devidamente arrolados em nosso Centro, permitindo sua conservação e servindo ao desenvolvimento da Pesquisa Histórica em Vassouras.

Na oportunidade, colocamos o Centro de Documentação Histórica à disposição de V. Sa.

Atenciosamente,

a) Profa. Dra. Marilda Corrêa Ciribelli

\*

## PIERRE MONBEIG

A morte de Pierre Monbeig, ocorrida em França, em fins de setembro, privou-nos não só de um dos poucos sobreviventes das missões estrangeiras contratadas para a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, quando de sua fundação, em 1934, mas de um dos grandes amigos do Brasil, país ao qual dedicou a quase totalidade de sua produção científica. Vindo para São Paulo em 1935, entre nós permaneceu onze anos, só regressando à sua pátria após o término da Segunda Guerra Mundial. Retornou diversas vezes ao Brasil e jamais perdeu contato com nossa terra, onde deixou numerosos amigos e discípulos.

Grande mestre e grande amigo, orientador compreensivo de toda uma geração que se iniciava nos estudos geográficos, deixou Monbeig, em todos, a marca profunda de sua extraordinária capacidade de despertar vocações. Seu interesse pelo Brasil levava-o a estimular seus alunos aos mais diversos trabalhos no vasto campo da geografia, notadamente o estudo das cidades e das áreas de colonização, dois temas que foram sempre muito de

seu agrado. Ao voltar ao seu país, levou farto material que lhe permitiu elaborar uma das obras capitais de nossa bibliografia geográfica, **Pionniers et Planteurs de São Paulo**, publicada em Paris, em 1952, pela famosa editora Armand Colin. Seu importante livro mereceu tradução por dois de seus mais queridos amigos e discípulos, Ary França e Raul de Andrada e Silva. Tradução tardia e infelizmente pouco divulgada.

Muitos dos seus escritos em jornais e revistas foram reunidos para formar os dois volumes dos **Ensaio de Geografia Humana Brasileira**, publicados, o primeiro em 1940 e o segundo em 1957. E quando as Presses Universitaires de France desejaram publicar um livro sobre nosso País na conhecida coleção "Que sais-je?", tiveram a feliz idéia de solicitá-lo a Pierre Monbeig. Editado em 1954, foi logo traduzido, alcançando várias edições e constitui peça básica de nossa bibliografia.

Esta modesta nota visa apenas ao testemunho de nosso pesar pelo falecimento do grande mestre, a quem o responsável por esta publicação muito deve em sua formação e de quem foi sempre muito amigo.

\*

### "YAN" DE ALMEIDA PRADO

O falecimento de João Fernando de Almeida Prado ("Yan", para os amigos), no dia 23 de outubro, privou a historiografia brasileira de uma de suas maiores figuras. Sua obra de estudo dos primeiros séculos da colonização do Brasil é clássica na bibliografia histórica de nosso País: **Primeiros povoadores do Brasil** (1935), **Pernambuco e as capitanias do Norte**, em quatro volumes (1941), **A Bahia e as capitanias do centro**, em três volumes (1945) e **São Vicente e as capitanias do Sul** (1961) são títulos imprescindíveis para o estudo da formação da nacionalidade brasileira. Além desse vasto painel dos primeiros tempos do Brasil, devemos a J. F. de Almeida Prado a divulgação da obra pictórica de Tomás Ender, pintor austríaco que esteve em nosso país, na época de D. João VI. A Tomás Ender e sua época, dedicou Yan dois valiosos livros: **Tomás Ender, pintor austríaco na corte de D. João VI, no Brasil: um episódio da formação da classe dirigente brasileira** (1955) e **D. João VI e o início da classe dirigente no Brasil** (1968). Devemos-lhe, ainda, um volume sobre Debret (1973) e um estudo sobre Bandeiras, seu último livro, publicado já quando precárias eram suas condições de saúde.

\*

## A. D. TOCANTINS

Em 31 de outubro p. passado, faleceu em São Paulo o jornalista e historiador Amidicis Diogo Tocantins. Natural de Cuiabá, Mato Grosso, onde nascera a 13 de agosto de 1918, realizou brilhante carreira no Banco do Brasil, pelo qual se aposentou. Dedicado a estudos históricos e genealógicos, particularmente os relacionados com o seu Estado natal, deixou numerosos trabalhos publicados. Pertencia a diversas instituições culturais, entre elas o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (de cuja revista era colaborador), a Academia Paulistana da História e o Instituto Genealógico Brasileiro. Era antigo assinante desta publicação, pela qual sempre demonstrou grande interesse.

\*

## CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

Durante o corrente ano, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a Academia Paulista de História promoveram série de palestras preparatórias às comemorações do centenário da abolição da escravatura, que transcorrerá a 13 de maio de 1988. Foram promovidas oito palestras, uma por mês, de março a dezembro, no auditório da Biblioteca Municipal "Mário de Andrade": Fontes para o estudo do Abolicionismo (Odilon Nogueira de Matos); Aspectos jurídicos da escravidão (Célio Debes); A Igreja e a Abolição (Hélio Damante); O libelo de José Bonifácio contra a escravidão (Raul de Andrada e Silva); Literatura e Abolição (Hernani Donato); Escravidão e Abolição no Vale do Paraíba (Paulo Pereira dos Reis); República e Abolição (Lycurgo de Castro Santos Filho).

Por sua vez, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo promoveu de 19 a 4 de setembro Simpósio sobre Escravidão e Abolição. Odilon Nogueira de Matos, Célio Debes, Raul de Andrada e Silva e Lycurgo de Castro Santos Filho dissertaram sobre os mesmos temas da série realizada na Biblioteca "Mário de Andrade". Os demais expositores foram: Vinício Stein Campos (Os acontecimentos históricos que se anteciparam ao 13 de maio de 1888); José Geraldo Evangelista (Escravidão e Abolição na Alta Mogiana: o caso de Franca); Duílio Crispim Farina (O negro e a arte no Brasil); Délio Freire dos Santos (A iconografia do negro no Brasil); Roberto Machado Carvalho (Aspectos da escravidão no vale do Tietê); Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci (A sociedade brasileira e a criação da Guarda Negra); J. Pereira (Imprensa negra); Paulo Pereira dos

Reis (Importância do estudo sobre população negra: contatos sociais, culturais e sobrevivências culturais); Desidério Alfredo Fontana (O escravo no ordenamento jurídico brasileiro); Antonio Roberto de Paula Leite (A propaganda republicana e a Abolição).

\*

### CENTENÁRIO DO "INSTITUTO DO CEARÁ"

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na época da Regência (1838), estimulou a criação de instituições similares em quase todo o Brasil. Ao terminar o século XIX, rara era a unidade da Federação que não tivesse seu Instituto Histórico e Geográfico, quase sempre mais histórico que geográfico e não raro apenas histórico. É-nos grato registrar o transcurso, no corrente ano, do centenário de um dos mais antigos: o do Ceará, fundado a 4 de março de 1887. É curioso que o Instituto cearense não se chame nem Histórico, nem Geográfico. Simplesmente "Instituto do Ceará". Revelou-se sempre um dos mais atuantes de todo o País. Basta dizer que o transcurso de seu centenário foi assinalado, entre outras coisas, com a publicação do centésimo volume de sua preciosa revista. Significa isto que não se passou um ano sequer sem que ela fosse publicada, o que não ocorreu com nenhum outro Instituto, nem o próprio Brasileiro! O responsável por esta publicação, que se honra em pertencer ao quadro social do Instituto do Ceará, na categoria de membro correspondente, sente-se gratificado em poder registrar a significativa efeméride nas páginas desta publicação.

## UM POUCO DE MÚSICA

## DIVAGAÇÕES DE COMPOSITORES

Constitui experiência interessante para os melômanos o conhecimento de obras diferentes das que se está habituado a ouvir, de determinado compositor. O caso mais significativo é o dos autores de óperas que vez ou outra perlustraram outras formas de composição. É difícil imaginar que Verdi e Donizetti tenham quartetos de cordas ou que Rossini tenha uma missa. Para o público em geral, tais autores estarão sempre vinculados à forma operística, em que se celebrizaram. É verdade que, no mais das vezes, essas incursões por outras áreas pouco têm adiantado à glória de seus autores e talvez as obras que produziram nesses campos diferentes do habitual nem fizessem falta se não existissem. Muitas valem apenas como curiosidades. Não é, obviamente, o caso de Wagner, em cujo acervo ninguém estranharia encontrar uma sinfonia, pois o grande compositor sempre soube dar tratamento bastante sinfônico às suas óperas, cujos fragmentos orquestrais são freqüentemente ouvidos nas salas de concerto ou em gravações. Mas, às vezes, há surpresas agradáveis.

Os exemplos seriam muitos, variados e significativos, apenas considerando os nomes mencionados. Verdi, autor de vinte e sete óperas e inegavelmente o maior compositor operístico italiano de seu tempo, é autor também do já citado quarteto de cordas, de uma série de peças sacras (“Ave Maria”, “Stabat Mater”, “Te Deum” e “Laudi alla Vergine”), de uma grandiosa missa de réquiem (dedicada à memória de Manzoni) e de cerca de vinte canções quase todas com acompanhamento de piano.

Donizetti, autor da vultosa soma de setenta e cinco óperas, tem a seu crédito, ainda, nada menos que doze quartetos de cordas e algumas sonatas, acervo praticamente esquecido hoje, ao contrário do caso verdiano, cuja produção fora da ópera (especialmente a missa) aparece em freqüentes gravações e às vezes executada “ao vivo”.

Rossini, autor de trinta e oito óperas, compôs também dois oratórios, numerosas cantatas, quartetos de cordas, sonatas também para cordas, cerca de cento e oitenta pequenas peças para piano (seus “pecados da velhice”, como eles as denominou), um “Stabat Mater”, encerrando sua carreira com uma “Petite Messe”, da qual existem duas versões, uma com acompanhamento orquestral e outra apenas de órgão.

É sabido Rossini encerrou sua carreira de compositor de óperas com o **Guilherme Tell**, em 1829. E no entanto, viveu ainda quarenta anos!

Muita tinta tem sido gasta para explicar o “misterioso silêncio” do grande compositor. Não há mistério nenhum. Rossini – sabem todos os que têm algum conhecimento da história da ópera – foi um dos mais prolíficos autores de óperas (quase quarenta!) daquele período de transição do classicismo para romantismo, representado pelos últimos anos do século XVIII e pelos primeiros do século XIX. Era a época em que predominava a ópera “buffa” (cômica), campo em que Rossini se sentia bem à vontade, por estar bem de acordo com o seu temperamento. De fato, ao compor **O Barbeiro de Sevilha**, em 1816 (certamente a mais perfeita de quantas óperas cômicas foram escritas), tinta já Rossini em sua bagagem mais de dez óperas no gênero “buffo”, destacando-se dentre elas: **La Cambiale di Matrimonio**, **L’Inganno Felice**, **La Scala di Seta**, **Il Signor Bruschino**, **Il Cambio della Valigia**, **L’Italiana in Algeri** e **Il Turco in Italia**.

Com o advento do romantismo, a ópera cômica foi perdendo terreno para a ópera séria, aquela que explorava os sentimentos e as emoções, chegando ao drama e até à tragédia. Que Rossini era capaz de compor óperas no gênero “sério”, provam-no, entre outras, **Semiramis**, **Moisés**, **Tancredi**, **O Assédio de Corinto** e **Guilherme Tell**, que veio a ser, de fato, sua última ópera. Mas a ópera “séria” não era o seu forte. E antes que sua obra redundasse nos dramalhões que freqüentemente surgiam na época romântica, preferiu retirar-se, antes que decaísse. Soube, portanto, retirar-se na hora propícia, o que, infelizmente, nem todos sabem fazer. E viveu, ainda como já se disse, mais quarenta anos, sempre em Paris, participando ativamente da vida artística e social da capital francesa.

Pois bem: é nesse “recesso lírico” que se situa a maior parte dos seus “pecados da velhice”. Convém lembrar, ainda, que vários arranjos foram feitos com obras pianísticas de Rossini. Entre eles, **Boutique Fantasque** e **Rossiniana**, ambos adaptados para bailado e mais as **Soirées Musicales** e **Matinées Musicales**, ambas arrançadas pelo grande compositor inglês Benjamin Britten.

Outro caso curioso é o de Puccini. Dele já me ocupei demoradamente, há alguns anos, nesta mesma revista, salientando, principalmente, sua extraordinária capacidade para a caracterização de personagens femininas. Talvez ninguém o tenha feito melhor. Eis porque são femininas as figuras mais importantes de suas óperas, que acabaram dando títulos às mesmas: **Manon Lescaut**, **Tosca**, **Madame Butterfly**, **Suor Angelica**, **Turandot**, **Mimi** (de **La Bohème**) e **Minnie** (de **La Fanciulla del West**)...

Vivendo entre 1858 e 1924, Puccini trazia consigo uma longa tradição musical, com numerosos ascendentes compositores e – curioso! – quase todos dedicados à música religiosa. O primeiro Puccini que aparece (também chamado Giacomo), nascido em 1712, foi mestre-de-capela em Lucca e deixou composições sacras que, em seu

tempo, alcançaram grande notoriedade e divulgação no norte da Itália; um outro Puccini, filho do primeiro, tornou-se conhecido como professor; ainda um outro, chamado Domenico e que veio a ser avô do autor da *Bohème*, escreveu música de igreja, mas já se impôs também como compositor de óperas; seu filho Michele dedicou-se igualmente à música sacra e a sua morte, em 1864, deu motivo à composição de uma missa de réquiem, de autoria de um certo Pacino. Eis-nos chegados, assim, àquele que, através de obras de variado estilo, conseguiu salvar a ópera italiana da decadência a que fatalmente seria levada após a morte de Verdi. Giacomo Puccini resume em seu nome toda a linhagem musical da família. De fato, seu nome completo era Giacomo Antonio Domenico Michele Secondo Maria Puccini. Nestes apelidos estão todos os seus antepassados músicos.

Com tal tradição de música religiosa, era de se esperar que Puccini também se interessasse por esse gênero de composição, o que, aliás, era o grande desejo de sua mãe. Puccini, apenas para satisfazer a essa aspiração materna, fez com que uma de suas primeiras composições fosse uma missa, denominada *Missa Glória*, única no conjunto da produção do compositor, mas que foi, naturalmente, eclipsada por outras obras e até esquecida pelo próprio autor e pela sua família. Entretanto, pouco antes de morrer, Puccini relatou a um amigo — o Padre Dante Florentino — a história dessa composição. E o mundo deve a esse sacerdote a exumação da belíssima missa pucciniana, apresentada pela primeira vez em 1951, nos Estados Unidos, onde vivia o Padre Florentino. Na contracapa da gravação, a única que dessa obra se fez, é relatada toda a história da pesquisa para a descoberta da missa, e na mesma contracapa figura fac-símile de autógrafo do Padre Florentino, que assim se expressou: "By giving to the world the *Messa di Gloria*, Puccini's first homage to the glory of God, I feel I have realized my life long ambition". E a etiqueta *Colosseum* declarava-se, no mesmo disco, "proud to present the world premier recording of this great work in the finest interpretation possible with the Scarlatti Chorus and Orchestra di Napoli under the direction of Ugo Rapalo". Isto ocorreu a 22 de dezembro de 1952. E esta "premier recording" permanece, segundo cremos, a única. Por isto mesmo, disco bastante raro que seus felizes possuidores prezam muito. ONM

## MEMÓRIA CAMPINEIRA (32)

## DO "CULTO À CIÊNCIA" AO "GINÁSIO DO ESTADO"

O primitivo colégio fundado em Campinas pela "Sociedade Culto à Ciência" – e que passou a ser conhecido por este nome – teve sua pedra fundamental lançada a 13 de abril de 1873, em terreno adquirido pela Sociedade à rua então denominada "Alegre" e que, posteriormente, veio a chamar-se "Culto à Ciência". A inauguração do estabelecimento ocorreu a 12 de janeiro do ano seguinte (1874). Seus primeiros tempos foram já devidamente recordados por diversos cronistas locais – Leopoldo Amaral e Carlos Francisco de Paula, entre outros. Menos de vinte anos foi o tempo de duração do importante estabelecimento de ensino. Leopoldo Amaral assim relata, não apenas o seu fechamento, mas o processo de transformação em ginásio estadual:

"A Associação, mais tarde, devido a motivos diversos, foi sentindo empalidecer o ambiente em que havia florescido. Reuniram-se (1892) os associados que estavam nesta cidade, em assembléia, e na emergência em que se achava o caso, ficou por eles resolvida a dissolução da Sociedade.

Fechou-se o "Culto à Ciência". Deu-se volta à chave do prédio e tudo ali emudeceu. De acordo com um dispositivo dos estatutos, a última diretoria, por intermédio de Francisco Glicério, em 1894, fez entrega à Câmara Municipal do edifício e do patrimônio social, que deveriam ser administrados do modo que fosse julgado mais conveniente, uma vez que aplicasse os respectivos rendimentos aos serviços da instrução. Existia um passivo pequeno; mas o valor do prédio, dos terrenos, etc., elevava-se muitas vezes mais aos compromissos que oneravam a associação.

A Câmara, animada louavelmente do mais legítimo anelo de ver continuar o "Culto à Ciência" na sua utilíssima missão, e tendo em vista pugnar pelo interesse moral e intelectual desta terra, ergueu o seu pensamento para o governo do Estado, a cuja frente se achava o benemérito dr. Bernardino de Campos, ocupando a Secretaria do Interior o ilustre dr. Cesário Mota Júnior. Solicitou ela do Congresso Legislativo a instalação, no "Culto à Ciência", de um ginásio; ofereceu ao governo o referido patrimônio, ficando a cargo deste a liquidação do insignificante passivo.

O ato da Câmara encontrou simpático acolhimento e decidido apoio nas duas casas do Congresso.<sup>1</sup> Foi votada e decretada a resolução nº, 273, de 21 de junho de 1894, autorizando o governo do Estado a entrar em acordo com a Câmara Municipal de Campinas, para o fim de passar à propriedade do Estado o prédio em que funcionara o antigo colégio “Culto à Ciência” No ano seguinte, foi decretada a Lei nº 284, de 14 de março de 1895, criando o ginásio. Estava plenamente consumado com esse ato do governo, aquele ideal patriótico dos campineiros. O tradicional “Culto à Ciência” iria novamente entrar em funcionamento, com mais amplas vantagens para o ensino público. No dia 1º de julho de 1897 realizou-se festivamente a inauguração do Ginásio do Estado”. (*Campinas: recordações*, p. 55/57. São Paulo, 1927).

Até 1930, o Estado manteve apenas três ginásios: o da Capital, o de Campinas e o de Ribeirão Preto. Não tinham nomes. Eram chamados simplesmente “Ginásios do Estado”, acrescentando-se o nome da cidade. O de Campinas tornou-se um dos mais importantes estabelecimentos de ensino secundário do País, pela alta qualidade do ensino nele ministrado, por renomados professores. Quando na década de ‘40, surgiu o hábito nem sempre muito feliz de dar nomes aos ginásios estaduais (alguns então chamados “Colégios”, de acordo com a nova nomenclatura da Reforma de 1942, inclusive o de Campinas), fez-se na cidade um movimento para que o nosso tradicional **Colégio do Estado** passasse a chamar-se **Culto à Ciência**, em lembrança o primitivo estabelecimento que no mesmo prédio funcionou de 1874 a 1892. E o governo estadual atendeu à solicitação, sendo restabelecida a histórica denominação.

---

(1) Lembre-se que, durante a Primeira República, alguns Estados, inclusive São Paulo, tinham Senado Estadual

TEXTOS  
(Sugestões para seminários)

PARTIDOS PROVINCIAIS  
(João Francisco Lisboa)

Os nossos partidos provinciais quase não são dignos deste nome, na larga e verdadeira acepção política do termo; porque quais serão os princípios, as idéias, e os interesses gerais que os distingam e dividam seriamente uns dos outros? Não quer isto dizer que eles não tomam as denominações, e não arvoram as bandeiras dos partidos que militam na Corte, e em outros centros da população brasileira; mas além do que a estes mesmos é em grande parte aplicável o que dizemos dos nossos, torna-se manifesto que essa cópia servil de denominações e evoluções, não prende em conformidade alguma os princípios, nem na generalidade e comunidade de interesses legítimos. É pelo contrário um simples e sedição manejo com que procuram assegurar no presente, ou captar para o futuro a proteção do mais forte. Baldos de fé política, como de motivos importantes de luta que os possam elevar e enobrecer, todos os seus atos trazem o cunho do egoísmo e do personalismo; os meios que empregam são mesquinhos e nulos como o fim a que atiram, e se bem que por via de regra ostentem uma linguagem violenta, e pratiquem ações que quadrem perfeitamente com as palavras, toda essa cólera factícia é impotente para encobrir a incerteza e flutuação da sua marcha, e para tirar à sua existência quanto ela tem de efêmero e de precário.

A tal respeito nem nos deve iludir a diuturnidade de certas denominações, adotadas como pretendidos talismãs, pois enquanto o nome perdura, o pessoal, a linguagem, os atos experimentam horríveis metamorfoses; nem o manejo oposto de batizar a cada passo os partidos, sem regenerá-lo quanto ao fundo das coisas, porque os vícios permanecem sempre os mesmos.

Eis porque os nossos partidos, renovando a trama de Penélope com o fim moral, de menos, fazendo e desfazendo, andando e desandando, num contínuo e monótono vaivém, se transformam, corrompem, gastam e dissipam inutilmente, nos esforços incessantes e estéreis da ação e reação, ou do fluxo e refluxo que os leva, traz, arrasta, confunde, baralha e submerge.

Sempre inúteis, estéreis e impotentes, quando não são positivamente nocivos ou perigosos, todos igualmente desonrados e

aviltados por faltas comuns, e excessos imitados uns dos outros, os nossos partidos se tornam incapazes do menor bem, e perdem toda a autoridade e força moral. Mal ergue um deles a voz para exprobar ao outro tal erro, tal falta e tal crime, para logo a exprobação contrária quase idêntica vem feri-lo no coração, e fá-lo-ia emudecer completamente e por uma vez, se a falta de pudor não fosse uma qualidade dominante de todos eles. Que lhe importa com efeito o pudor, a moral, o respeito e decoro próprio, com tanto que triunfem, e levem ao cabo os seus mesquinhos desígnios?

(**Crônica política do Império**, pp. 179/180. Introd. e seleção de Hildon Rocha. Rio de Janeiro, Francisco Alves/Brasília, Inst. Nac. do Livro, 1984. Coleção "Dimensões do Brasil", v. 15).

\*

**DECLARAÇÃO DE PAZ AO MUNDO**  
(Discurso do Cura Jallet, na Assembléia Nacional,  
em 16 de maio de 1790)

Antes de examinar se a Nação Francesa deve delegar o direito de fazer a guerra, seria bom procurar saber se as nações possuem, elas mesmas, este direito. Qualquer agressão injusta é contrária ao direito natural: uma nação não possui mais o direito de atacar uma outra nação, como o indivíduo de atacar outro indivíduo. Uma nação não pode então dar a um rei o direito de agressão que não possui: o princípio deve ser principalmente sagrado para as nações livres. Que todas as nações sejam livres como queremos ser, e não haverá mais guerra; os príncipes serão mais do que reis quando não mais forem déspotas. É digno da Assembléia Nacional da França declarar estes princípios e ensiná-los às próprias nações que nos ensinaram a sermos livres. O direito de examinar se os motivos de uma guerra são justos deve ser atribuído ao rei? O de concluir alianças e de fazer a paz deverá ser-lhe confiado? Estes direitos são uma parte da soberania, residem essencialmente na nação; ela deve conservar-lhes o exercício, se desejar ser sempre livre, se quiser ser sempre justa.

(**Gazette Nationale ou le Moniteur Universel**, Paris, 18 mai 1790. Apud Mattoso, Katia M. de Queirós – **Textos e documentos para o estudo da história contemporânea**, 16. São Paulo, Hucitec/USP, 1977).

## VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

## VIRGILIO CORRÊA FILHO (1887-1973)

O transcurso, no corrente ano, do centenário do nascimento de Virgílio Corrêa Filho, engenheiro, geógrafo e historiador, inegavelmente um dos maiores sabedores de coisas relativas ao Brasil, propicia-nos a oportunidade, o privilégio e o prazer de evocá-lo nesta seção de nosso derradeiro número de 1987. Nascido aos 8 de janeiro de 1887, na capital matogrossense, realizou os primeiros estudos na cidade natal, seguindo, depois, para o Rio de Janeiro e na antiga Capital Federal cursou a Escola Politécnica. Diplomado, passou logo a exercer diversas funções, dentro da profissão escolhida, em diferentes lugares do país. Trabalhou na Inspetoria de Obras Públicas do Rio de Janeiro, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na antiga Estrada de Ferro de Maricá, na Central do Brasil e na antiga Companhia Mogiana (nesta, precisamente quando da construção de uma das pontes sobre o rio Grande).

Em seu Estado natal, trabalhou na reconstrução da rodovia para a Chapada dos Guimarães, dirigiu a Repartição de Terras do Estado e, depois, foi Secretário-Geral do Governo estadual, cargo que exerceu de 1922 a 1926, ao tempo da presidência de Pedro Celestino, aliás seu sogro. Com a Revolução de 1930, foi novamente convidado para esse cargo pelo então Interventor Federal no Estado, mas nele não chegou a permanecer nem dois meses. Informa seu biógrafo, Antônio de Arruda, que Virgílio Corrêa Filho não suportou “o ambiente de confusão que se instalou no Estado, onde só se ouvia falar na prisão dos ‘carcomidos’, que, aliás, eram quase todos, mesmo os que estavam no governo”. E acrescenta: “Bem que Virgílio tentou pôr ordem naquele caos, mas sem nenhum resultado”.

Pouco depois de 1930, foi para o Rio de Janeiro, onde viveu até o fim dos seus dias, em 1973. Além do exercício de sua profissão, vinculou-se Virgílio Corrêa Filho ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais precisamente ao Conselho Nacional de Geografia, do qual foi um dos mais fortes esteios na grande obra que esse órgão empreendeu por todo o país, a fim de “descobri-lo”, geograficamente.

Ausente de seu Estado natal, todavia Corrêa Filho nunca deixou de por ele se interessar, estudando-lhe pertinazmente a história e a geografia. Aliás, antes de 1930, já havia o ilustre matogrossense publicado a maior parte de seus trabalhos relativos ao grande Estado do Centro-Oeste

brasileiro: **Notas à margem** (1924), **As Raias de Mato Grosso**, em quatro volumes (1924/1926) e os sete volumes das **Monografias Cuiabanas** (1925/1927), nas quais trata dos mais variados assuntos, desde instrução pública até a “peste de cadeiras”, que atacou o gado de sua terra. Os temas fluíram de sua pena, por mais díspares que fossem: ao tratar do boi pantaneiro, das indústrias, do garimpo, das finanças estaduais, dos ervais, da peste do gado, dir-se-ia tratados esses assuntos por um economista, um botânico, um veterinário, um zootecnista, um agrônomo. Mais tarde, já no Rio de Janeiro, publica sobre sua terra três monografias modelares: **Pantanaís matogrossenses** (1946), **Fazendas de gado no Pantanal matogrossense** (1955) e **Ervais do Brasil e Ervateiros** (1957), a primeira, publicada pelo Conselho Nacional de Geografia e as outras, pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Alguns anos antes (1939), Virgílio Corrêa Filho contribuiu com uma valiosíssima obra para a história da ciência no Brasil: o livro, sobre Alexandre Rodrigues Ferreira, editado na prestigiosa coleção “**Brasiliana**”, da Companhia Editora Nacional, de São Paulo. Na época, pouca se sabia de Alexandre Rodrigues Ferreira, viajante de atuação tão destacada nas explorações geográficas na Amazônia em fins do século XVIII e inícios do XIX, mas cujos trabalhos, infelizmente, perderam-se na maior parte. Todavia, o que resta de sua autoria é suficiente para que se o considere um dos patriarcas das ciências naturais em nosso País. Sua obra exploradora está vinculada àquela política de reconhecimento geográfico do Brasil, decorrente dos Tratados de Limites com a Espanha, e que, iniciada na era pombalina, estendeu-se até princípios do século XIX e que representa, a nosso ver, verdadeiro redescobrimto do Brasil. O livro de Virgílio Corrêa Filho tornou-se raridade bibliográfica, como, aliás quase tudo da preciosa coleção “**Brasiliana**”. Dele, extraímos a seleta deste número, numa homenagem tanto ao biógrafo como ao biografado.

No Rio de Janeiro, teve Corrêa Filho dois grandes centros de atividades: o Conselho Nacional de Geografia e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nas publicações destes órgãos colaborou intensamente, deixando enorme soma de trabalhos tanto de história como de geografia. Do Instituto, foi secretário, cargo que o obrigava a, anualmente, apresentar o relatório das atividades culturais do sodalício. E o fez sempre com discernimento e erudição, fugindo no mais possível à aridez que em geral caracteriza as publicações dessa natureza. E entre 1945 e 1968, portanto por mais de vinte anos, prestou assinalada colaboração ao grande Instituto do Rio de Janeiro.

Evocando-o no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, disse (e depois escreveu) Luís de Castro Souza: “A sua presença serena, eficiente, erudita e sobretudo de um homem bom, ficou indelével na lembrança de todos que ali labutaram ou daqueles que realizaram

investigações históricas. Dirigia em silêncio aquela rica Casa de tradição e deixou registradas, em seus relatórios anuais, informações utilíssimas de toda a ocorrência verificada, de interesse para a vida da instituição. Lutou tenazmente para a concretização do seu maior sonho: a construção da nova sede”. Infelizmente, devido ao precário estado de saúde em que se encontrava, não teve condições de comparecer à cerimônia de inauguração do edifício, no dia 5 de setembro de 1972. Pouco mais de um ano depois, (11 de setembro de 1973), falecia, sendo seu corpo velado no próprio Instituto, ao qual consagrou mais da metade de sua existência.

O já citado escritor de Cuiabá, Antônio de Arruda, em trabalho publicado (originalmente uma conferência) no último número da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso” (127/128), deu-se ao trabalho de relacionar toda a bibliografia de Virgílio Corrêa Filho, até dezembro de 1966, e é com base nesse precioso levantamento que elaboramos o elenco que, a seguir, oferecemos aos nossos leitores. Aliás, diga-se de passagem, que quase todo esse volume da “Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso” é consagrado a Virgílio Corrêa Filho, justamente a propósito de seu centenário. Lembra, ainda, Antônio de Arruda, que por mais de trinta anos o “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, estampou uma colaboração semanal do historiador matogrossense. Iniciada a 4 de dezembro de 1927, prolongou-se essa colaboração até setembro de 1958, alcançando mais de seiscentos artigos, muitos dos quais foram reproduzidos na Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Tarefa desta natureza faz-nos lembrar outra semelhante, e até mais vasta, a de Afonso de Taunay, que teve muitos dos seus livros publicados originalmente nas páginas do grande órgão da imprensa carioca.

Parece-nos significativo recordar que Virgílio Corrêa Filho vinculou seu nome a duas importantes iniciativas culturais paulistas, para as quais foi convidado: o “Curso de Bandeirologia”, realizado em 1946, por iniciativa do governo estadual; e a obra **São Paulo em quatro séculos**, publicação promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1954, por ocasião do transcurso do quarto centenário da capital paulista. Ao Curso de Bandeirologia, do qual esta publicação já se ocupou (nº 126, p. 180, abr./jun. do corrente ano), contribuiu com a excelente conferência “O Bandeirismo na formação das cidades”, que pode ser lida no belo volume publicado naquele mesmo ano de 1946, com idêntico título **Curso de Bandeirologia**; e para o livro do Instituto Histórico, contribuiu com o capítulo “Paulistas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

Colaborou Virgílio Corrêa Filho em muitas outras obras coletivas, como se verá do elenco: **Dicionário histórico, geográfico e etnográfico**, comemorativo do centenário da Independência (1922), **Aspectos da formação e evolução do Brasil** (1953), **Primeiro centenário das**

ferrovias brasileiras (1954), **Anuário Geográfico do Brasil, Enciclopédia dos Municípios e os Anais dos diversos congressos de história** promovidos pelo Instituto Histórico Brasileiro. A todas essas obras, apresentou substanciaosas contribuições, que se colocam entre as suas melhores páginas.

#### BIBLIOGRAFIA DE VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

##### 1. Obras avulsas

- Estrada da Chapada: estudos preliminares.** Cuiabá, Tip. Oficial, 1910.
- Mato-Grosso.** Contribuição para o "Dicionário Histórico, Geográfico, Etnográfico do Brasil", comem. do centenário da Independência. Rio de Janeiro, 1923. 2ª edição, em volume: Rio de Janeiro, Coeditora Brasileira, 1939.
- Questões de Terras.** São Paulo, Seção de Obras de "O Estado de S. Paulo", 1923.
- Notas à margem: ensaios históricos.** São Paulo, Seção de Obras de "O Estado de S. Paulo", 1924.
- As Raias de Mato Grosso,** 4 volumes. São Paulo, Seção de Obras de "O Estado de S. Paulo", 1924/1926.
- A Síntese de um Governo.** Exposição impressa juntamente com o discurso do Presidente Estevão Alves Corrêa. Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1926.
- Monografias Cuiabanas,** 7 volumes: 1. Questões de Ensino; 2. Evolução do Erário; 3. À cata de ouro e diamantes; 4. À sombra dos ervais matogrossenses; 5. Indústrias matogrossenses; 6. A propósito do boi pantaneiro; 7. Considerações acerca da peste de cadeiras. Volumes 1 e 2: São Paulo, Empr. Gráf. Monteiro Lobato, 1925; volumes 3 e 6: Rio de Janeiro, Pongetti, 1926; volume 4: São Paulo, São Paulo Editora Ltda., volume 5: Rio de Janeiro, Of. do "Jornal do Comércio", 1925; volume 7: São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1927.
- Os tratados com a Bolívia.** Rio de Janeiro, Of. do "Jornal do Comércio", 1930.
- Impressões de Campo Grande.** Rio de Janeiro, Alba, 1933.
- A rede rodoviária de Mato Grosso.** Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1934.
- Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro.** São Paulo, Editora Nacional, 1939. Coleção "Brasiliana", v. 144.
- A propósito dos novos territórios.** Rio de Janeiro, Of. do "Jornal do Comércio", 1944.
- Pedro Celestino, o guia dos matogrossenses.** Rio de Janeiro, Valverde, 1945.
- A Estrada de Ferro para Cuiabá.** Cuiabá, Imprensa Oficial, 1946. Volume I da "Estante Matogrossense".
- Pantanais matogrossenses.** Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1946. Biblioteca Geográfica Brasileira, vol. 3.
- Desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil.** México, Editorial Cultural, 1949. Joaquim Murтинho. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1951.
- Missões brasileiras nos arquivos europeus.** Publicação nº 119 do Instituto Panamericano de Geografia e História, México, 1952. Reprod. em 1953 na "Rev. do Inst. Hist. Brasil."

**O ensino da História do Brasil;** em colab. com Artur Cesar Ferreira Reis, Eremildo L. Viana e Hélio Viana. México, 1953.

**Fazenda de gado no Pantanal matogrossense.** Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola do Minist. da Agricultura, 1955. Documentário da vida rural, v. 10.

**Ervais do Brasil e Ervateiros.** Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola do Minist. da Agricultura, 1957. Documentário da vida rural, v. 12.

**História de Mato Grosso.** Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969. (Coleção Cultura Brasileira, série "Estudos").

## 2. Colaboração em obras coletivas

**Mato Grosso,** no "Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Inst. Hist. Geogr. Brasil., 1922.

**Considerações acerca do Paraguai, via fluvial de navegação para Cuiabá,** em "Assembléia Panamericana de Geografia e História", 1932.

**Anchieta Sertanista,** em "Anchieta no Quarto Centenário de seu Nascimento". Porto Alegre, Globo, 1935.

**Luiz Albuquerque, fronteiro insigne,** nos Anais do III Congresso de História Nacional, v. 5. Rio de Janeiro, 1941.

**A. Leverger, o bretão cuiabanizado** idem, v. 2.

**A. Navaro Abreu, paladino exaltado da Maioridade,** idem, v. 2.

**O Instituto Histórico: sua obra científica nos congressos,** idem, v. 5.

**Devassamento e ocupação da Amazônia,** em "Amazônia Brasileira". Rio, IBGE, 1944.

**Evolução cultural e religiosa,** idem.

**Mato Grosso e Goiás, seu devassamento e ocupação,** em Anais do IV Congresso de História Nacional, v. 4. Rio de Janeiro, 1950.

**Aspectos do rompimento da linha todesilhana,** idem, v. 7.

**Fundação de Vila Bela, primeira capital de Mato Grosso,** idem, v. 10.

**Fundação de Cuiabá,** idem.

**Fundação de Porto Alegre,** idem.

**Evolução ferroviária do Brasil,** em "Aspectos formação e evolução do Brasil", Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1953.

**O bandeirismo na formação de cidades,** em "Curso de Bandeirologia", São Paulo, 1946.

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,** em "Anuário Geográfico Brasileiro", 1. Rio, 1953.

**Históricodas Fronteiras,** idem.

**Paulistas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** em "São Paulo em quatro séculos", São Paulo, Inst. Hist., 1954.

**Grandes vultos de nossa engenharia ferroviária,** em "Primeiro Centenário das Ferrovias Brasileiras". Rio de Janeiro, Cons. Nac. de Geogr., 1954.

**Elogio de Francisco José de Oliveira Viana,** em "Anais da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1960.

**Guaporé, fator geopolítico,** em "Anais do Congresso do Bicentenário da Transferência da Capital", v. 2. Rio de Janeiro, 1966.

**Fronteira meridional: frustrações de tentativas demarcatórias,** idem.

**Vicissitudes do Tratado de Madrid,** idem.

**Processos de aquisição de terras devolutas no Brasil durante o período colonial, em "Estudos de História da América", 1949.**

**Utilização econômica da terra, idem.**

**Sistema tributário no Brasil durante o período colonial, idem.**

3. Colaboração na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

**Os predecessores de Rondon: Silva Pontes, Lacerda e Almeida, Ricardo Franco e Luiz D'Alincourt. Tomo 19, 1928.**

**A República em Mato Grosso. Tomos 29 e 33. 1938/1939.**

4. Colaboração na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**O Visconde do Rio Branco e as leis de 28 de setembro. Vol. 171, (1939).**

**Rio Branco, educador. Vol. 187 (1945).**

**No Quarto Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, idem.**

**Atividades culturais do Instituto. Vol. 189 (1946).**

**O Marechal Borman no Instituto Histórico, idem.**

**O Instituto Histórico e a Princesa Regente. Vol. 192 (1948).**

**Viagem a Caracas. Vol. 192 (1948).**

**Atividades culturais do Instituto. Vol. 193 (1948).**

**Baianos em Mato Grosso. Vol. 200 (1950).**

**Joaquim Murinho. Vol. 201 (1950).**

**Joaquim Nabuco e o Instituto Histórico. Vol. 204. (1911)**

**A propósito de Nabuco. Idem.**

**A Geografia na obra de Rio Branco. Vol. 205 (1952).**

**Estevão de Mendonça. Idem.**

**Alexandre Rodrigues Ferreira e o Instituto Histórico. Idem.**

**Atividades culturais do Instituto. Vol. 209 (1952).**

**Atividades brasileiras no domínio da História. Vol. 210 (1953).**

**A Velha Guarda: Alfredo do Nascimento e Silva. Vol. 211 (1953).**

**Pinheiro Machado no Instituto Histórico. Idem.**

**Orville Derby no Instituto Histórico. Vol. 212 (1953).**

**Formação geográfica do Brasil. Idem.**

**Missões brasileiras em arquivos europeus. Vol. 213 (1953).**

**Atividades culturais do Instituto. Idem.**

**Reverendo Cuiabá. Vol. 214 (1953).**

**Arquivo do Instituto. Vol. 215 (1953).**

**Dois centenários: J. Saturnino e G. Ponce. Vol. 216 (1953).**

**Impressões do Sul. Idem.**

**José Toribio Medina. Vol. 217 (1953).**

**Atividades culturais do Instituto. Idem.**

**Homenagem a Radler de Aquino. Vol. 221 (1954)**

**Esquadrinhando mananciais informativos. Vol. 222 (1954).**

**Severiano Marques. Vol. 225 (1955).**

**Respondendo a consultas. Idem.**

**O Presidente do Instituto. Idem.**

- Auto-retrato capistraneano. Vol. 227 (1955).  
Tavares de Lyra, historiador. Vol. 228 (1956).  
Embaixador da paz. Vol. 229 (1956).  
Girardet. Idem.  
Joaquim Caetano e o Instituto. Vol. 231 (1956).  
Alexandre Rodrigues Ferreira em Mato Grosso. Idem.  
À sombra de sadias tradições. Vol. 233 (1957).  
Dom Aquino Corrêa. Idem.  
Mário Augusto Teixeira de Freitas. Idem.  
Octogenário laborioso: Afonso de Taunay. Idem.  
Atividades culturais do Instituto. Idem.  
Segunda viagem ao México. Vol. 234 (1957).  
Araújo Porto Alegre e o Instituto Histórico. Vol. 235 (1957).  
Honório Hermeto e o Instituto Histórico. Vol. 236 (1957).  
Feijó Bittencourt. Idem.  
Washington Luís e o Instituto Histórico. Idem.  
Relembrando Tamarandê. Vol. 237 (1957).  
Excursão à fronteira ocidental. Vol. 238 (1958).  
Basílio de Magalhães e o Instituto Histórico. Idem.  
Recordações da Bahia. Vol. 239 (1958).  
Recordando Teodoro Sampaio. Idem.  
Afonso de Taunay e o Instituto Histórico. Idem.  
Recife de vôo. Vol. 240 (1958).  
Geógrafos em Cuiabá. Vol. 241 (1959).  
Viajando pelo Nordeste. Vol. 242 (1959).  
Bosquejo da evolução literária de Mato Grosso. Idem.  
José Luiz Baptista. Idem.  
Joaquim Murinho. Vol. 243 (1959).  
Ricardo Franco de Almeida Serra. Idem.  
Gago Coutinho. Vol. 244 (1959).  
Portugueses em Mato Grosso. Vol. 245 (1960).  
Gustavo Barroso. Vol. 246 (1960).  
À margem de uma conferência. Idem.  
O Instituto Histórico. Vol. 247 (1961).  
De São Paulo a Cuiabá (relato de Leverger). Idem.  
Hélio Lobo. Vol. 248 (1961).  
Reverendo a velha casa. Idem.  
Cláudio Ganns no Instituto Histórico. Idem.  
Fernando Luiz Vieira Ferreira e Jaime Cortesão. Idem.  
Evolução geográfica da cidade do Rio de Janeiro. Vol. 251 (1962).  
José de Mesquita. Vol. 252 (1962).  
Afonso Costa, Vol. 253. (1962).  
Sedes do Instituto Histórico. Vol. 254 (1962).  
Rio Branco. Vol. 255 (1962).  
Como se fundou o Instituto Histórico. Vol. 257 (1962).

- Atividades culturais do Instituto. Vol. 261 (1964).  
 O Instituto Histórico e J. C. de Macedo Soares. Idem.  
 Centenário de um varão plutarquiano: Pedro Celestino. Vol. 262 (1964).  
 Beaurepaire-Rohan. Vol. 263 (1964).  
 O centenário de Saturnino de Brito. Vol. 265 (1965).  
 Rondon Vol. 266 (1965).  
 A presença de José Bonifácio. Vol. 268 (1966).  
 Atividades culturais do Instituto. Vol. 269 (1966).  
 Atividades culturais do Instituto. Vol. 273 (1967).  
 O Rio de Janeiro da Regência. Vol. 276 (1968).  
 Atividades culturais do Instituto. Vol. 277 (1968).  
 José Carlos de Macedo Soares. Vol. 278 (1968).

##### 5. Colaboração da Revista Brasileira de Geografia

- Caxambu. Ano I/3. (1939).  
 "Le Matto Grosso": comentário ao livro de Courteville. Idem.  
 Bois de sela. Ano II/3 (1940).  
 Cuiabá, afluente do Paraguai. Ano IV/1 (1942).  
 "Oeste": comentário ao livro de Nelson Werneck Sodre. Ano V/2 (1943).  
 Paquetá. Ano VI/1 (1944).  
 Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ano VI/2 (1944).  
 A Geografia como fator das vitórias diplomáticas do Barão do Rio Branco. Ano VII/2 (1945).  
 Cidades serranas. Ano IX/1 (1947).  
 Lambari. Ano IX/4 (1947).  
 O Aguadeiro. Ano IX/1 (1947).  
 Trecho encachoeirado do Rio São Francisco. Idem.  
 O poaieiro. Ano XI/1 (1949).  
 Capistrano de Abreu e a Geografia do Brasil. Ano XV, nº4.  
 Caçadores de onça. Ano XVII/3 (1955).  
**Vultos da Geografia do Brasil.** Entre 1945 e 1962, Virgílio Corrêa Filho publicou 66 biografias da série "Vultos da Geografia do Brasil", aqui arrolados, por ordem alfabética: Alberto Loefgren, Alfredo Moreira Pinto, Alexandre de Gusmão, Alípio Gama, D. Antônio Rolim de Moura, Alvaro da Silveira, Araujo Lima, Augusto de Leverger, Américo Vespúcio, Antonio Alves Câmara, Augusto da Cunha Gomes, Augusto Tasso Fragoso, Cândido Firmino de Mello Leitão, Cândido Mendes de Almeida, Carlos Ribeyrolles, Carlos von Koseritz, Conrad Niemeyer, Daniel Kidder, Domingos Soares Ferreira Pena, Duarte Pacheco Pereira, Duarte da Ponte Ribeiro, Emilio Goeldi, E. Levasseur, E. Liais, E. Roquette Pinto, Emílio Schnoor, Emílio Wolf, Francisco Antonio Pimenta Bueno, Francisco Lopes de Araújo (Barão de Parima), Francisco Soares Andréa (Barão de Caçapava), Gago Coutinho, George Langsdorff, H. Charles Morize, Hans Staden, H. W. Bates, Hercules Florence, Jacques Huber, Jaime Cortesão, J. B. Debret, João Pandiá Calógeras, João Severiano da Fonseca, Joaquim Caetano da Silva, J. A. de Sampaio, José de Anchieta, J. F. Fernandes Pinheiro, J. de Lima Figueiredo, J. Pires do Rio, José Saturnino da Costa Pereira, José Veríssimo da Costa Pereira, Luís Cruls, Luís de Albuquerque, Manuel A. Vital de Oliveira, Martim Afonso de Souza, Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha, Peter W. Lund, Raimundo da Cunha Matos, Raimundo de Moraes, Raimundo Lopes, Raja Gabaglia, Rondon, Thevet, Taunay (Afonso de), Vicente Licínio Cardoso e W. von Eschwege.

OBS.: os artigos **Aguadeiro**, **Trecho encachoeirado do rio São Francisco** e **Bois de sela**, foram incluídos no volume **Tipos e Aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro, Cons. Nac. de Geogr., 1966.

#### 6. Colaboração em outras revistas

**Condições sanitárias de Mato Grosso; Sobre o ensino em Mato Grosso; Considerações acerca dos monumentos históricos matogrossenses**. Anuário do Ministério da Educação, 1931.

**A Geografia na obra de Rui Barbosa**, Boletim Geográfico, 80 (1949).

**Evolução histórica de Mato Grosso**. Revista Esso, nov./dez. 1950.

**Expansão territorial do Brasil**. Revista do Clube Militar, nº 121, agosto de 1952.

**A Bacia do rio São Francisco**. Idem, nº 123, jan. 1953.

**João Lúcio de Azevedo, historiador luso-brasileiro**. Revista de História nº 24, 1955. São Paulo.

**Alfredo Valadão**. Revista das Academias de Letras, nº 74, 1960.

**A propósito da indústria pastoril no Brasil**. Revista Geográfica, nº 46, 1957.

**Basilio de Magalhães**. Revista de História da América, v. 45, 1958.

**Alfredo Valadão**. Revista das Academias de Letras, nº 74, 1960.

**Langsdorff em Mato Grosso**. Revista Brasil-Oeste, nº 49, 1960.

**O chanceler imortal**. Revista de História, v. 52, 1962.

O Dr. Antônio de Arruda arrola, em sua bibliografia, vinte e cinco conferências proferidas por Virgílio Corrêa Filho, muitas delas publicadas na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, mas algumas delas sem indicações que nos permitam saber se foram ou não publicadas. Acrescente-se a isto a já mencionada colaboração semanal no "Jornal do Comércio", durante mais de trinta anos, e ter-se-á uma idéia do volume da contribuição do autor matogrossense à historiografia e à geografia brasileiras.

Em 1931 (data do prefácio), apareceu, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, o volume **Augusto Leverger**, preparado por Afonso de Taunay e contendo o que seu pai, o Visconde de Taunay, publicara originalmente na "Revista Brasileira" e na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" sobre o grande "bretão cuiabanizado", como o denominou Virgílio Corrêa Filho. Constava o livro apenas da primeira parte do que o Visconde escrevera. A segunda parte, não foi encontrada entre os papéis por ele deixados. A fim de completar o volume, Afonso de Taunay aproveitou diversos capítulos do livro de Virgílio Corrêa Filho, publicado na década de '20 e reeditado algumas vezes. Este apêndice do historiador matogrossense constitui, assim, a segunda parte (p. 107 a 159) do livro do Visconde de Taunay editado em 1931. Interessante foi que, já estando este livro no prelo, Afonso de Taunay recebeu, de um desconhecido, toda a parte que lhe faltava dos escritos originais de seu pai! Não tendo como aproveitá-la no volume que então se imprimia, não teve

senão que transferí-la para outro volume, publicado no ano seguinte: **Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil**, em cujas páginas 69 a 123 pode ser lida.

Ao ensejo de seu centenário, promoveu a família de Virgílio Corrêa Filho, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Universidade Federal de Mato Grosso, a publicação do volume **Recordações inéditas de Virgílio Corrêa Filho** (183 págs.), de caráter autobiográfico. Consta das seguintes partes: Tempos idos (1887-1902); Vida acadêmica (1902-1909); Retorno à “cara terrinha” (1910-1911); Lides ferroviárias (1912-1915); Temporada fecunda (1915-1926); Vida nova (1926-1934); Registros esparsos (1934-1953); Cultivando a saudade, não, porém, a dor (1953-1973); Origens: Três décadas de presença no “Jornal do Comércio” (1927-1958); Meu Pai; Meu Sogro; O avô recordado pelos netos. Em anexo, a relação completa dos trabalhos publicados por Virgílio Corrêa Filho, inclusive os artigos no “Jornal do Comércio”. Este precioso volume, recebemo-lo por gentileza do historiador cuiabano Dr. Luís Philippe Pereira Leite, digno presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Matogrossense de Letras, a quem tributamos nossos agradecimentos.

## SELETA

## JUIZO DA POSTERIDADE (ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA)

## V. Corrêa Filho

À míngua de provas do seu justo valor, pois que os escritos que deveriam servir-lhe de credenciais, jaziam aferrolhados nas gavetas arquivadoras, privados da luz da publicidade, entraram os doutos a discutir a nomeada do malafortunado naturalista, cuja vida se pontilhara de modelares atos de renúncia e alto sentimento do dever a cumprir.

Primeira voz a pronunciar-se, Manoel José Maria da Costa e Sá ainda lhe era contemporâneo e consócio na Academia Real das Ciências de Lisboa, onde lhe proferiu o panegírico, impresso no tomo IV das respectivas "Memórias". Em sua alocução, transbordante de admiração e simpatia pelo inditoso naturalista, foram abeberar-se todos quantos depois versaram o mesmo assunto. Pela amostra que veio a lume, aos fragmentos, avaliaram o acerco desconhecido, que não foi ainda considerado em conjunto.

Sílvio Romero, que lhe lavrou a condenação, para expulsá-lo da história da literatura brasileira, embora reconhecesse a injustiça dos fatores que o mantiveram inédito, e, portanto, incapaz de exercer algum influxo no pensamento nacional, não lhe poupou louvores ao estilo, avaliados pelos excertos que tomou à corografia de Mello Moraes. Provavelmente não lhe manuseou os códices, que lhe proporcionariam mais abundantes elementos de aquilatação.

E menos o fizeram outros, que, para melhormente justificar os gabos, com que proclamaram a excelência intelectual de Ferreira, apelidaram-no de "Humboldt Brasileiro", expressão usada por Varnhagen em seu *Florilégio*.

Entre os seus biógrafos, contam-se dois naturalistas, que tinham autoridade especializada para lhe avaliar o mérito das obras. Mas Barbosa du Bocage, que revelou particularidade até então ignoradas relativamente à missão pilhadora de Geoffroy, não encontrou mais, em Lisboa, os manuscritos alexandrinos que Drummond enviara ao Brasil, e não poderia, pois, opinar acerca de sua valia científica.

Coube a Goeldi examinar-lhe os ensaios publicados e proferir o primeiro julgamento de naturalista consumado, que elegera para campo de

suas observações a mesma portentosa Amazônia, por onde Ferreira jornadaou mais de uma centúria antes. Empolgava-o a mesma ânsia de devassar os segredos da terra misteriosa, onde o seu predecessor penara por extenuante decênio. A semelhança das ocupações despertou-lhe a simpatia de que se embebe todo o ensaio consagrado ao desventurado baiano.\*

Todavia, o século decorrido aperfeiçoara os meios de pesquisas e a sistemática de que se utilizam os sabedores. Os trabalhos de Ferreira afiguram-se-lhe, por isso, deficientes, quando não errados de todo, como ao incluir o jupará (cercoleptes caudivolvulus) entre os macacos noturnos, em vez de rotulá-lo de ursídeo, e bem assim ao emprestar características suínas à capivara.

Provavelmente Goeldi não manuseou a monografia sobre os "mammas", em que Ferreira sistematizou as suas observações zoológicas. Se, antes, o jupará fizera companhia aos símios, ali se colocou mais próximo aos ursídeos, entre a irara e o cachorro do mato. E quanto ao maior dos roedores, se não lhe deu o lugar competente, também não o confundiu de todo com os "tiaiçus", dos quais o afastou, para incluí-lo no gen. *hydrochoeris*, em seguida à sp. "tapirus".

Não pretendemos, anotando Goeldi neste particular, atribuir a Ferreira critério classificador, que pudesse prevalecer após análises mais meticolosas de seus continuadores, esclarecidos por novas doutrinas.

Ele próprio, embebido dos ensinamentos do genial sueco, divergia, a espaços, do mestre, para refletir acerca do coati: "Linneu faz consistir a sua diferença, em ser quase fusca, e em ter a cauda de uma só cor. Porém, quanto a mim, semelhante diferença não produz mais que uma variedade".

Em outras passagens, opina igualmente a seu modo, afastando-se do seu guia incomparável. Erraria, sem dúvida, se julgado à luz da ciência atual, mas, para o seu tempo, os enganos seriam perfeitamente justificáveis, embora incorresse, por causa deles, em censura do sábio suíço, que lhe increpou igualmente de inexatos os desenhos, traçados por Freire e Codina, não obstante a excelência do aspecto artístico. Notam-se-lhes desproporções flagrantes, sentenciou, depois de gabar-lhes a aparência.

"De assíduo colecionador, conceituou por fim, deu manifestas provas, mas "o que deixou de manuscritos seus sobre zoologia, botânica, é de pequeno calado científico".

---

(\*) O ensaio de Goeldi sobre Alexandre Rodrigues Ferreira, aqui referido, publicado em Belém do Pará, em 1895, foi há pouco reeditado pela Editora da Universidade de Brasília, com prefácio de Maurício Guilherme Souza Marcos de La Penha, Brasília, 1982.

Por mais temerária que se afigure a intromissão de um leigo em matéria julgada por sábio do quilate de Goeldi, ousamos embargar-lhe a sentença condenatória dos conhecimentos científicos de Alexandre Rodrigues Ferreira, algum dia equiparado, por outrem, a Humboldt. Certo, a tamanhas alturas, em que se laureou de glórias\* o berlinense, não se elevou o baiano, nem a fortuna lhe prodigalizou iguais facilidades a uma carreira vitoriosa.

Seria mais metodicamente desenvolvida a inteligência do outro Alexandre, mas releva notar que, apesar de ter ouvido a Werner em Freiberg, e os professores da Universidade de Goettingen, e percorrido, em viagem de aperfeiçoamento de estudos, os centros intelectuais mais afamados da Europa, não dispensou a companhia de Aimé de Bonpland, com quem transpôs o Atlântico, a bordo do "Pizarro", ao findar o século XVIII.

De Venezuela a Cuba, nos primeiros meses, de Quito ao México, exploraram quanto era próprio de atraí-lhes a curiosidade, fossem plantas apauladas ou vulcânicos picos andinos, pelos quais marinharam. Mas, em meados em 1804, regressava Humboldt à Europa, com a colheita de quatro anos de peregrinação, menos da metade da permanência de Ferreira no Brasil.

Não obstante, o resultado só se incorporaria integralmente à ciência, depois de dois decênios de porfiados estudos em Paris, onde não lhe faltaram colaboradores do naipe de Cuvier, Gay-Lussac, e outros, mobilizados em cada especialidade.

Mimara-o desde o berço, a abastança, para lhe deixar o espírito livre de cogitações subalternas. Vivera entre sábios, que o animavam e o ajudavam a prosseguir nas pesquisas. Contemporâneo dos renovadores de doutrinas explicativas dos fenômenos naturais, avançara bastante em idade, para sobrancear na velhice verde aos conhecimentos da sua geração, que sintetizou no *Kosmos*, a "epopéia da ciência", consoante a expressão glorificadora de Latino Coelho.

Alexandré Rodrigues Ferreira, ao revez, jamais recebeu auxílio científico de nenhum colega, nem lhe poderiam oferecer algum dos dois "riscadores", que dedicadamente o acompanharam. E no Museu, a manifestação única de competentes visou desvalorizar-lhe o trabalho, conforme depoimento do professor Barbosa du Bocage. Não teve liberdade de ação, adstrito, como se achava, às instruções do Ministro e dos Capitães-Generais, orientadas por finalidade utilitária. Não era um sábio, a cavaleiro de aperturas financeiras, como Humboldt, mas simples funcionário da Coroa, que dele exigia a aplicação do seu saber em assuntos de imediata vantagens. Maravilha até como pudesse, em meio das suas múltiplas preocupações, enfadonhamente burocráticas, coligir achegas para as suas interessantes memórias.

As “participações”, que lhe constituem o “**Diário de Viagem** evidenciam a perda de tempo e de trabalho em cada povoado, por menor que fosse, cujas particularidades esmiuça, feito paciente recenseador de todos os seus haveres e aspectos. Torna-se fatigante a leitura pela opulência de informes, que, nas igrejas, minudenciant até o rol das alfaias e objetos de culto, com a precisa terminologia de sacristão.

O julgador abalizado, aliás, daí deduziu uma das atenuantes a favor do viajante, cujas obras, todavia, não teria provavelmente conhecido, fora das páginas impressas. Destarte, explica-se o julgamento, por ventura excessivo, que proferiu. Se tivesse deletreado os códices alexandrinos, que não sumiram de todo, e se acham reunidos na Biblioteca Nacional, teria certamente abrandado o seu parecer.

A monografia sobre os “**Mammaes**”, a referente à “**Marinha do Grão Pará**”, à “**Agricultura**”, às “**enfermidades endêmicas**”, a que trata do Rio Negro, do Madeira, a defesa dos direitos portugueses às terras do Norte, seriam suficientes para alicerçar a nomeada de um ecólogo, ainda mesmo que desaparecessem as memórias de menor tomo e até o **Diário da viagem**, a exemplo do que sucedeu com as suas observações botânicas.

Maior não seria a bagagem legada por Azara, que, pela mesma época, explorou as regiões platinas, especialmente o Paraguai, onde penetrou em princípios de 84, com os conhecimentos adquiridos na Academia Militar de Barcelona.

Apesar do gênio irritadiço, que lhe atribui André Lamas, mereceu os gabos com que o general Mitre lhe lembrou o concurso para o devassamento do vale paraguaio. “O nome de Azara, conceituou o polígrafo argentino, vinculado perpetuamente ao Rio da Prata, é uma glória universal, mas o é principalmente das regiões, às quais consagrou vinte anos de trabalhos e de meditações, inspirado pelo amor da ciência, pelo culto da verdade, pelo interesse que lhe inspirava a condição futura daquelas regiões”.

Mais incisiva ainda é a opinião de Martin de Monssy, ao tratar da **Description géographique et statistique de la République Argentine**, em 1860: “Azara foi o primeiro homem que seriamente tratou da história física do Rio da Prata, e os resultados das suas viagens, publicados em Paris, em 1804, foram uma verdadeira revelação sobre essas regiões. Ele escreveu a sua zoologia quase completa, e as suas observações sobre as tribos indígenas foram as mais exatas até então publicadas. A história natural, a economia política e social, tudo foi tratado por ele e o seu livro foi, no fim do século XVIII, o repositório mais minucioso, mais instrutivo e mais prático da América do Sul”.

Substitua-se Rio da Prata pela Amazônia, Azara por Alexandre Rodrigues Ferreira e continuará ainda verdadeiro o conceito elogioso. Com

veatória restrição, porém. Azara teve a satisfatória recompensa de ver as suas obras impressas em Paris, ao tempo em que lá estava, de regresso, Humboldt, ao passo que o malaventurado viajante baiano, operosíssimo em suas indagações, que espalhou por dezenas de ensaios preciosos, finou-se desesperançado de obter-lhes a impressão, e decorrido quase século e meio após sua peregrinação científica, ainda permanece inédito.

Raros lhe terão manuseado as principais monografias, em que enfeixou sugestões acerca da geografia botânica, da influência do "habitat" sobre o homem, da indolência tropical, da necessidade imperiosa de metodizar os trabalhos agrícolas e navegação indispensável à conquista verdadeira da terra. Avulta, feito sagaz antropogeógrafo, antes de sistematizada a antropogeografia. Certo, não se apresilhava aos preceitos da arte da composição. Os escritos, em geral, transbordavam da calha, em que se lhes moldou o título, tamanha era a opulência das idéias, que lhe explodiam da mente fecunda.

Ninguém irá, sem dúvida, orientar-se na atualidade pelas doutrinas e classificações, que, aceitáveis, talvez, naquela época, perderam depois o seu prestígio. Mas, valiosas observações, que ousou exprimir, ainda hoje serão acolhidas com vantagem. O próprio excesso de minúcias, que derramou pelo seu *Diário de Viagem*, um dos raros escritos que vieram à lume, e ainda assim, às prestações, em revista periódica, vale como exato painel debuxado por miniaturista sagaz\*. A sua admirável erudição põe-se de manifesto a cada passo, ao estudar as questões que lhe interessassem de momento.

Quanto aos sentimentos escravocratas, de que lhe fazem carga, aceitou, é verdade, o instituto do cativo dos africanos, empolgado pelas convicções generalizadas dos contemporâneos, com as quais não rompeu. Mas, em compensação, de quanta piedade humana se embebem os seus ensaios, ao profligar os abusos de que eram vítimas os índios, que a legislação protegia, mas a realidade condenava a trabalho forçado, quando não ao extermínio. Procurou conhecer-lhes as particularidades do viver selvagem, e com tanta simpatia, que lhes estudou o bronco linguajar, ao qual se recorre oportunamente.

Desprovida de artificialismos, tão em moda, a sua linguagem deu foros de cidade a brasileirismos sem conta, que Vale Cabral pretendia recensear, esmando-os em mais de dez mil. Não se realizou, que nos conste,

---

(\*) De fato, os diários de viagem do naturalista foram publicados "às prestações, em revista periódica", nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vols. 1, 2 e 3, por iniciativa de Alfredo Vale Cabral. Posteriormente, apareceram nos tomos 48 a 51, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de 1885 a 1888. Quase um século depois, graças a Edgard Cerqueira Falcão, publicou-se sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura, o volume primeiro da *Viagem Filosófica às Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*, 1970.

o projeto anunciado pelo douto bibliógrafo nos **Anais da Biblioteca Nacional**, mas incontestável é que proporcionaram os escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira colheita opima aos forrageadores de locuções e vocábulos de cunho brasileiro.

Quem tanto se consagrou abnegadamente ao melhor conhecimento do Brasil, bem merecia ter a memória aureolada de homenagens condignas. Entretanto, além da justiceira iniciativa de Freire Alemão, que lhe insculpiu o nome esquecido no gênero de plantas **Ferreirea**, consoante comunicou a Goeldi o dr. Paubert, então diretor do Real Museu Botânico de Berlim, raras são as manifestações enaltecedoras da memória do sábio inditoso. Apenas, o Museu Nacional instituiu, em 1929, por deliberação dos seus professores, o prêmio "Alexandre Rodrigues Ferreira" destinado às crianças menores de onze anos, que se apresentassem ao concurso de desenho infantil naturalista, conforme nos teve a gentileza de informar o seu então eminente diretor, E. Roquette Pinto, em resposta ao questionário que lhe endereçamos. Por mais que nos esforçássemos nas indagações, nada mais lobrigamos a respeito.

A conspiração do silêncio que, em vida, lhe ocultou à luz da publicidade os ensaios magistrais, ainda continua, transcorrido mais de um século após sua morte, a abafá-los no mesmo sombrio isolamento que os desvaloriza.

(**Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro**, p. 185-193. São Paulo, Editora Nacional, 1939. Coleção "Brasiliana", v. 144).

## RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência, bibliográfica, indicam-se as datas em que foram divulgadas).

## 164. ANTÔNIO RUBBO MÜLLER

Jornal paulistano do dia 7 de agosto passado registrou o falecimento, em São Paulo, do professor Antônio Rubbo Müller. Notícia demais sintética, mencionando apenas seus familiares, sem uma referência qualquer que o identificasse como figura de grande projeção na vida universitária de São Paulo e do Brasil, diretor que foi — e por tantos anos — da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Aliás, Rubbo Müller esteve vinculado à instituição praticamente por toda a sua vida. Aluno da primeira turma, na Escola continuou sempre. Com o tempo, procurou desenvolvê-la, criando a Escola de Pós-Graduação, que atraía candidatos de todo o País.

A evocação de seu nome faz-me recordar fase significativa de minha vida. Ao fixar-me em São Paulo para os estudos universitários, freqüentei, como ouvinte, a então chamada “Escola Livre de Sociologia e Política”, de recente fundação e que veio a desempenhar importantíssimo papel na vida cultural de São Paulo e do Brasil. Dela me ocupei, neste mesmo local, a propósito de seu cinquentenário, quando tive oportunidade de ressaltar seu papel de pioneira no estudo e desenvolvimento das ciências sociais em nosso País. Foi quando conheci Antônio Rubbo Müller. Mas, como não continuei na Escola e ele próprio seguiu para a Inglaterra a fim de se especializar, perdi-o de vista por algum tempo. Reencontramo-nos por ocasião do IX Congresso Brasileiro de Geografia, que se reuniu em Florianópolis, em 1940. Apraz-me registrar que foi nesta viagem a Santa Catarina, que Müller encontrou aquela que seria a sua dedicada companheira de toda a vida, Nice Lecocq, então minha colega no curso de Geografia da Universidade de São Paulo, onde realizou brilhante carreira, tomando-se uma das maiores geógrafas brasileiras.

Pouco depois, eu próprio vim a integrar o corpo de professores da Escola de Sociologia, já em sua sede própria, à rua General Jardim, na Vila Buarque; e nela permaneci por mais de quinze anos, tendo, pois, opor-

tunidade de um convívio constante e agradável com Antônio Rubbo Müller. E mesmo depois que deixei minha função docente na Escola, continuei por muito tempo vinculado a ela através de freqüentes convites para integrar bancas examinadoras de mestrado ou doutorado. Dava gosto ver o entusiasmo com que Müller cuidava de seu curso de pós-graduação. Tinha um hábito, que muitos censuravam, mas que eu apreciava: em cada sessão pública de defesa de tese, fazia com que os alunos de pós-graduação presentes à sessão, se apresentassem, declarando o nome, a procedência e a área de pesquisa a que se dedicavam. E era gratificante ver que ali comparecia gente de todo o Brasil e até de diversos países da América do Sul. Ao excelente amigo e companheiro, a quem muito devo, esta palavrinha de saudade. (26-8-1987)

\*

### 165. UM CERTO CAPITÃO ANDREWS

Graças à gentileza da Professora Maria Regina Boppré, de Florianópolis (ou de Nossa Senhora do Desterro, que é como ela prefere continuar chamando a linda capital catarinense), tomei conhecimento de um viajante inglês que no século passado visitou partes do Brasil e outras regiões da América do Sul, e do qual, confesso, nada sabia. Trata-se do Capitão Joseph Andrews, comandante do navio "Windham", no qual realizou suas viagens, findas as quais, de volta à pátria, publicou em Londres, em 1827, o respectivo relato. Trazia o enorme título **Journey from Buenos Aires through the Provinces of Cordova, Tucumã and Salta to Potosi, thence by the deserts of Caranja to Arica and subsequently to Santiago de Chili and Coquimbo, undertaken on behalf of the Chilean and Peruvian Mining Association in the years 1825-1826**. Constava a obra de dois volumes, editados por John Murray, na capital londrina.

É curioso que no quilométrico título em que especifica os lugares por onde andou não haja a menor referência ao Brasil. No entanto, esteve pelo menos em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Deste livro fez-se uma tradução espanhola, abreviada, inclusive no título, por Carlos A. Aldao, publicada em Buenos Aires, em 1920. Foi esta a edição que Maria Regina Boppré utilizou para a resenha e comentário do que o comandante inglês escreveu sobre a Ilha de Santa Catarina.\*

Trata-se de livro bastante raro. Alfredo de Carvalho não o registra. Mas registram-no Paulo Berger e Rubens Borba de Moraes. Aquele informa existir um exemplar no Itamarati (tanto da edição original, como

---

(\*) O trabalho de Maria Regina Boppré, aqui mencionado, foi publicado em o número anterior da **Notícia Bibliográfica**, pp. 197.

da versão argentina). Tanto um como outro informam as páginas onde ocorre a descrição do Rio de Janeiro, mas ambos silenciam quanto a referências a outras regiões do Brasil por onde passou o viajante. Andrews era interessado em problemas de mineração, motivo pelo qual visitou em sua longa viagem as áreas ligadas a atividades mineradoras e sua própria excursão teve os auspícios de uma empresa binacional de mineração.

As páginas — quatro ou cinco — que o capitão inglês dedicou à Ilha de Santa Catarina são muito expressivas e bem andou Regina Boppré em traduzi-las. Em o fazendo, prestou assinalado serviço à xenobibliografia brasileira. Ao terminar sua tradução, escreveu a prezada amiga e professora “do Desterro”: “Pouco cabe agregar a esta simpática descrição, na qual a sobriedade britânica deixa transparecer o encanto pessoal do navegador frente à natureza sub-tropical, especialmente nos seus aspectos da flora natural e cultivada dos jardins, o que mostra o gosto romântico do autor”. E conclui: “A historiografia catarinense pode incorporar, com proveito, este breve documento entre os mais prezados que já se tem compilado”.\* (12-8-1987)

\*

## 166. UM CERTO COMANDANTE SOUVILLE

Há algumas semanas, ocupei-me neste mesmo local, de “um certo Capitão Andrews”, viajante inglês que visitou o Brasil na primeira metade do século passado, e que, conforme confessei, me foi revelado pela professora Maria Regina Boppré, de Nossa Senhora do Desterro. Pela mesma ocasião, meu prezado amigo José Nogueira Novaes chamava-me a atenção para uma coleção de números antigos da “Revista da Semana”, pertencente ao acervo de nossa Academia Campinense. Os leitores mais idosos certamente se lembram dessa importante publicação que por mais de quarenta anos se editou no Rio de Janeiro e que constituiu, sem favor algum, uma das melhores revistas já surgidas no Brasil. Pois bem: em um dos números, de mais de cinquenta anos, da preciosa revista (precisamente o dia 9 de fevereiro de 1935), o historiador Escragnolle Dória, colaborador assíduo da revista, revelou-me um certo comandante Souville, que em 1849 visitou o Rio de Janeiro, e do qual, tal como do inglês de Regina Boppré, também nunca tinha ouvido falar.

Todavia, ao contrário de Regina Boppré, que foi tão precisa na indicação das fontes, permitindo, com facilidade, localizar o “seu” inglês, já Escragnolle Dória escondeu as fontes donde tirou o “seu” francês. O

(\*) O trabalho de Maria Regina Boppré, aqui mencionado, foi publicado em o número anterior da *Notícia Bibliográfica*, pp. 197.

mais que adianta em seu artigo é que, ao deixar a carreira marítima, “legou ao filho a obrigação de publicar o seu diário de bordo”. Certamente contava que a publicação fosse póstuma, pois estando ele vivo não haveria necessidade de atribuir ao filho a incumbência da tarefa. Ele mesmo o faria.

É lamentável que tendo o historiador carioca transcrito integralmente a página em que Souville relata sua estada no Rio de Janeiro, não tenha indicado o título do livro donde a extraiu. E a coisa ainda se agrava mais, quando se considera que, enquanto o inglês de Regina Boppré figura em Paulo Berger e em Rubens Borba de Moraes, dois grandes especialistas em bibliografia estrangeira sobre o Brasil, o francês de Escragnoille Dória não figura em parte alguma: nem nos catálogos bibliográficos, nem em qualquer enciclopédia ou dicionário de seu próprio país! Como citá-lo, então, alguém que queira utilizar o precioso texto estampado na “Revista da Semana”? Sirva isto de advertência aos interessados em pesquisa bibliográfica.

E no entanto, Escragnoille Dória demonstra conhecer os traços principais da vida de Souville. Mais ainda: sua descrição do Rio de Janeiro é de muito interesse. Nela encontrei um ponto em comum com a descrição de Edouard Manet, o futuro mestre do Impressionismo, que, então jovem de apenas vinte anos, esteve no Rio de Janeiro na mesma época de seu compatriota: o impacto causado na capital do Império pela notícia da descoberta do ouro na Califórnia. Repito a lamúria: que pena tenha sido o historiador carioca tão parcimonioso na indicação das fontes para o seu belo artigo da “Revista da Semana”! (23-9-1987)

\*

## 167. “O ESTADO DE MINAS AO BRASIL”

A expressão que tomo para título deste “rabisco” encontra-se gravada numa bela estátua alegórica existente em Poços de Caldas. Os que conhecem a cidade certamente já admiraram a beleza do monumento, obra do escultor Giulio Starace, realmente uma das mais belas e expressivas estátuas de quantas tenho visto por este País. Foi ali colocada em 1929, integrando o plano da grande reforma urbanística empreendida na cidade pelo governo de Antônio Carlos. Originalmente, a estátua fora colocada num pequeno, mas belo jardim triangular, existente bem em frente à estação ferroviária. Era significativo, para quem desembarcasse de trem, na época o meio de transporte mais comum, contemplar Minas Gerais, numa hercúlea figura de braços abertos, como que recebendo aqueles que, de todo o Brasil, procuravam a linda cidade, como se estivesse a proferir estas palavras: “Minas, de braços abertos, recebe os forasteiros e ampara os necessitados”.

Circunstâncias diversas fizeram-me ficar dezessete anos sem ir a Poços. De 1941, só a revi em 1957. E, como é natural, encontrei outra cidade. Uma série de transformações, quase sempre para pior (triste fatalidade brasileira!) mostrava-me a cidade tão querida de minha infância e adolescência, com uma feição totalmente diversa. E uma das mudanças que logo notei foi que a bela estátua de Minas recebendo os forasteiros havia sido retirada do jardim onde me habituara a vê-la. Levaram-na para outro local da Praça Pedro Sanches, em frente ao Palace Hotel. Teria sido mais significativo se continuasse onde estava. Ali, daria as boas vindas aos forasteiros, quer chegassem de trem ou de ônibus, pois a estação rodoviária também se localiza nas imediações do primeiro local. Ao passo que onde está, cumpre pouco a sua função. E pouca gente nela repara (ainda mais que os pombos dela tomaram conta...), não alcançando sequer o seu significado. Mas, este, obviamente, continua o mesmo. E quem o conhece, não poderá jamais deixar de apreciar o belo monumento.

Na parte posterior da estátua, quase invisível pela ação do tempo, lêem-se os nomes do Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo e do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, espécies de “alfa” e “ômega” na história dos melhoramentos urbanos de Poços de Caldas. De fato, o Conselheiro José Bento, quando presidente da Província de Minas Gerais, em 1862, foi o primeiro a determinar obras públicas que permitissem a Poços de Caldas desempenhar suas funções de estância balneária. E Antônio Carlos, em seu governo na presidência de Minas (1926-1930) praticamente concluiu o que o velho conselheiro iniciara quase setenta anos antes. Mas, faltam indicações precisas, no monumento, que permitam ao visitante “descobrir” o porque da junção, num mesmo local, de dois nomes tão distantes. E quantos saberão disto? (7-10-1987)

\*

## 168. APRENDIZ QUE PODE ENSINAR

**Reflexões de um aprendiz da realidade**, eis o título que deu a um de seus livros o professor João Ribeiro Júnior, o mais novo titular de nossa Academia Campinense de Letras, há pouco eleito para a sucessão do saudoso Wilson Brandão Toffano. Se se perguntar do que trata o livro, talvez seja mais fácil dizer do que ele não trata. O autor reuniu quarenta pequenos escritos, sobre os mais diversos assuntos, à primeira vista desconexos, mas nos quais o leitor percebe um traço-em-comum, resultante de uma tomada de perspectiva exposta logo no primeiro capítulo, como que à guisa de prefácio para quem vai ler o livro. E nele se lê, nas primeiras linhas após uma pertinente citação de Einstein: “A ressaca do pessimismo desses anos passados, repletos de opressão, de miséria, de fanatismo extremo, continua a amargurar-nos em tudo. Vivemos numa sociedade doente

que precisa, urgentemente, não de paliativos e medidas casuísticas, mas de uma reformulação profunda do estilo de todos os valores que orientam nossa vida sócio-cultural-político-econômica". E adiante: "Uma vez que nossa civilização não foi construída sobre o que temos de melhor, é preciso recolocar o homem como sujeito e objeto de todas as nossas preocupações fundamentais".

E nessa preocupação de recolocar o homem desenvolve-se o pensamento do autor através dos mais variados temas que têm constituído, ao longo de sua vivência, a sua própria preocupação, em seu espírito multifacetado e interessado em quase todos os segmentos da cultura: história, política, literatura, direito, comunicação, economia, moral... Alguns capítulos sugerem maiores reflexões e permitiriam mesmo maior desenvolvimento: "A nossa (in)dependência", "O que os livros não contam sobre a quartelada de 15 de novembro de 1889", "Democracia, políticos e opinião pública", "Democracia de papel", "Reflexões à beira do abismo", "O negro no Brasil", "Controvérsia sobre a propriedade", os tópicos referentes ao rádio e à televisão, e tantos outros que se a todos citasse acabaria por copiar o índice.

O autor é leitor inveterado de tudo quanto se publica nas áreas do seu interesse, na mesma multiplicidade que se reflete igualmente nos títulos de sua bibliografia, na qual se alinham obras de história, política, literatura, filosofia, magia, ocultismo, religião. É esta soma de leitura e de reflexões pessoais que faz do "aprendiz" um legítimo professor, que há muito ele o é, de Nossa Universidade Católica. Um "aprendiz" realmente capaz de ensinar, tantas as lições que transmite em seu livro. Um pensamento me ocorreu durante a leitura das **Reflexões de um aprendiz da realidade**: como este livro será classificado nas bibliotecas? (21-10-1987)

\*

## 169. TEODORO SAMPAIO NO CINQUENTENÁRIO DE SUA MORTE

No dia 15 último (de outubro), transcorreu o cinquentenário do falecimento de Teodoro Sampaio, de quem já me ocupei, e por diversas vezes, neste local. Engenheiro, etnólogo, lingüista, geografo, geólogo e

historiador, nasceu na Bahia em 1855, mas viveu em São Paulo boa parte de sua vida, prestando assinalados serviços à nossa terra. Para São Paulo veio em 1886, a convite de Orville Derby, para integrar a Comissão Geográfica e Geológica, naquele ano criada pelo Conselheiro João Alfredo, então presidente da província. A essa Comissão, cuja história verdadeiramente épica, vem de ser escrita por Silvia de Figueiroa, esteve vinculado por vários anos, participando do notável trabalho de reconhecimento geológico, geográfico e cartográfico do território paulista. Os relatórios que para essa finalidade elaborou são verdadeiros modelos de monografias científicas.

Estudioso das línguas indígenas, publicou, em 1902, **O tupi na geografia nacional**, o qual, consideravelmente aumentado para edições posteriores, permanece ainda hoje o que de melhor se escreveu sobre o assunto. Como geógrafo, publicou, em 1906, **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**, um dos “clássicos” da bibliografia geográfica brasileira. Vivendo em São Paulo na época da fundação do quase centenário Instituto Histórico e Geográfico, não pôde deixar de ser convidado para a importante agremiação, que sempre reverenciou a sua memória, considerando-o mesmo um dos seus fundadores. Na revista do Instituto, publicou a maior parte de seus estudos sobre a história de São Paulo.

Participou das comemorações promovidas em 1987 pelo transcurso do tricentenário da morte de Anchieta, e quase quarenta anos depois participou das comemorações com que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro celebrou o quarto centenário do nascimento do grande apóstolo do Brasil, em 1934. Cumpre ressaltar que em 1934 Teodoro Sampaio era o único sobrevivente dos participantes das comemorações de 1987. As conferências que proferiu nas duas efemérides podem ser incluídas entre as suas melhores páginas.

Do muito que escreveu destacam-se temas relativos a explorações geográficas, roteiros de viagens, a restauração histórica de Santo André, a contribuição de viajantes para a etnografia brasileira e a geografia retrospectiva, assunto a que fora estimulado por Derby, segundo sua própria confissão. Modelar a este respeito é a monografia sobre as peregrinações de Anthony Knivet, no século XVI. E sobre sua terra, deixou inédito extenso trabalho sobre a fundação da cidade de Salvador. Juntamente com Alberto Loefgren, preparou a primeira edição em livro publicada no Brasil do famoso relato de Hans Staden. Vale registrar que, há poucos

anos, a Editora Vozes, de Petrópolis, publicou volume bastante alentado reunindo quase todos os escritos sobre a história paulista deixados pelo grande sábio. (28-10-1987)

ÍNDICES DOS NÚMEOS 125 A 128  
(Ano XIX, 1987)

- 125 – janeiro/março – págs. 1 a 108.  
126 – abril/junho – págs. 109 a 188.  
127 – julho/setembro – págs. 189 a 272.  
128 – outubro/dezembro – págs. 273 a 368.

ÍNDICE DE AUTORES

- AMARAL, Antônio Barreto do – A Revolução Constitucionalista no romance histórico paulista – 219.  
BATTISTONI FILHO, Duílio – A vida cultural em Campinas no Segundo Reinado – 211.  
BATTISTONI FILHO, Duílio – Um republicano que merece ser lembrado – 291.  
BIANCHINI, Odaléa C. Deniz – A Inglaterra e a crise do escravismo: o caso de Pernambuco – 131.  
BOPPRÉ, Maria Regina – A Ilha de Santa Catarina na visão de um navegador inglês – 197.  
CORREIA FILHO, Virgílio – Juízo da posteridade – 348.  
COSTA, Craveiro – Formação social das Alagoas – 178.  
DAMANTE, Hélio – A Guerra do Sr. Sylvio Back – 316.  
DONATO, Hernâni – As Missões Jesuíticas na Literatura Brasileira – 227.  
DONATO, Mário – O Patriarca e o Regente – 299.  
DOYLE, Plínio – Carta a propósito da “Pastoral” de Coelho Neto – 325.  
FERRAZ, Arrison de Souza – Rafael Tobias de Aguiar, Presidente de São Paulo – 262.  
FROTA, Luciana de Aragão e – Problemas sociais contemporâneos da América Latina e do Caribe – 303.  
GICOVATE, Moisés – Raimundo Lopes – 148.  
GUADALUPE, Pedrero, Mariá – 50 anos depois da Guerra Civil Espanhola – 202.  
IGLÉSIAS, Francisco – José Honório Rodrigues – 284.  
JALLET – Declaração de paz ao mundo – 337.  
LEVAI, Emeric – Presença dos bacharéis das “Arcadas” na chefia da República – 313.  
LISBOA, João Francisco – Partidos provinciais – 336.  
MATOS, Odilon Nogueira de – Adendo a uma discografia – 166.  
MATOS, Odilon Nogueira de – “Ágora” – 271.  
MATOS, Odilon Nogueira de – Almir de Oliveira e seu livro sobre Gonzaga – 160.  
MATOS, Odilon Nogueira de – Antônio Rubbo Müller – 354.  
MATOS, Odilon Nogueira de – Aprendiz que pode ensinar – 358.  
MATOS, Odilon Nogueira de – Arouche – 266.  
MATOS, Odilon Nogueira de – Assis Cintra – 250.  
MATOS, Odilon Nogueira de – Barão da Vila da Barra – 268.  
MATOS, Odilon Nogueira de – Bom amigo e companheiro (Renato da Silveira Mendes) – 185.

- MATOS, Odilon Nogueira de – Centenário de um livro curioso – 191.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Craveiro Costa – 174.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Curso de Bandeirologia – 180.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Divagações de compositores – 331.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Do “Culto à Ciência” ao “Ginásio do Estado” – 334.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Documentos goianos – 111.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Dois libelos contra o anti-semitismo – 275.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Edgard Cerqueira Falcão – 162.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Gilberto Freyre – 269.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Japão: história e cultura – 187.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – José Honório Rodrigues – 163.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Legislativo interessado em cultura – 182.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Memórias de missionários – 270.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Montoya e o universo missionário – 267.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Nota de pesar – 165.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – O ensino do Comércio e da Economia – 186.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – “O Estado de Minas ao Brasil” – 357.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – O último livro do Sérgio Buarque de Holanda – 183.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Pierre Monbeig – 327.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Prefácio a “Ação e Pensamento em Silva Jardim”, de Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci – 7.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Rebuscando o passado botucatuense – 181.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Sesquicentenário do Barão Homem de Melo – 159.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Teodoro Sampaio no cinquentenário de sua morte – 359.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Um certo Capitão Andrews – 355.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Um certo Comandante Souville – 356.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Uma ópera sobre Palestrina – 251.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Uma revista de História da Economia – 184.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – Virgílio Corrêa Filho – 338.  
 MATOS, Odilon Nogueira de – “Yan” de Almeida Prado – 328.  
 MELO, Barão Homem de – A dissolução da Constituinte – 255.  
 NOGUEIRA, M. T. Alves – A situação religiosa da França no século XVI – 257.  
 OLIVEIRA, José da Veiga – Bruno Kiefer – 164.  
 RIBEIRO JÚNIOR, João – A Terceira Reforma: o Jansenismo – 306.  
 RIBEIRO JÚNIOR, João – Elementos para a história do nazismo no Brasil – 216.  
 RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel – A transição do trabalho escravo ao livre no contexto da lei de 1871 – 311.  
 RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel – Ação e Pensamento em Silva Jardim – todo o número 125.  
 RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel – Arrison de Souza Ferraz – 259.  
 RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel – Nota sobre “A vida cultural em Campinas nos anos ‘20”, de Duílio Battistoni Filho – 242.  
 RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel – Racismo, tema ainda a ser tratado – 121.  
 ROSSI, Eva de Ávila – Sugestões para pesquisa à margem de um velho guia ferroviário – 122.  
 SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro – Heitor Penteadó, prefeito de Campinas – 168.  
 TÁCITO – Bizâncio e Roma – 172.

#### REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

- ABRAMO, Fulvio – Na contracorrente da História – 150.  
 ABREU, Maria Morgado de – Taubaté – 242.

- ALMEIDA, Domingos José de – Manifestos – 150.  
 ALMEIDA, Orlando Francisco da Rocha – Complexo termal de Caldas Novas – 116.  
 ALMEIDA, Wilson Lopes – Arquivos judiciários – 152.  
 ANAIS do Museu Paulista, tomo 34 – 157.  
 ARAÚJO, José Carlos S. – Igreja Católica no Brasil – 318.  
 AGORA, ano 2, nº 2, nº 3 – 156.
- BATTISTONI FILHO, Duílio – A vida cultural em Campinas nos anos '20 – 242.  
 BOLETIM do Inst. Hist., Geogr. e Etnogr. Paranaense, nºs 43 e 44 – 157.  
 BONADIO, Geraldo – O tropeirismo e a formação do Brasil – 318.  
 BOSCHI, Caio C. – Roteiro-sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador de História do Brasil – 151.  
 BRANDÃO, Antonio J. C. – Almanach da Província de Goyaz – 111.  
 BRASIL, A. Americano do – Pela História de Goiás – 115.  
 BRASIL, A. Americano do – Romanceiro e trovas populares – 112.  
 BUCCI, Roberto L. F. – Complexo termal de Caldas Novas – 116.
- CADERNOS de Estudos Rurais, série 2, nº 1 – 246.  
 CASSETI, Valter – Complexo termal de Caldas Novas – 116.  
 CIÊNCIAS e Letras nº 6 – 157.  
 CORALINA, Cora – Poemas dos becos de Goiás e estórias mais – 117.  
 COSTA, IRACI (org.) – Brasil: história econômica e demográfica – 243.  
 COSTA, José Eduardo A. de Macedo – Complexo termal de Caldas Novas – 116.
- DÉDALO, nº 25 – 323.  
 DONATO, Hernâni – Dicionário das batalhas brasileiras – 319.
- ESTUDOS Ibero-americanos, v. XII, nº 1 – 157.
- FERREIRA, Joaquim Carvalho – Presidentes e governadores de Goiás – 114.  
 FRIOLI, Adolfo – O tropeirismo e a formação do Brasil – 318.
- GAGLIARDI, Pedro Luiz Ricardo – Arquivos judiciários – 152.  
 GARCIA, Marcolina Martins – De tecelagem artesanal – 117.  
 GEBARA, Ademir – O mercado de trabalho livre no Brasil – 311.
- HISTÓRIA: questões e debates, nºs 9, 10 e 11 – 247.  
 HISTÓRIA regional: uma discussão – 320.
- IRMÃO, José Aleixo – O liberalismo em Sorocaba – 244.
- JOB, Vera Ravagnani – O tropeirismo e a formação do Brasil – 318.  
 JOSÉ, Oíliam – Racismo em Minas Gerais – 121.
- KAREPOVS, Dainis – Na contracorrente da História – 150.
- LEAL, Oscar – Viagem às terras goianas – 113.  
 LIMA, Heitor Ferreira – Perfil político de Silva Jardim – 321.
- MAGALINSKI, Jan – Deslocados de guerra em Goiás – 116.  
 MATTOS, Mário – O tropeirismo e a formação do Brasil – 318.  
 MELLO, Alexandre e Nilva – Paulistas nas lutas coloniais do Nordeste – 244.  
 MENDONÇA, Belkiss C. de – A música em Goiás – 118.  
 MOURA, José Ubiratan de – Complexo termal de Caldas Novas – 116.
- NORBERTO, Joaquim – Investigações sobre os recenseamentos do Império – 245.
- OLIVEIRA, Almir – Gonzaga e a Inconfidência Mineira – 160.  
 OLIVEIRA, Sérgio Coelho de – O tropeirismo e a formação do Brasil – 318.
- PEIXOTO, Silveira – O Mauá em história – 153.  
 PEREIRA, Baptista – O Brasil e o Anti-semitismo – 279.

- PESSOA, Antonio Leite – A origem da palavra Brasil – 154.  
 PESSOA, Antonio Leite – História da Civilização da Arábia e do Brasil – 245.  
 POR QUE ser anti-semita? – 275.  
 PRADO, Antoni Amoni (org.) – Libertários do Brasil – 154.  
 RESUMO histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil – 245.  
 REVISTA Brasileira de Filosofia, v. 26 – 247.  
 REVISTA Brasileira de História, vols. 11 e 12 – 247.  
 REVISTA da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, v. 2 – 249.  
 REVISTA da Universidade de São Paulo, vols. 2 e 3 – 249.  
 REVISTA de Antropologia, v. 29 – 248.  
 REVISTA de História, vols. 116, 117 e 118 – 323.  
 REVISTA do Arquivo Municipal, v. 197 – 248.  
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 346 – 157.  
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, v. 20 – 248.  
 REVISTA do Museu Paulista, v. 30 – 158.  
 RIBEIRO JÚNIOR, João – Reflexões de um aprendiz da realidade – 358.  
 RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – Ação e pensamento em Silva Jardim – 321.  
 RODRIGUES, Maria Augusta Solema – A modinha em Vila Boa de Goiás – 118.  
 SICCHIERA, Luiz – Raízes de São Manuel – 155.  
 SILVA, Benedicto – Leopoldo de Bulhões – 113.  
 TEIXEIRA NETO, Antonio – Complexo termal de Caldas Novas – 116.  
 TESTEMUNHO, nº 2 – 158.  
 VIDA, George – Das trevas à alvorada – 246.  
 VIEIRA, Rogich – O tropeirismo e a formação do Brasil – 318.  
 WACHOWICZ, Ruy C. – Paraná Sudoeste: ocupação e colonização – 155.

#### TEXTOS E SELEÇÕES

- CORRÊA FILHO, Virgílio – Juízo da posteridade – 348.  
 COSTA, Craveiro – Formação social das Alagoas – 178.  
 FERRAZ, Arrisonde Souza – Rafael Tobias de Aguiar, presidente de São Paulo – 262.  
 JALLET – Declaração de paz ao mundo – 337.  
 LISBOA, João Francisco – Partidos provinciais – 336.  
 MELO, Barão Homem de – A dissolução da Constituinte – 255.  
 NOGUEIRA, M. T. Alves – A situação religiosa na França no século XVI – 257.  
 REPRESENTAÇÃO do povo à Assembléia Legislativa de Pernambuco – 171.  
 TÁCITO – Bizâncio e Roma – 172.

#### VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

- Arrison de Souza Ferraz – 259.  
 Craveiro Costa – 174.  
 Virgílio Corrêa Filho – 338.

#### NOTICIÁRIO

- A. D. Tocantins – 329.  
 A propósito da “Pastoral” de Coelho Neto – 325.

- Almir de Oliveira e seu livro sobre Gonzaga – 160.  
 Assis Cintra – 250.  
 Banco de dados sobre demografia histórica no Brasil – 324.  
 Bruno Kiefer – 164.  
 Centenário da Abolição – 329.  
 Centenário do Instituto do Ceará – 330.  
 Documentação histórica em Vassouras – 326.  
 Edgard Cerqueira Falcão – 162.  
 José Honório Rodrigues – 163.  
 Nota de pesar – 165.  
 Pierre Monbeig – 327  
 Sesquicentenário do Barão Homem de Melo – 159.  
 “Yan” de Almeida Prado – 328.

#### MEMÓRIA CAMPINEIRA

- Campinas num guia francês de 1888 – 253.  
 Do “Culto à Ciência” ao “Ginásio do Estado” – 334.  
 Heitor Penteado, prefeito de Campinas – 168.

#### UM POUCO DE MÚSICA

- Adendo a uma discografia – 166.  
 Divagações de compositores – 331.  
 Uma ópera sobre Palestrina – 251.

#### RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

- “Ágora” – 271.  
 Antônio Rubbo Müller – 354.  
 Aprendiz que pode ensinar – 358.  
 Arouche – 266  
 Barão da Vila da Barra – 268.  
 Bom amigo e companheiro – 185.  
 Curso de Bandeirologia – 180.  
 Gilberto Freyre – 269.  
 Japão: história e cultura – 187.  
 Legislativo interessado em cultura – 182.  
 Memórias de missionários – 270.  
 Montoya e o universo missioneiro – 267.  
 O ensino do Comércio e da Economia – 186.  
 “O Estado de Minas ao Brasil” – 357.  
 O último livro de Sérgio Buarque de Holanda – 183.  
 Rebuscando o passado botucatuense – 181.  
 Teodoro Sampaio no cinquentenário de sua morte – 359.  
 Um certo Capitão Andrews – 355.  
 Um certo Comandante Souville – 356.  
 Uma revista de História da Economia – 184.

#### ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Abolição – 329.  
 “Ágora” – 271.  
 Aguiar, Rafael Tobias de – 262.

Alagoas – 174, 178.  
Alemanha – 216, 275.  
América Latina – 303.  
Andrada e Silva, José Bonifácio de – 299.  
Andrews, Joseph – 197, 355.  
Anti-semitismo – 275.  
Arábia – 245.  
Arouche – 266.  
Arquivos judiciários – 152.  
Arquivos portugueses – 151.  
Arquivo Público de Santa Catarina – 271.  
Bandeirismo – 180, 183.  
Batalhas brasileiras – 319.  
Bizâncio – 172.  
Brasil (a palavra) – 154.  
Bulhões, Leopoldo de – 113.  
Caldas Novas – 116.  
Campinas – 168, 334.  
Cardoso, Durval Breda – 165.  
Caribe –  
Catolicismo – 318.  
Cintra, Assis – 250.  
Coelho Neto – 325.  
Constituinte do Império – 255.  
Corrêa Filho, Virgílio – 338.  
Costa, Craveiro – 174.  
“Culto à Ciência” – 334.  
Demografia – 243.  
Discografia – 166.  
Donizetti – 331.  
Escola de Sociologia e Política – 354  
Escravidão – 311.  
Faculdade de Ciências Econômicas – 186.  
Faculdade de Direito de São Paulo – 313.  
Falcão, Edgard Cerqueira – 162.  
Farrroupilha – 150.  
Feijó, Regente – 299  
Ferraz, Arrison de Souza – 259.  
Ferreira, Alexandre Rodrigues – 348  
Ferrovias – 122.  
França – 191, 337.  
Freyre, Gilberto – 269.  
Goiás – 111 a 120.  
Gomes, Carlos – 166.  
Gonzaga, Tomás Antonio – 160.  
Guerra Civil Espanhola – 202.  
Guerra do Paraguai – 316  
Heuberger, Theodor – 165.  
História paulista – 219.  
Historiografia – 150.  
Holanda, Sérgio Buarque de – 183.  
Homem de Melo, Barão – 159.  
Império – 171, 336.  
Inojosa, Joaquim – 165.

- Instituto do Ceará – 330.  
 Jansenismo – 306.  
 Japão – 187.  
 Kiefer, Bruno – 164.  
 Literatura brasileira – 227.  
 Literatura paulista – 219.  
 Lopes, Raimundo – 148.  
 Mauá (Instituto) – 153.  
 Mendes, Renato da Silveira – 165, 185.  
 Minas Gerais – 357.  
 Missões jesuíticas – 227.  
 Missões protestantes – 270.  
 Monbeig, Pierre – 327.  
 Movimentos sociais – 154.  
 Müller, Antonio Rubbo – 354.  
 Nazismo – 216, 275.  
 Nogueira, M. T. Alves – 191.  
 Nordeste – 171.  
 Novaes, José de Campos – 291  
 Oliveira, Almir de – 160.  
 Ópera – 251.  
 Paraná – 155.  
 Partidos provinciais – 336  
 “Pastoral” (de Coelho Neto) – 325  
 Penteadó, Heitor – 168.  
 Pereira, Baptista – 279.  
 Poços de Caldas – 357.  
 Portão, Ramão Gomes – 165.  
 Prado, J. F. de Almeida – 328.  
 Presidentes da República – 313  
 Propaganda republicana – o nº 125.  
 Protestantismo – 270.  
 Puccini – 331.  
 Racismo – 121.  
 Recenseamentos – 245.  
 Revolução Constitucionalista – 219.  
 Revolução Francesa – 337  
 Ribeiro Júnior, João – 358  
 Rodrigues, José Honório – 163, 284  
 Roma – 172.  
 Romance histórico paulista – 219.  
 Rossini – 331.  
 Sampaio, Teodoro – 359.  
 Santa Catarina – 182.  
 São Manuel – 155.  
 Silva Jardim – todo o nº 125.  
 Sorocaba – 318.  
 Souville (Comandante) – 356.  
 Taubaté – 242.  
 Teixeira, Messias Gonçalves – 165.  
 Tocantis, A. D. – 329.  
 Toffano, Wilson Brandão – 165.  
 Trabalho livre – 311.  
 Tropeirismo – 318.  
 Valadão, Haroldo – 165.  
 Vassouras – 326.  
 Verdi, G. – 331.  
 Vila da Barra, Barão da – 268.  
 Villegagnon – 191.

## **UNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

### **I – INSTITUTOS**

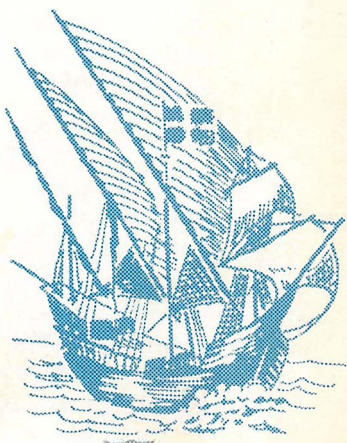
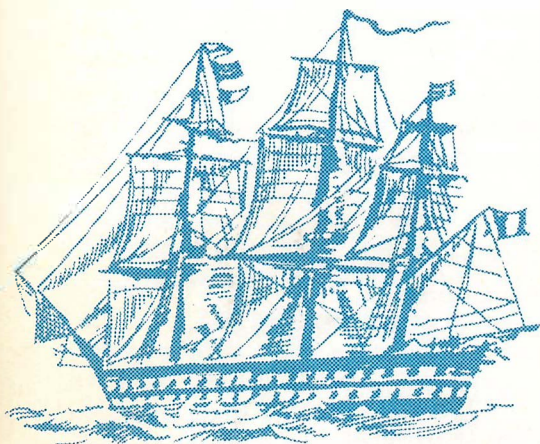
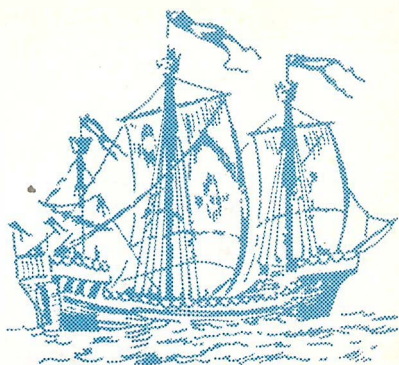
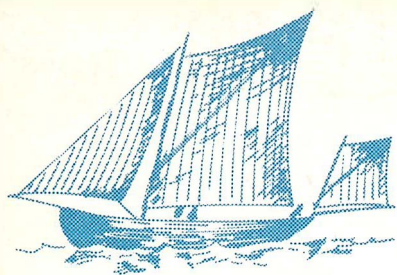
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

### **II – FACULDADES**

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

### **III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino  
Colégio de Aplicação "Pio XII"  
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA